Relatório e Contas

2016



Aeroportos e Segurança Aérea

ASA, SA

www.asa.cv

ÍNDICE

PRINCIPAIS INDICADORES 6

INFORMAÇÃO CORPORATIVA 7

ENQUADRAMENTO 8

1 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO 9

1.1 SOBREVOOS (FIR OCEÂNICA DO SAL) 9
1.2 MOVIMENTO DE AERONAVES 10
1.3 MOVIMENTO DE PASSAGEIROS 11
1.4 MOVIMENTO DE CARGAS 12
1.5 MOVIMENTO DE CORREIOS 13

2 ATIVIDADES 15

2.1 SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - *SECURITY* 15
2.2 SEGURANÇA OPERACIONAL - *SAFETY* 15
2.3 QUALIDADE 16
2.4 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL 16
2.5 RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS / SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 16
2.6 GESTÃO DE SLOTS 17
2.7 NAVEGAÇÃO AÉREA 17
2.8 PROJETOS RELEVANTES 18
2.9 FORMAÇÃO 19
2.10 RECURSOS 20
2.10.1 Órgãos de Gestão 20
2.10.2 Recursos Humanos 21
2.10.3 Instalações 23

3 DESEMPENHO ECONÓMICO 25

3.1 RESULTADOS 25
3.2 GASTOS 27
3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos 28
3.2.2 Gastos com o pessoal 31
3.2.3 Gastos de depreciação e de amortização 32
3.2.4 Perdas por imparidade 32
3.2.5 Provisões do período 33
3.2.6 Outros gastos 33
3.2.7 Gastos e perdas de financiamento 33
3.3 RENDIMENTOS 34
3.3.1 Prestações de Serviços 34
3.3.2 Reversões 37
3.3.3 Outros rendimentos 38
3.3.4 Ganhos de financiamento 38
3.4 INDICADORES DE DESEMPENHO 39
3.5 UNIDADES DE NEGÓCIO E SEDE 40

4 CLIENTES E GESTÃO DE CRÉDITO 43

5 INVESTIMENTOS 44

DRAFT

6 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL 45
6.1 POSIÇÃO FINANCEIRA 45
6.2 FLUXOS DE CAIXA 46
6.3 INDICADORES FINANCEIROS 47
7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 48
7.1 BALANÇO 48
7.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 50
7.3 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 51
7.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 52
7.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 53
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2016 54

DRAFT

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Indicadores 6
Quadro 2 - Evolução do Tráfego 2014-2016. 9
Quadro 3 - Movimentos de Sobrevoos na FIR – Por Trimestre. 9
Quadro 4 - Movimentos de Aeronaves, Por Natureza- Aeroportos e Aeródromos 10
Quadro 5 - Movimentos de Passageiros, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos 11
Quadro 6 - Movimentos de Cargas, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos 12
Quadro 7 - Movimentos de Correios, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos 13
Quadro 8 - Tipo de Formação e Carga Horária 19
Quadro 9 - Formação por Função e Frequência 19
Quadro 10 - Tipo de Pessoal – Efetivos e Contratados a Termo 21
Quadro 11 - Quadro de Pessoal por Unidades de Negócio e Sede 21
Quadro 12 - Outros Indicadores RH 22
Quadro 13 - Habilitações Literárias 22
Quadro 14 - Resultados 25
Quadro 15 - Resultados 2016 e 2015* (Expurgando Reversões, parte de Outros Rendimentos e Perdas por Imparidade) 26
Quadro 16 - Gastos 27
Quadro 17 - Fornecimentos e Serviços Externos 28
Quadro 18 - Fornecimentos e serviços externos por estrutura 30
Quadro 19 - Gastos com o Pessoal 31
Quadro 20 - Gastos de Depreciação e Amortização 32
Quadro 21 - Perdas por Imparidade 32
Quadro 22 - Provisões 33
Quadro 23 - Outros gastos 33
Quadro 24 - Gastos e Perdas de financiamento 33
Quadro 25 - Rendimentos 34
Quadro 26 - Prestações de Serviços 34
Quadro 27 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos por aeroporto 36
Quadro 28 - Rendimentos comerciais por aeroporto 37
Quadro 29 – Reversões 38
Quadro 30 - Outros rendimentos 38
Quadro 31 - Ganhos de Financiamento 38
Quadro 32 - Indicadores Económicos 39
Quadro 33 - VAB por estrutura de negócio 39
Quadro 34 - Gastos e Rendimentos Por Unidades de Negócio e Sede 40
Quadro 35 – Demonstração de Resultados por Estrutura 42
Quadro 36 - Investimentos Realizados 44
Quadro 37 - Principais investimentos 44
Quadro 38 - Aplicação de Fundos 45
Quadro 39 - Origem de Fundos 45
Quadro 40 - Fluxos de Caixa 46
Quadro 41 - Principais indicadores financeiros 47

DRAFT

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Movimentos Anuais de Cargas - Por Aeroportos e Aeródromos 13
Figura 2 - Movimentos Anuais de Correios - Por Aeroportos e Aeródromos 14
Figura 3 - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral 23
Figura 4 - Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela 23
Figura 5 - Aeroporto Internacional Cesária Évora 24
Figura 6 - Aeroporto Internacional Aristides Pereira 24
Figura 7 - Centro de Controlo Oceânico do Sal 25
Figura 8 - Tipologia de Gastos e peso no total de Gastos 28
Figura 9 - Fornecimentos e Serviços Externos 30
Figura 10 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos 35
Figura 11 - Rendimentos Aeroportuários Comerciais 36
Figura 12 - Aplicação e Origem de Fundos 46

DRAFT

ACRÓNIMOS

- AAC – Agência de Aviação Civil;
- AD – Aeródromo;
- APCER – Associação Portuguesa de Certificação;
- APP – *Approach Control Service.*
- ASA – Aeroportos e Segurança Aérea;
- CA – Conselho de Administração;
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CVH – Cabo Verde *Handling*;
- DAIAC – Direção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral;
- DAIAP – Direção do Aeroporto Internacional Aristides Pereira;
- DAICE – Direção do Aeroporto Internacional Cesária Évora;
- DAIPNM – Direção do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela;
- DEMIA – Direção de Engenharia e Manutenção de Infraestruturas Aeroportuárias;
- DNA – Direção de Navegação Aérea;
- DRH – Direção de Recursos Humanos;
- EPI – Equipamentos de Proteção Individual;
- FIR – Região de Informação de Voo;
- GCMI – Gabinete de Comunicação e Marketing Institucional;
- GMCG – Gabinete de Monitorização e Controlo de Gestão;
- GNSS – *Global Navigation Satellite System;*
- GSQA – Gabinete de Segurança Qualidade e Ambiente;
- IATA – Associação Internacional de Transportes Aéreos;
- SID – *Standard Instrument Departure;*
- SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos;
- STAR – *Standard Arrival;*
- TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde;
- TAP - Transportes Aéreos de Portugal;

DRAFT

PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES	2016	2015	2014	Variação 16/15 Valor	Variação 16/15 %	Variação 15/14 Valor	Variação 15/14 %
OPERACIONAIS							
Tráfego							
FIR (Nº Sobrevoos)	43.178	41.649	41.735	1.529	3,7	-86	-0,2
Número de Passageiros	2.215.892	1.986.882	1.915.285	229.010	11,5	71.597	3,7
Movimentos de Aeronaves	30.209	27.690	28.163	2.519	9,1	-473	-1,7
Carga (kg.)	2.737.994	2.831.753	3.323.358	-93.759	-3,3	-491.605	-14,8
Correio (kg.)	317.464	318.037	335.340	-573	-0,2	-17.303	-5,2
Negócio (contos)							
Volume de Negócio	4.837.624	4.722.053	4.697.561	115.571	2,4	24.492	0,5
Rendimentos de Naveg. Aérea	2.472.855	2.571.422	2.703.192	-98.568	-3,8	-131.770	-4,9
Rendimentos Aerop. Aeronáut.	2.163.548	1.958.915	1.846.362	204.634	10,4	112.552	6,1
Rendimentos Aerop. Comerc.	201.706	193.744	150.112	7.961	4,1	43.632	29,1
Pessoal							
Número de Efetivos	460	469	479	-9	-1,9	-10	-2,1
Gastos com o Pessoal (contos)	1.172.394	1.231.712	1.234.613	-59.317	-4,8	-2.902	-0,2
Produtividade							
Número de Passageiros / Efetivos	4.817	4.236	3.999	581	13,7	238	6,0
Resultados							
EBITDA (contos)	2.058.919	3.052.509	2.023.085	-993.590	-32,5	1.029.424	50,9
Margem EBITDA (%)	43	65	43	-22	-34,2	22	50,1
EBIT (contos)	981.252	1.950.208	787.552	-968.956	-49,7	1.162.656	147,6
Margem EBIT (%)	20	41	17	-21	-50,9	25	146,3
FINANCEIROS							
Resultados							
Resultado Líquido (contos)	469.409	1.377.166	280.630	-907.757	-65,9	1.096.536	390,7
Estrutura Financeira (contos)							
Capital Próprio (a)	10.146.468	10.365.640	8.988.475	-219.172	-2,1	1.377.165	15,3
Capital Alheio (MLP) (b)	5.191.024	5.020.936	6.142.175	170.088	3,4	-1.121.239	-18,3
Capitais Permanentes (a+b)	15.337.492	15.386.576	15.130.650	-49.084	-0,3	255.926	1,7
Cash Flow							
Cash Flow Operacional (contos)	2.052.810	1.939.555	1.598.275	113.255	5,8	341.280	21,4

Quadro 1 - Principais Indicadores

DRAFT

INFORMAÇÃO CORPORATIVA

A Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, abreviadamente designada ASA, é uma sociedade anónima com Sede na ilha do Sal, com um capital social de 5.500.000.000$00 totalmente subscrito e realizado, representado por 550.000 ações com valor nominal de 10.000$00 cada, detidas, na sua globalidade, pelo Estado de Cabo Verde. A ASA é detentora, desde 2014, de 100% do capital social da CV Handling S.A, no valor de 188.000.000$00.

A ASA tem por **missão** gerir eficientemente os aeroportos e aeródromos do país e da Região de Informação de Voo (FIR Oceânica) do Sal e contribuir para a modernização do sistema de transportes aéreos e o desenvolvimento económico, social e cultural do arquipélago, ligando Cabo Verde ao mundo.

A **visão** da ASA é ser uma referência regional na gestão dos aeroportos e nos serviços de tráfego aéreo, orientada para a prestação de um serviço de elevada qualidade e segurança aos clientes, pautando a sua ação por objetivos de eficácia e sustentabilidade.

Os **valores** que norteiam a atividade da ASA são:

- **Qualidade e segurança** – rigor, profissionalismo e zelo no cumprimento das normas;
- **Orientação para o cliente** – propósito de servir os clientes, internos e externos, atendendo às suas necessidades, preocupações e expetativas, assente numa relação de empatia, respeito e disponibilidades;
- **Desenvolvimento dos colaboradores** – potenciar o crescimento profissional e pessoal dos trabalhadores;
- **Ética** – transparência, lealdade e confiança nas relações com todos os *stakeholders*;
- **Orientação para resultados** – proatividade e empenho na realização de objetivos ambiciosos assente numa utilização eficaz dos recursos existentes.

A atividade da ASA está centrada em dois ramos de negócio que são os serviços de Navegação Aérea e a Gestão Aeroportuária. Os serviços de Navegação Aérea são prestados a partir do Centro Oceânico de Controlo na ilha do Sal, e a rede aeroportuária engloba 4 aeroportos internacionais e 3 aeródromos, conforme a seguir indicado:

- Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC), na ilha do Sal;
- Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (AIPNM), na ilha de Santiago;
- Aeroporto Internacional Cesária Évora (AICE), em São Vicente, e;
- Aeroporto Internacional Aristides Pereira (AIAP), na ilha da Boa Vista.
- Aeródromo de São Nicolau;
- Aeródromo de São Filipe, no Fogo, e;
- Aeródromo do Maio.

DRAFT

ENQUADRAMENTO

Quase todas as principais fontes de Indicadores Económicos e Financeiros mundiais contrariam, em termos globais, as expetativas de retoma do crescimento económico, criadas em finais de 2015.Com efeito, e para citar os países e continentes com forte correlação com a economia de Cabo Verde, a Europa manteve particamente o mesmo nível de crescimento em 2016, cerca de 1.7% e o Estados Unidos da América do Norte registaram ligeira contração. Contudo, é bom que se diga que nem tudo se processou de forma idêntica ou homogénea.

O Continente Africano, que nos anos 80 e 90 teve um crescimento médio de 2%, viu a taxa subir para valores acima dos 5%, no período de 2001 a 2014. Nos últimos dois anos, devido, fundamentalmente, à queda dos preços das *commodities*, a economia caiu ligeiramente, mas a espectativa é de crescimentos mais robustos a partir de 2017.

A economia de Cabo Verde cresceu, em 2016, cerca de 3,9% (segundo o Relatório de Politica Monetária- Banco Central de Cabo Verde), aproximando-se, assim, da média africana.

No que ao tráfego aéreo diz respeito, e segundo indicadores da ICAO (*Air Transport Yearly Monitor-2016*) o crescimento o crescimento foi de 6,3% (passageiros) e 2,6 (cargas).

Em Cabo Verde o tráfego aéreo de passageiros cresceu 11,5 (12,7 – tráfego internacional e 9,4% para os domésticos)

Particularidades do exercício 2016

O ano de 2016 foi o que se convencionou designar-se, internamente, de ano atípico. Com efeito, ocorreu mudança na composição do Conselho de Administração, com a nomeação de novos membros em agosto. O Conselho de Administração não encontrou quaisquer orientações estratégicas, para além das referências do Plano de Negócios (2015-2018). Contudo, como se depreende da leitura do presente relatório, muitos aspetos de gestão foram consolidados e importantes correções/regularizações foram introduzidas nas contas da empresa.

Por decisão do atual Conselho, e com base em concurso público, foi mudada a empresa de auditoria, tendo a Deloitte substituído a PWC que vinha auditando as contas da empresa desde os anos 90.

DRAFT

1 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO

A ASA registou, no final de 2016, um total de 43.178 sobrevoos, 30.209 movimentos de aeronaves, 2.215.892 passageiros[1], e um volume de 2.737.994 kg de carga e 317.464 kg de correios.

PRINCIPAIS INDICADORES DE TRÁFEGO							
TRÁFEGO	2016	2015	2014	Variação 16/15 Valores	%	Variação 15/14 Valores	%
Sobrevoos	43.178	41.648	41.735	1.530	3,7	-87	-0,2
Aeronaves	30.209	27.690	28.163	2.519	9,1	-473	-1,7
Passageiros	2.215.892	1.986.882	1.915.285	229.010	11,5	71.597	3,7
Cargas (kg.)	2.737.994	2.831.753	3.323.358	-93.759	-3,3	-491.605	-14,8
Correios (kg.)	317.464	318.037	335.340	-573	-0,2	-17.303	-5,2

Quadro 2 - Evolução do Tráfego 2014-2016.

Durante o ano de 2016, movimentaram-se nos aeroportos de Cabo Verde, um total de 2.215.892 passageiros, refletindo um crescimento de 11,5%, em relação ao ano anterior. Todos os aeroportos registaram aumentos no total de passageiros movimentados, face a 2015.

1.1 Sobrevoos (FIR Oceânica do Sal)

Analisando os movimentos na FIR, em 2016, verifica-se que nos três primeiros trimestres, houve uma variação positiva face ao ano passado (+8,0%, +3,3% e 3,8%, respetivamente), o que culminou que a nível anual registassem um acréscimo acumulado de 3,7%, comparativamente ao mesmo período de 2015. Note-se que esse aumento registado em 2016, altera a tendência decrescente que vinha desde 2012 e que durou até ao ano passado.

MOVIMENTOS DE SOBREVOOS NA FIR							
TRIMESTRE	2016	2015	2014	Variação 16/15 Valores	%	Variação 15/14 Valores	%
1ºTrimestre	10.527	9.747	10.099	780	8,0	-352	-3,5
2ºTrimestre	10.464	10.125	10.302	339	3,3	-177	-1,7
3ºTrimestre	11.582	11.154	11.019	428	3,8	135	1,2
4ºTrimestre	10.605	10.623	10.315	-18	-0,2	308	3,0
Total	**43.178**	**41.649**	**41.735**	**1529**	**3,7**	**-86**	**-0,2**

Quadro 3 - Movimentos de Sobrevoos na FIR – Por Trimestre.

Quanto à faturação de rota, registou-se uma diminuição, face a 2015, na ordem dos 2,6% ou seja menos aproximadamente 62 mil contos. Embora se tenha registado um aumento no número de sobrevoos face a 2015, o decréscimo verificado na faturação é justificado pela diminuição das receitas obtidas através da taxa de rota, devido a algumas companhias terem utilizado rotas de menor distância ao atravessarem o espaço aéreo nacional.

[1] Inclui 156.851 passageiros em trânsito em 2016. Em 2015 e 2014 o total de passageiros em trânsito foi de 126.185 e 117.285, respetivamente.

DRAFT

1.2 Movimento de Aeronaves

A ASA registou, no final do ano de 2016, um total de 30.209 movimentos de aeronaves, obtendo um aumento de 2.519 movimentos (+ 9,1%), em relação ao mesmo período do ano anterior.

O quadro seguinte mostra a evolução do movimento de aeronaves por aeroportos e aeródromos e por natureza.

MOVIMENTO DE AERONAVES (Chegadas+Partidas)								
AEROPORTOS	NATUREZA	2016	2015	2014	Variação 16/15		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	3.655	3.692	3.808	-37	-1,0	-116	-3,0
	INTERNACIONAL	7.509	6.333	6.247	1.176	18,6	86	1,4
	TOTAL	**11.164**	**10.025**	**10.055**	**1.139**	**11,4**	**-30**	**-0,3**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	5.576	4.858	5.049	718	14,8	-191	-3,8
	INTERNACIONAL	3.065	3.030	2.980	35	1,2	50	1,7
	TOTAL	**8.641**	**7.888**	**8.029**	**753**	**9,5**	**-141**	**-1,8**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	1.508	1.509	1.507	-1	-0,1	2	0,1
	INTERNACIONAL	3.092	2.803	2.839	289	10,3	-36	-1,3
	TOTAL	**4.600**	**4.312**	**4.346**	**288**	**6,7**	**-34**	**-0,8**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	3.273	2.914	2.966	359	12,3	-52	-1,8
	INTERNACIONAL	623	623	564	0	0,0	59	10,5
	TOTAL	**3.896**	**3.537**	**3.530**	**359**	**10,1**	**7**	**0,2**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	1.052	1.184	1.367	-132	-11,1	-183	-13,4
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	604	492	538	112	22,8	-46	-8,6
AD-MAIO	DOMÉSTICO	252	252	298	0	0,0	-46	-15,4
TOTAL	DOMÉSTICO	15.920	14.901	15.533	1.019	6,8	-632	-4,1
	INTERNACIONAL	14.289	12.789	12.630	1.500	11,7	159	1,3
	TOTAL	30.209	27.690	28.163	2.519	9,1	-473	-1,7

Quadro 4 - Movimentos de Aeronaves, Por Natureza- Aeroportos e Aeródromos

No total, registaram-se aumentos de movimentos de aeronaves tanto a nível nacional (+6,8%), como internacional (+11,7%), quando comparados com igual período de 2015. O AIAC é o aeroporto que detém o maior peso nos movimentos internacionais (53%), enquanto o AIPNM detém o maior peso a nível doméstico (35%). O AIAC, o AIAP e o AIPNM registaram aumentos a nível internacional, (+18,6%, +10,3% e +1,2%, respetivamente).

A nível doméstico, o AIPNM, o AICE e AD São Nicolau registaram as variações positivas de movimentos de aeronaves (+14,8%, +12,3% e +22,8%, respetivamente), enquanto no AIAC, AIAP e AD Fogo, os movimentos domésticos de aeronaves sofreram decréscimos, face a 2015 (-1,0%, -0,1% e -11,1% respetivamente). A maior variação negativa verificou-se no AD Fogo, justificada pela redução dos movimentos dos TACV entre o AIPNM e o aeródromo de São Filipe , já que o AIPNM é o principal destino/origem das aeronaves desse aeródromo.

Relativamente aos movimentos internacionais de aeronaves, no final de 2016, registou-se um aumento global, comparativamente a 2015. À exceção do AICE, em São Vicente que manteve os mesmos resultados do ano anterior (623 movimentos de aeronaves), todos os aeroportos internacionais registaram um aumento de tráfego internacional. O AIAC, no Sal registou +18,6%, o AIPNM, na Praia cerca de +1,2% e o AIAP na Boavista cerca de +10,3%.

1.3 Movimento de Passageiros

Os aeroportos de Cabo Verde movimentaram até ao final de 2016, um total de 2.215.892 passageiros, refletindo num crescimento de 11,5%, em relação ao ano anterior. Analisando os dados por aeroporto, verificou-se que o AIAC foi o aeroporto com maior número de passageiros (914.696), seguido do AIPNM com 522.584 passageiros.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS (Embarcados+Desembarcados+Trânsitos)

AEROPORTOS	NATUREZA	2016	2015	2014	Variação 16/15		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	161.116	163.061	165.187	-1.945	-1,2	-2.126	-1,3
	INTERNACIONAL	753.580	617.677	555.415	135.903	22,0	62.262	11,2
	TOTAL	**914.696**	**780.738**	**720.602**	**133.958**	**17,2**	**60.136**	**8,3**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	286.083	250.726	254.292	35.357	14,1	-3.566	-1,4
	INTERNACIONAL	236.501	246.511	232.096	-10.010	-4,1	14.415	6,2
	TOTAL	**522.584**	**497.237**	**486.388**	**25.347**	**5,1**	**10.849**	**2,2**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	65.382	56.955	53.316	8.427	14,8	3.639	6,8
	INTERNACIONAL	399.667	365.068	360.890	34.599	9,5	4.178	1,2
	TOTAL	**465.049**	**422.023**	**414.206**	**43.026**	**10,2**	**7.817**	**1,9**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	157.563	149.769	155.121	7.794	5,2	-5.352	-3,5
	INTERNACIONAL	61.859	58.841	53.812	3.018	5,1	5.029	9,3
	TOTAL	**219.422**	**208.610**	**208.933**	**10.812**	**5,2**	**-323**	**-0,2**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	55.168	46.921	51.818	8.247	17,6	-4.897	-9,5
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	26.476	21.570	22.068	4.906	22,7	-498	-2,3
AD-MAIO	DOMÉSTICO	12.497	9.783	11.270	2.714	27,7	-1.487	-13,2
TOTAL	**DOMÉSTICO**	**764.285**	**698.785**	**713.072**	**65.500**	**9,4**	**-14.287**	**-2,0**
	INTERNACIONAL	**1.451.607**	**1.288.097**	**1.202.213**	**163.510**	**12,7**	**85.884**	**7,1**
	TOTAL	**2.215.892**	**1.986.882**	**1.915.285**	**229.010**	**11,5**	**71.597**	**3,7**

Quadro 5 - Movimentos de Passageiros, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

O AIAC, o aeroporto com maior movimentação de passageiros internacionais (peso de 52% sobre o total), foi o aeroporto que registou o maior aumento (+ 22%) em 2016, correspondendo a mais 135.903 passageiros internacionais, comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento deveu-se, essencialmente, à performance das operadoras Thomson Fly, Tap Air Portugal, Tui Fly Gmbh, Tui Fly Netherlands e Tui Air Lines Belgium. Salienta-se ainda a entrada de duas novas operadoras *charter* que passaram a operar no AIAC e no AIAP, a Tui Fly Netherlands e a Transavia Holland.

O AIAP foi o segundo aeroporto a registar maior movimento internacional, obteve um acréscimo de 34.599 passageiros internacionais (+ 9,5%), em relação ao ano passado devendo-se, essencialmente, ao aumento de movimentos das operadoras *charter* do grupo Tui.

O AICE teve resultados positivos a nível internacional, + 5,1%, comparativamente a 2015, que resulta da maior dinâmica da operadora Tap Air Portugal que intensificou movimentos na rota Lisboa - S. Vicente (+ 71,9%). No mesmo sentido, a nível doméstico o volume de passageiros a movimentar-se no aeroporto também aumentou em + 5,2% representando mais 7.794 passageiros.

Quanto ao tráfego doméstico, excetuando o AIAC, todos os aeroportos e aeródromos registaram aumentos significativos de passageiros, destacando-se:

- AIPNM, que é o aeroporto que movimenta maior número de passageiros domésticos (peso de 37%), com mais 35.357 passageiros (+ 14,1%);
- AIAP com mais 8.427 passageiros (+ 14,8%);
- AICE com mais 7.794 passageiros (+ 5,2%);
- Aeródromos de São Filipe, São Nicolau e Maio com mais 8.247, 4.906 e 2.714 passageiros respetivamente (+17,6,% +22,7% e +27,7%).

1.4 Movimento de Cargas

Até ao final de dezembro de 2016, verificou-se um decréscimo de 3,3% no total de cargas movimentadas nos aeroportos de Cabo Verde. Apesar de, a nível internacional, se ter registado um aumento de 15,1%, tal decréscimo deveu-se à variação negativa verificada a nível doméstico (-17,2%).

MOVIMENTO DE CARGAS (Embarcadas+Desembarcadas) kg.								
AEROPORTOS	NATUREZA	2016	2015	2014	Variação 16/15		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	393.360	481.252	599.353	-87.892	-18,3	-118.101	-19,7
	INTERNACIONAL	422.941	316.961	456.782	105.980	33,4	-139.821	-30,6
	TOTAL	**816.301**	**798.213**	**1.056.135**	**18.088**	**2,3**	**-257.922**	**-24,4**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	486.278	620.031	709.573	-133.753	-21,6	-89.542	-12,6
	INTERNACIONAL	623.569	597.281	655.965	26.288	4,4	-58.684	-8,9
	TOTAL	**1.109.847**	**1.217.312**	**1.365.538**	**-107.465**	**-8,8**	**-148.226**	**-10,9**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	153.927	172.757	200.212	-18.830	-10,9	-27.455	-13,7
	INTERNACIONAL	54.793	44.916	56.334	9.877	22,0	-11.418	-20,3
	TOTAL	**208.720**	**217.673**	**256.546**	**-8.953**	**-4,1**	**-38.873**	**-15,2**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	242.857	273.982	313.292	-31.125	-11,4	-39.310	-12,5
	INTERNACIONAL	297.186	255.508	242.925	41.678	16,3	12.583	5,2
	TOTAL	**540.043**	**529.490**	**556.217**	**10.553**	**2,0**	**-26.727**	**-4,8**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	25.562	34.342	45.622	-8.780	-25,6	-11.280	-24,7
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	23.570	21.744	27.987	1.826	8,4	-6.243	-22,3
AD-MAIO	DOMÉSTICO	13.951	12.979	15.313	972	7,5	-2.334	-15,2
TOTAL	**DOMÉSTICO**	**1.339.505**	**1.617.087**	**1.911.352**	**-277.582**	**-17,2**	**-294.265**	**-15,4**
	INTERNACIONAL	**1.398.489**	**1.214.666**	**1.412.006**	**183.823**	**15,1**	**-197.340**	**-14,0**
	TOTAL	**2.737.994**	**2.831.753**	**3.323.358**	**-93.759**	**-3,3**	**-491.605**	**-14,8**

Quadro 6 - Movimentos de Cargas, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

DRAFT

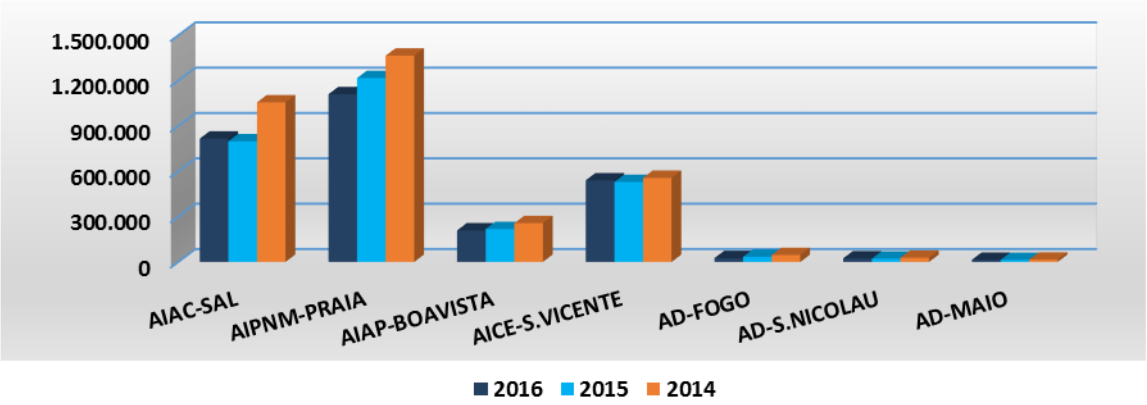


Figura 1 - Movimentos Anuais de Cargas - Por Aeroportos e Aeródromos

A nível doméstico todos os aeroportos internacionais continuam a registar decréscimos no volume de cargas movimentadas. Mas a nível internacional, ao contrário de 2015, todos registaram aumentos, com destaque para o AIAC e o AICE que registaram mais 33,4% e 16,3%, respetivamente, no volume de cargas transportadas, face ao mesmo período do ano transato. Note-se que o mercado de transporte de cargas tem verificado grandes oscilações ao longo dos últimos anos.

1.5 Movimento de Correios

O ano de 2016, caracterizou-se por um decréscimo total de 0,2%, derivado do decréscimo que se fez sentir a nível doméstico (- 3,8%), embora a nível internacional se tenha registado um aumento de 4,6%, face ao mesmo período do ano de 2015.

MOVIMENTO DE CORREIOS (Embarcados+Desembarcados) kg.								
AEROPORTOS	NATUREZA	2016	2015	2014	Variação 16/15		Variação 15/14	
					Valores	%	Valores	%
AIAC-SAL	DOMÉSTICO	35.734	50.078	60.321	-14.344	-28,6	-10.243	-17,0
	INTERNACIONAL	33.080	47.118	57.522	-14.038	-29,8	-10.404	-18,1
	TOTAL	**68.814**	**97.196**	**117.843**	**-28.382**	**-29,2**	**-20.647**	**-17,5**
AIPNM-PRAIA	DOMÉSTICO	73.342	72.506	81.276	836	1,2	-8.770	-10,8
	INTERNACIONAL	83.498	70.728	58.896	12.770	18,1	11.832	20,1
	TOTAL	**156.840**	**143.234**	**140.172**	**13.606**	**9,5**	**3.062**	**2,2**
AIAP-BOAVISTA	DOMÉSTICO	9.686	8.524	7.572	1.162	13,6	952	12,6
	INTERNACIONAL	8	106	51	-98	-92,5	55	107,8
	TOTAL	**9.694**	**8.630**	**7.623**	**1.064**	**12,3**	**1.007**	**13,2**
AICE-S.VICENTE	DOMÉSTICO	42.115	38.311	36.718	3.804	9,9	1.593	4,3
	INTERNACIONAL	26.469	18.835	19.936	7.634	40,5	-1.101	-5,5
	TOTAL	**68.584**	**57.146**	**56.654**	**11.438**	**20,0**	**492**	**0,9**
AD-FOGO	DOMÉSTICO	4.876	4.409	4.750	467	10,6	-341	-7,2
AD-S.NICOLAU	DOMÉSTICO	5.380	4.815	5.302	565	11,7	-487	-9,2
AD-MAIO	DOMÉSTICO	3.276	2.607	2.996	669	25,7	-389	-13,0
TOTAL	**DOMÉSTICO**	**174.409**	**181.250**	**198.935**	**-6.841**	**-3,8**	**-17.685**	**-8,9**
	INTERNACIONAL	**143.055**	**136.787**	**136.405**	**6.268**	**4,6**	**382**	**0,3**
	TOTAL	**317.464**	**318.037**	**335.340**	**-573**	**-0,2**	**-17.303**	**-5,2**

Quadro 7 - Movimentos de Correios, Por Natureza - Por Aeroportos e Aeródromos

DRAFT

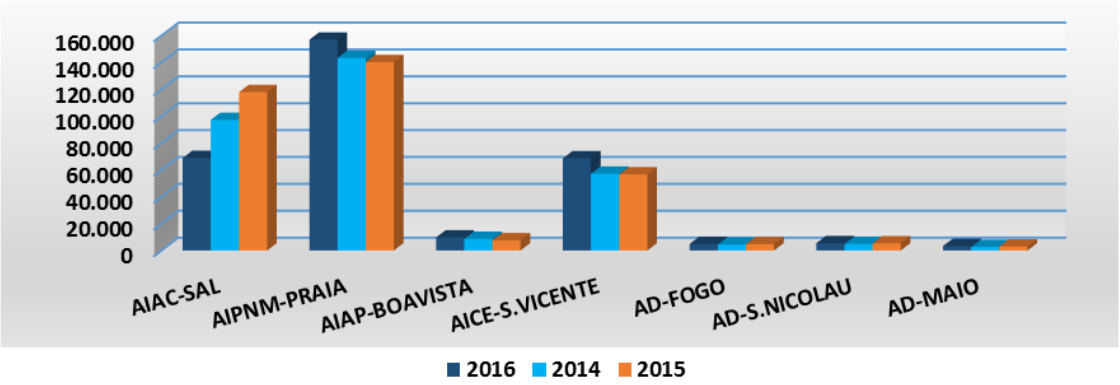


Figura 2 - Movimentos Anuais de Correios - Por Aeroportos e Aeródromos

A nível doméstico, o decréscimo deveu-se ao Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, que registou uma diminuição de 28,6% no volume de correio aéreo transportado, pois em todos os outros aeroportos e aeródromos verificaram-se aumentos.

A nível internacional, o AIPNM e o AICE obtiveram boa performance com aumentos de 18,1% e 40,5%, respetivamente, sendo que o AIAC continua a registar variação negativa, face ao ano transato. Nota para o AIAP que continua com fraca performance a nível de transporte de correio internacional.

DRAFT

2 ATIVIDADES

2.1 Segurança da Aviação Civil - *Security*

Além do acompanhamento da implementação de medidas de segurança e das atividades de monitorização, destacaram-se as seguintes atividades:

Terceirização do Serviço de Rastreio

No último trimestre de 2016 foi implementado o modelo de terceirização do serviço de rastreio nos aeroportos internacionais, ficando estes dotados de melhores condições para responder a demandas atuais e futuras. Igualmente, o modelo serviu para libertar o efetivo da PN para a cobertura de atividades relacionadas com a segurança nacional, e permitiu ainda o reforço da capacidade instalada nas fronteiras aeroportuárias

Revisão dos contratos de prestação do serviço de controlo de acesso

Foi lançado um concurso para a prestação do serviço de controlo de acesso, de modo a promover ganhos de eficiência e produtividade na aplicação de medidas de controlo de acesso, em todos os aeroportos internacionais, tendo resultado na revisão dos conteúdos dos contratos, dando primazia a inclusão de níveis de serviço, tendo por base, os padrões de qualidade requeridos para a prestação de serviços de segurança. Um outro ganho conseguido com a revisão do processo resultou do facto de que os agentes contratados pelas empresas de segurança deverão ser certificados de acordo com o plano nacional de formação, treino e certificação em segurança da aviação civil.

Centralização dos Postos de Inspeção e Filtragem

Em 2016, foram centralizados os postos de rastreio dos aeroportos internacionais de São Vicente e da Praia (Santiago). Em São Vicente, a centralização decorreu no âmbito da implementação de um projeto que permitiu a reconfiguração estrutural, possibilitando a criação de espaços comuns para o processamento de passageiros internacionais e domésticos, salvaguardando todos os pressupostos de segurança. Em relação à centralização que se implementou na Praia, o objetivo pretendido foi, essencialmente, reorganizar os processos de modo a libertar espaços para o avanço do projeto de ampliação e modernização do aeroporto.

2.2 Segurança Operacional - *Safety*

Em 2016, fez-se a reavaliação do modelo proposto para a implementação do SMS (Sistema de Gestão de Seguração Operacional), e optou-se por manter a estrutura inicial.

Contudo fizeram-se algumas alterações na organização das equipas incumbidas da implementação, com o propósito de introduzir maior simplicidade e desenvoltura na condução das atividades. Um dos principais resultados dessas alterações foi a fusão do comité de revisão de Segurança operacional

DRAFT

com o grupo de implementação e ação, conseguindo com esta opção otimizar os recursos afetos à implementação.

2.3 Qualidade

A ASA, como empresa certificada de acordo com a norma ISO 9001, continuou a apostar na melhoria do sistema de gestão da qualidade. As atividades desenvolvidas em 2016 visaram a consolidação de todos os processos da qualidade a fim de assegurar a manutenção dos certificados obtidos e garantir a recertificação em 2017.

2.4 Saúde e Segurança Ocupacional

As atividades desenvolvidas no âmbito do sistema de gestão de higiene e segurança no trabalho, certificado de acordo com a norma OSHAS 18001, teve como objetivo garantir ambientes de trabalho seguros para os colaboradores, promovendo ações para a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Durante o ano, de entre outras, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Consolidação de ferramentas para avaliação e seleção dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e equipamentos de emergência médica;
- Pareceres técnicos sobre Planos de Segurança e Saúde – PSS das obras;
- Continuação da elaboração das plantas de emergência dos edifícios e na definição da sinalização dos caminhos de evacuação e saídas de emergência;
- Atualização de mapas de perigos e riscos em todas as estruturas da ASA;
- Atualização da conformidade legal;
- Desenvolvimento e implementação do manual do encarregado.

As atividades desenvolvidas em 2016, garantiram a recertificação de acordo com a norma OSHAS 18001, em janeiro de 2017.

2.5 Racionalização de Gastos / Sustentabilidade Ambiental

A ASA, dando continuidade à sua linha orientadora de racionalização de gastos, realizou uma pareceria com uma empresa de consultoria para desenvolvimento de um projeto de sustentabilidade ambiental.

Realizou-se um levantamento detalhado do desempenho energético e ambiental dos edifícios e posteriormente passou-se à elaboração de um Plano de Racionalização Energética para os Aeroportos, de modo a reduzir o consumo energético, sem afetar o desempenho operacional dos mesmos.

O Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, foi alvo do projeto piloto, tendo-se instalado uma plataforma de monitorização permanente do desempenho energético e ambiental no edifício, fornecendo dados importantes para um melhor desempenho deste. No final do segundo semestre

DRAFT

deste ano, já se conseguiu medir, através de relatórios de apuramento das poupanças, a eficiência do projeto. Ao longo dos doze meses de 2016, conseguiu-se poupar cerca de 16.200 contos nos consumos de eletricidade no AIAC, face ao período homólogo.

2.6 Gestão de Slots

Após a implementação, em 2015, do Serviço de Gestão de Slots (SGS), 2016 foi o ano da consolidação.

Realizaram-se encontros regulares, entre o SGS, a Direção dos aeroportos, os colaboradores do gabinete de infraestruturas da ASA e a CV Handling, com o intuito de fazer um planeamento adequado, obtenção de informações relevantes atempadas e melhorar a comunicação interna. Num desses encontros também participaram o Fiscal da Obra de Expansão e Modernização do AIAC e AIAP e a Polícia Nacional, com o objetivo de antecipar eventuais problemas durante cada período IATA, de debater o impacto das obras e a declaração de capacidade para os próximos períodos.

A ASA, fazendo-se representar pelo SGS, participou em duas Conferências de Slots da IATA, uma em Hamburgo no mês de junho e a outra em Atlanta no mês de novembro, tendo por objetivo possibilitar às companhias aéreas obterem slots, mediante negociação prévia com os Facilitadores/Coordenadores de Slots.

Na estação IATA Verão 2016, foram alocados 11.876 slots, e destes, 49 ficaram em lista de espera (slots que não puderam ser alocados conforme pretendido pelas companhias aéreas), o que se traduziu na diminuição da lista de espera em 95,1%, desde o início do processo de atribuição de slot, até o fim do período IATA em questão.

No período IATA Inverno 2016, foram alocados 10.685 slots, e destes, 332 ficaram em lista de espera, resultando na diminuição da lista de espera em 75,4%, desde o início do referido período.

Apesar de termos obtido melhorias consideráveis no que tange a congestionamentos e constrangimentos nos voos (principalmente nas horas de pico), verificam-se ainda muitos atrasos no cumprimento dos slots atribuídos, por parte de algumas operadoras.

Com a consolidação do SGS, conseguiu-se mitigar o problema de capacidade nos aeroportos, melhorando a pontualidade dos voos e a qualidade do serviço prestado.

2.7 Navegação Aérea

Atenta à realidade e perspetivas de evolução de tráfego nos aeroportos e na FIR Oceânica do Sal, no ano de 2016, a ASA reforçou os objetivos chave do sector, de entre eles:

- A cultura de Segurança nas diferentes áreas do sector;
- Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados;
- Contribuir com iniciativas estratégicas para o enriquecimento e valorização do sector;
- Garantir o cumprimento dos requisitos regulamentares;
- Assegurar o desenvolvimento Organizativo do sector. Deu-se continuidade ao processo de transição do AIS (Aeronautical Information Service) para o conceito AIM (Aeronautical

DRAFT

Information Management). Nesse campo efetivou-se um reforço dos quadros internos, de modo a dotar a Direção, de pessoal necessário para implementar a transição.

Com estes pressupostos a navegação aérea garante um serviço de tráfego aéreo com elevada qualidade, segurança e eficiência, criando valor à ASA e assegurando elevados níveis de conhecimento e capacitação dos seus recursos humanos.

2.8 Projetos Relevantes

Em conformidade com as orientações emanadas pela carta de política de transportes e os objetivos preconizados para 2016, foram realizados vários estudos que deverão nortear as intervenções e investimentos no curto e médio prazo. De entre outros, destacam-se os seguintes:

1. Procedimentos GNSS (SID, STAR, APP) para os aeroportos AIAP e AICE

Em 2016 finalizaram-se os estudos[2] para esses dois aeroportos, cuja aprovação pela entidade competente e projeto de implementação estão previstas estarem assinadas no 1º semestre de 2017.

2. Estudos de viabilidade para operações noturnas no AIAP e no AICE

Este estudo esteve dividido em três componentes:

a. Estudo dos obstáculos à volta dos aeroportos;
b. Estudo da Segurança operacional dos procedimentos GNSS;
c. Avaliação CAPEX/OPEX de operações noturnas no AIAP e AICE (gastos de investimento, exploração e manutenção).

Todos foram concluídos em 2016, sendo que nos próximos dois anos vão-se processar o investimento e a implementação.

3. Projeto de Reabilitação do Pavimento do AIAP

Dado o estado atual da pista e as previsões de aumento de tráfego, revelou-se de extrema necessidade a execução do investimento de realização de obras de reabilitação da pista do AIAP. Este ano, foram realizados estudos no âmbito do reforço estrutural da pista.

Após finalizados os estudos e em parceria com o Ministério das Infraestruturas e Ordenamento do Território (MIOTH), foi lançado um concurso para a escolha do empreiteiro da obra.

Após a assinatura de consignação da empreitada de reabilitação da pista do AIAP entre a ASA, o empreiteiro e a fiscalização, o arranque das obras está previsto para o primeiro semestre de 2017.

[2] Estes estudos tem como objetivo a implementação dos Sistemas de Aproximação por Satélite – GNSS: *Global Navigation Satelite System*. SID - *Standard Instrument Departure*. STAR - *Standard Arrival*. APP - *Approach Control Service*.

DRAFT

2.9 Formação

No ano em relato foram contempladas formações de gestão, operacional e técnica cuja carga horária se encontra no quadro abaixo (quadro 8). No que se refere a formações internas e externas o percentual maior foi o das formações internas, com 55%, enquanto as externas representaram 45%.

No total foram ministradas 29 ações de formação, abrangendo um total de 221 formandos. O investimento global com o processo de formação foi de cerca 7.700 contos. Os quadros seguintes ilustram os tipos de formação e funções a que se destinaram:

TIPO FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Área Gestão	157
Área Operacional	668
Área Técnica	234
Total	**1.059**

Quadro 8 - Tipo de Formação e Carga Horária

FORMAÇÕES POR FUNÇÕES	% de Frequência nas 29 formações ministradas
Chefias	41,60%
Técnicos	38,10%
Bombeiros	8,50%
Outros	11,80%
Total	**100%**

Quadro 9 - Formação por Função e Frequência

DRAFT

2.10 Recursos

2.10.1 Órgãos de Gestão

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, cujos membros exercem funções por mandatos de 3 anos renováveis, nos termos do Estatuto da ASA (Decreto Regulamentar nº 3/2011, de 4 de Junho).

Conselho de Administração:

Presidente: João Renato Lima[3]

Administrador de Infraestruturas e Operações Aeroportuárias, e Informática: Daniel Augusto Melo Lima Évora

Administrador de Navegação Aérea e Segurança Qualidade e Ambiente: Aniceto Jesus Lopes Barbosa

Assembleia Geral:

Presidente: Arnaldo Silva

Secretário: Sheila Pinto Monteiro

Conselho Fiscal:

Presidente: Carlos Rocha de Oliveira

Vogal: Karina Lopes

Vogal: Paulo dos Santos

DRAFT

[3] O Presidente do Conselho de Administração também acumula o Pelouro de Finanças, Recursos Humanos, Monitorização e Controlo de Gestão, Comunicação e Imagem, e Jurídico.

2.10.2 Recursos Humanos

No final de 2016, os serviços da ASA empregavam 533 trabalhadores, mais três do que no ano anterior.

Situação	2016	2015	2014	Peso (%)	Variação 16/15 Nº	Variação 16/15 %	Variação 15/14 Nº	Variação 15/14 %
Efetivos	460	469	479	86,3	-9	-1,9	-10	-2,1
Contratados a termo	73	61	52	13,7	12	19,7	9	17,3
TOTAL	**533**	**530**	**531**	**100,0**	**3**	**0,6**	**-1**	**-0,2**

Quadro 10 - Tipo de Pessoal – Efetivos e Contratados a Termo

O quadro de pessoal da ASA está afeto às cinco grandes estruturas orgânicas (Unidades de Negócio) e à Sede. A estrutura com o maior número de colaboradores é a Direção do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (DAIAC) com 130 colaboradores, seguindo-se a Sede com um total de 122 colaboradores.

Estrutura	2016	2015	2014	Peso (%)	Variação 16/15 Nº	Variação 16/15 %	Variação 15/14 Nº	Variação 15/14 %
SEDE	**122**	**126**	**123**	**22,9**	**-4**	**-3,2**	**3**	**2,4**
DNA	**82**	**80**	**84**	**15,4**	**2**	**2,5**	**-4**	**-4,8**
DAIAC	**130**	**131**	**134**	**24,4**	**-1**	**-0,8**	**-3**	**-2,2**
AIAC	117	118	121	22,0	-1	-0,8	-3	-2,5
AD S.Nicolau	13	13	13	2,4	0	0,0	0	0,0
DAIPNM	**114**	**112**	**110**	**21,4**	**2**	**1,8**	**2**	**1,8**
AIPNM	94	91	89	17,6	3	3,3	2	2,2
AD Maio	8	8	8	1,5	0	0,0	0	0,0
AD Fogo	12	13	13	2,3	-1	-7,7	0	0,0
DAICE	**52**	**47**	**47**	**9,8**	**5**	**10,6**	**0**	**0,0**
DAIAP	**33**	**34**	**33**	**6,2**	**-1**	**-2,9**	**1**	**3,0**
TOTAL	**533**	**530**	**531**	**100,0**	**3**	**0,6**	**-1**	**-0,2**

Quadro 11 - Quadro de Pessoal por Unidades de Negócio e Sede

O emprego na ASA, no final de 2016, tinha as seguintes características:

- 86,3% dos trabalhadores eram efetivos;
- O género masculino correspondia a quase três quartos do total (73,9%);
- A média de idades dos colaboradores na ASA aumentou para 45 anos;
- A média de idade de entrada dos colaboradores é de 26 anos. Uma tendência que não varia muito ao longo dos anos, uma vez que a empresa condiciona a idade de entrada para determinadas funções;
- A média de antiguidade, manteve-se nos 18 anos, repercutindo-se positivamente na estabilidade desse indicador na empresa;

DRAFT

- A taxa de absentismo em 2016 foi de 2,4%, relatando um aumento quando comparado com os 1,9% registados em 2015.

INDICADORES	2016	2015	2014
Efetivos (%)	**86,3**	**88,5**	**90,2**
Género (%)			
Homens	73,9	74,0	73,8
Mulheres	26,1	26,0	26,2
Média (anos)			
Idade	45	44	44
Idade Entrada	26	27	26
Antiguidade	18	18	18
Movimentação (Nº)			
Entradas	14	15	22
Saídas	11	16	8

Quadro 12 - Outros Indicadores RH

Quanto às habilitações literárias, a empresa apresenta um total 3,2% de colaboradores com mestrado, 16,9% com licenciatura, 58,7% com o ensino secundário (incluindo os que ainda estão a estudar e ainda não completaram o 12º ano). A empresa tem como uma das suas políticas, o incentivo ao estudo dos colaboradores, comparticipando em 50% das propinas e concedendo dispensas para os exames.

Habilitações	2016	2015	2014	Peso (%)	Variação 16/15		Variação 15/14	
					Nº	%	Nº	%
Mestrado	17	17	12	3,2	0	0,0	5	41,7
Licenciatura	90	79	70	16,9	11	13,9	9	12,9
Bacharel	18	17	17	3,4	1	5,9	0	0,0
Ensino Secundário	313	316	326	58,7	-3	-0,9	-10	-3,1
Outros	95	101	106	17,8	-6	-5,9	-5	-4,7
TOTAL	**533**	**530**	**531**	**100,0**	**3**	**0,6**	**-1**	**-0,2**

Quadro 13 - Habilitações Literárias

DRAFT

2.10.3 Instalações

A Sede da ASA encontra-se na ilha do Sal, na cidade de Espargos.

A rede aeroportuária gerida pela ASA engloba quatro aeroportos internacionais (AIAC, AIPNM, AIAP e AICE), três aeródromos (ADSN – Aeródromo de São Nicolau, em S. Nicolau), ADSF – Aeródromo de São Filipe, no Fogo) e (ADM – Aeródromo do Maio, no Maio) e a FIR Oceânica do Sal.

Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC), situado na ilha do Sal



Figura 3 - Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (AIPNM), situado na ilha de Santiago



Figura 4 - Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

DRAFT

Aeroporto Internacional Cesária Évora (AICE), situado na ilha de São Vicente



Figura 5 - Aeroporto Internacional Cesária Évora

Aeroporto Internacional Aristides Pereira (AIAP), situado na ilha da Boa Vista



Figura 6 - Aeroporto Internacional Aristides Pereira

Direção de Navegação Aérea (DNA), situado no Centro de Controlo Oceânico na ilha do Sal



DRAFT

Figura 7 - Centro de Controlo Oceânico do Sal

3 DESEMPENHO ECONÓMICO

3.1 Resultados

O Resultado líquido da ASA, em 2016, foi positivo em 469 mil contos, refletindo um decréscimo de 908 mil contos, face a 2015, em virtude da diminuição dos Rendimentos (- 12,3%), enquanto os Gastos registaram um aumento (+ 3,8%).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
6	**Gastos**	**4.553.961**	**4.386.301**	**4.463.747**	**100**	**167.660** ▽	**3,8**	**-77.446** △	**-1,7**
62	Fornecimentos e serviços externos	1.235.392	1.265.237	1.331.715	27,1	-29.845 △	-2,4	-66.478 △	-5,0
63	Gastos com o pessoal	1.172.394	1.231.712	1.234.613	25,7	-59.317 △	-4,8	-2.902 △	-0,2
64	Gastos de depreciação e de amortiz.	1.077.667	1.102.301	1.114.911	23,7	-24.634 △	-2,2	-12.610 △	-1,1
65	Perdas por imparidade	793.766	464.722	183.431	17,4	329.044 ▽	70,8	281.291 ▽	>100
66	Perdas por reduções de justo valor	2.878	0	0	0,1	2.878	-	0	-
67	Provisões do periodo	52.999	32.283	19.014	1,2	20.716 ▽	64,2	13.268 ▽	69,8
68	Outros gastos	65.775	104.354	128.096	1,4	-38.579 △	-37,0	-23.742 △	-18,5
69	Perdas de financiamento	153.090	185.693	451.967	3,4	-32.602 △	-17,6	-266.274 △	-58,9
7	**Rendimentos**	**5.404.487**	**6.159.296**	**4.815.248**	**100**	**-754.808** ▽	**-12,3**	**1.344.048** △	**27,9**
72	Prestacoes de servicos	4.837.624	4.722.053	4.697.561	89,5	115.571 △	2,4	24.492 △	0,5
76	Reversões	343.909	1.036.629	0	6,4	-692.720 ▽	-66,8	1.036.629	-
78	Outros rendimentos	200.589	391.846	101.774	3,7	-191.256 ▽	-48,8	290.072 △	>100
79	Ganhos de financiamento	22.365	8.768	15.913	0,4	13.597 △	>100	-7.145 ▽	-44,9
	Resultado antes de Imposto	**850.526**	**1.772.995**	**351.498**		-922.468 ▽	-52,0	1.421.497 △	>100
	Imposto do Período	**179.136**	**269.998**	**160.386**		-90.862 ▽	-33,7	109.612 △	68,3
	Imposto Diferido	**201.981**	**125.831**	**89.518**		76.150 △	60,5	36.313 △	40,6
	Resultado Liquido	**469.409**	**1.377.166**	**280.630**		**-907.757** ▽	**-65,9**	**1.096.536** △	**100,0**

Quadro 14 - Resultados

O Resultado antes de Imposto foi positivo em 851 mil contos, tendo registado uma diminuição de 922 mil contos, face a 2015. Esta diminuição deveu-se, essencialmente, às duas rubricas de rendimentos:

- Reversões, que registaram 343.909 contos em 2016, menos 693 mil contos, face a 2015. Tal decréscimo é justificado pelas operações decorrentes do encontro de contas com o Estado, realizado em 2015, tendo a ASA efetuado, na altura, reversões no valor total de 1.036.629 contos, em que a maior parte deste valor foi referente às reversões de dívidas dos TACV, cuja explicação pormenorizada consta mais à frente neste relatório (ver 3.3.2 Reversões).

- Outros Rendimentos, que registaram 200.589 contos, uma diminuição de 191 mil contos, face a 2015. A justificação deve-se, essencialmente, pela diminuição de rendimentos provenientes da CV *Handling* (- 86 mil contos) e a outros rendimentos provenientes da atividade corrente da empresa (- 110 mil contos), face a 2015. (ver 3.3.3 Outros Rendimentos).

Por outro lado, o aumento dos Gastos, em 2016, deveu-se às Perdas por imparidade que registaram um acréscimo de 329 mil contos, face ao ano passado. (variação explicada no capítulo 3.2.4 Perdas por Imparidade).

O quadro seguinte mostra um cenário em que, se expurgarmos esses acontecimentos pontuais (Perdas por imparidade, Reversões e Outros Rendimentos), em 2016* e 2015*, os resultados obtidos sejam uma reflexão apenas de operações correntes da empresa:

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2016*	2015	2015*	Real 2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 16*/15*	
								Valor	%	Valor	%
6	**Gastos**	**4.553.961**	**4.163.961**	**4.386.301**	**4.386.300**	**4.463.748**	**100**	**167.660** ▽	**3,8**	**-222.339** △	**-5,1**
62	Fornecimentos e serviços externos	1.235.392	1.235.392	1.265.237	1.265.237	1.331.715	27	-29.845 △	-2,4	-29.845 △	-2,4
63	Gastos com o pessoal	1.172.394	1.172.394	1.231.712	1.231.712	1.234.613	26	-59.317 △	-4,8	-59.317 △	-4,8
64	Gastos de depreciação e de amortiz.	1.077.667	1.077.667	1.102.301	1.102.301	1.114.911	24	-24.634 △	-2,2	-24.634 △	-2,2
65	Perdas por imparidade	793.766	403.766	464.722	464.722	183.431	17	329.044 ▽	70,8	-60.956 ▽	>100
66	Perdas por reduções de justo valor	2.878	2.878	0	0	0	0	2.878	-	2.878	-
67	Provisões do periodo	52.999	52.999	32.283	32.283	19.014	1	20.716 ▽	64,2	20.716 ▽	64,2
68	Outros gastos	65.775	65.775	104.354	104.353	128.096	1	-38.579 △	-37,0	-38.578 △	-37,0
69	Perdas de financiamento	153.090	153.090	185.693	185.693	451.967	3	-32.602 △	-17,6	-32.602 △	-17,6
7	**Rendimentos**	**5.404.487**	**4.951.360**	**6.159.296**	**4.849.423**	**4.815.248**	**100**	**-754.808** ▽	**-12,3**	**101.938** △	**2,1**
72	Prestacoes de servicos	4.837.624	4.837.624	4.722.053	4.722.053	4.697.561	89,5	115.571 △	2,4	115.571 △	2,4
76	Reversões	343.909	0	1.036.629	0	0	6,4	-692.720 ▽	-66,8	0	-
78	Outros rendimentos	200.589	91.371	391.846	118.601	101.774	3,7	-191.256 ▽	-48,8	-27.230 ▽	-23,0
79	Ganhos de financiamento	22.365	22.365	8.768	8.768	15.913	0,4	13.597 △	>100	13.597 △	>100
	Resultado antes de Imposto	**850.526**	**787.399**	**1.772.995**	**463.122**	**351.500**		**-922.468** ▽	**-52,0**	**324.277** △	**70,0**

Quadro 15 - Resultados 2016 e 2015* (Expurgando Reversões, parte de Outros Rendimentos e Perdas por Imparidade)*

Em 2016*:

- Dos Gastos totais, exclui-se 390.000 contos em Perdas por imparidade (dívida do Estado, resultante do protocolo assinado em 2001, para regularização da dívida dos TACV, como contrapartida da participação da ASA no capital dos TACV, no eventual processo de privatização deste- ver capítulo 3.2.4), ficando na conta apenas com 403.766 contos;
- Dos rendimentos, exclui-se o montante total de 343.909 contos em Reversões (cerca de 211 mil contos são decorrentes de reversões de provisões efetuadas para o pagamento de obras a mais na Boa Vista e S.Vicente- ver capitulo 3.3.2);
- De Outros rendimentos, exclui-se 109.218 contos, provenientes da CV *Handling*, ficando apenas 91.371 contos, decorrentes de atividades correntes da empresa (ver capítulo 3.3.3).

Em 2015*:

- Exclui-se efeito positivo das Reversões (1.036.629 contos- ver capitulo 3.3.2);
- Exclui-se parte de Outros Rendimentos (exclui-se 273.245 contos, sendo 195.245 contos provenientes de rendimentos obtidos da CVH e 78.000 contos, respeitantes a acertos com a AAC, no âmbito do encontro de contas realizado em 2015), ficando apenas 118.601 contos).

Neste cenário, sem acontecimentos pontuais (*one-offs*), temos um Resultado antes de imposto, em 2016*, de 787.399 contos, uma variação de + 324 mil contos, face ao registado em 2015*. Tal deve-se, por um lado, ao aumento dos rendimentos aeroportuários aeronáuticos, resultante do aumento de tráfego nos aeroportos e por outro lado, pela diminuição dos principais gastos de funcionamento.

DRAFT

3.2 Gastos

Os Gastos totalizaram 4.553.961 contos em 2016, traduzindo um aumento de 168 mil contos, face a 2015. Apesar de se terem registado poupanças, a nível de gastos desembolsáveis, como sejam, Fornecimentos e serviços externos e Gastos com o pessoal, que tiveram reduções de cerca 30 mil e 59 mil contos, respetivamente, face a 2015, as Perdas por imparidade (+329 mil contos) influenciaram a variação registada nos Gastos.

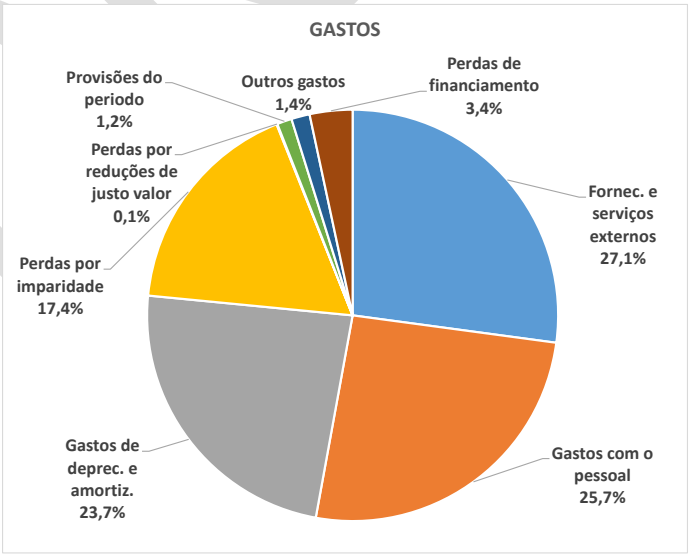
Em 2016, por se ter entendido ser improvável a sua realização, reconheceu-se como Perda por Imparidade, a totalidade de uma dívida do Estado, no valor de 390 mil contos[4], fazendo com que as perdas por imparidades atingissem 794 mil contos, em 2016.

Analisando os Gastos da empresa, os de maior peso continuam a ser os Fornecimentos e Serviços Externos (27,1%, dos gastos totais), seguidos dos Gastos com o pessoal (peso de 25,7%) e dos Gastos de depreciação e de amortização (peso de 23,7%), tendo todos diminuído, face a 2015, com se constata no quadro seguinte:

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
6	**Gastos**	**4.553.961**	**4.386.301**	**4.463.747**	**100,0**	**167.660** ▽	**3,8**	**-77.446** △	**-1,7**
62	Fornec. e serviços externos	1.235.392	1.265.237	1.331.715	27,1	-29.845 △	-2,4	-66.478 △	-5,0
63	Gastos com o pessoal	1.172.394	1.231.712	1.234.613	25,7	-59.317 △	-4,8	-2.902 △	-0,2
64	Gastos de deprec. e amortiz.	1.077.667	1.102.301	1.114.911	23,7	-24.634 △	-2,2	-12.610 △	-1,1
65	Perdas por imparidade	793.766	464.722	183.431	17,4	329.044 ▽	70,8	281.291 ▽	>100
66	Perdas por reduções de justo valor	2.878	0	0	0,1	2.878	-	0	-
67	Provisões do periodo	52.999	32.283	19.014	1,2	20.716 ▽	64,2	13.268 ▽	69,8
68	Outros gastos	65.775	104.354	128.096	1,4	-38.579 △	-37,0	-23.742 △	-18,5
69	Perdas de financiamento	153.090	185.693	451.967	3,4	-32.602 △	-17,6	-266.274 △	-58,9

Quadro 16 - Gastos



[4] Referentes a um saldo a receber do acionista (Estado), resultante do protocolo assinado em 2001 para a regularização da dívida da TACV através da cedência de ações desta empresa, no eventual processo de privatização e que não entrou no encontro de contas efetuado no ano passado.

Figura 8 - Tipologia de Gastos e peso no total de Gastos

3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os gastos atingiram 1.235.392 contos em 2016, representando uma diminuição de 2,4%, face a 2015. No quadro seguinte, observa-se o comportamento das principais rubricas de FSE em 2016:

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
62	**Fornecimentos e Serv. Ext.**	**1.235.392**	**1.265.237**	**1.331.715**	**100,0**	**-29.845** ▲	**-2,4**	**-66.478** ▲	**-5,0**
6211	Agua	75.155	82.711	84.374	6,1	-7.556 ▲	-9,1	-1.664 ▲	-2,0
6212	Electricidade	156.832	224.978	266.730	12,7	-68.146 ▲	-30,3	-41.752 ▲	-15,7
6213	Combustíveis e outros fluidos	14.547	17.887	27.379	1,2	-3.340 ▲	-18,7	-9.492 ▲	-34,7
6214	Conservação e Reparação	116.537	101.906	111.010	9,4	14.630 ▼	14,4	-9.104 ▲	-8,2
621701	Publicidade	4.925	13.950	21.379	0,4	-9.025 ▲	-64,7	-7.430 ▲	-34,8
621702	Patrocinio	23.266	11.923	55.292	1,9	11.343 ▼	95,1	-43.369 ▲	-78,4
6219	Limpeza, higiene e conforto	78.478	81.640	83.380	6,4	-3.162 ▲	-3,9	-1.739 ▲	-2,1
6223	Prestação Serviço Meteo	132.000	132.000	132.000	10,7	0	0,0	0	0,0
6224	Comunicação	27.679	24.860	29.236	2,2	2.819 ▼	11,3	-4.376 ▲	-15,0
6225	Seguros	33.319	38.193	39.244	2,7	-4.874 ▲	-12,8	-1.051 ▲	-2,7
6227	Vigilancia e segurança	132.915	128.301	118.482	10,8	4.614 ▼	3,6	9.819 ▼	8,3
6229	Estudo e pareceres	50.618	17.566	11.368	4,1	33.052 ▼	>100	6.198 ▼	>55
6233	Deslocações e estadias	25.302	67.832	40.688	2,0	-42.530 ▲	-62,7	27.144 ▼	66,7
6234	Comissões	39.513	32.679	34.839	3,2	6.834 ▼	20,9	-2.159 ▲	-6,2
6235	Honorários	35.949	26.994	64.348	2,9	8.955 ▼	33,2	-37.354 ▲	-58,0
6238	Taxa Regulação AAC	217.940	183.371	134.241	17,6	34.569 ▼	18,9	49.130 ▼	36,6
623801	Taxa de Regulação	25.068	28.027	134.241	2,0	-2.960 ▲	-10,6	-106.213 ▲	-79,1
623802	Comparticiipação FIR	137.936	154.327	0	11,2	-16.392 ▲	-10,6	154.327	-
623803	Comparticiipação TSA	54.937	1.016	0	4,4	53.920 ▼	>100	1.016	-
	Outros gastos	70.415	78.446	77.726	5,7	-8.030 ▲	-10,2	720 ▼	0,9

Quadro 17 - Fornecimentos e Serviços Externos

No âmbito do objetivo estratégico de racionalização de gastos, as maiores poupanças obtidas em 2016, face ao período homólogo, verificaram-se nas rubricas de:

Eletricidade e Água, com decréscimos de 68 mil contos e 8 mil contos, respetivamente, justificadas essencialmente, por medidas relacionadas com a eficiência energética.

Em eletricidade, o destaque vai para o AIPNM e o AIAC, com diminuições de 44,8 % e 30,6 %, respetivamente, que se traduziram em menos 35.597 contos no AIPNM e 32.610 contos no AIAC.

Relativamente ao consumo de água, a diminuição de gastos é transversal, sendo o AIPNM responsável por 72,8% do valor total em 2016, tendo este registado uma diminuição de 9,4% ou seja, menos 5.695 contos, face a 2015.

Deslocações e estadias, registaram uma diminuição de 43 mil contos, por duas causas, por um lado, devido ao alto valor registado em 2015, derivado do encontro de contas com o Estado, onde foram aceites faturas emitidas pelos TACV no montante de 39.499 contos que não estavam registadas nas contas da ASA. Por outro lado, a diminuição deve-se, também, pela não realização de algumas deslocações ligadas à formação.

DRAFT

Publicidade e Propaganda em 2016, embora os gastos com Publicidade tenham registado um decréscimo de 64,7%, face a 2015, a ASA apostou nos patrocínios a eventos desportivos e de música a nível nacional, tendo concedido verbas para alguns eventos como:

- Jogos CPLP;
- Festival de música do Sal e da Boavista;
- *Atlantic Music Expo*, na Praia;
- Oferta de um equipamento de radio sondagem, ao Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Por outro lado, em 2016, algumas rubricas de FSE, registaram aumentos:

Estudos e Pareceres que registaram 50 mil contos (+33 mil contos), comparativamene a 2015. Os principais gastos estão relacionados com:

- Estudos CAPEX e OPEX de operações noturnas no AIAP e AICE (17.461 contos);
- Estudos de Procedimentos GNSS, no AIAP e AICE (11.577 contos);
- Planos diretores dos aeródromos (7.608 contos);
- Estudos de obstáculos e segurança operacional, no AICE e AIAP (6.715 contos);
- Estudo/Projeto de Reabilitação do Pavimento do AIAP (5.932 contos);
- Inquéritos de satisfação (1.600 contos).

Taxas de Regulação AAC. No global, o montante a entregar à AAC, em 2016, registou um aumento de 34 mil contos, face a 2015, devido, essencialmente, à Taxa de Comparticipação da Segurança Aeroportuária (TSA), tendo registado + 54 mil contos face a 2015, dado que entrou em vigor apenas em outubro de 2015.

Taxa SAR[5]. Em 2016, a ASA passou a pagar mais uma taxa às autoridades, esta é paga uma vez por ano, e de acordo com o volume de tráfego, tendo no seu primeiro ano de existência, conseguido arrecadar cerca de 5 mil contos, pagos pela ASA.

Conservação e Reparação, que registou cerca de 117 mil contos de gastos (+14,4%, face ao ano passado), devido essencialmente à conservação de equipamentos e edifícios:

- Gastos em manutenção e conservações diversas no AIPNM (7.000 contos), Sede (4.000 contos), DNA (4.000 contos), AIAC (3.000 contos) e AIAP (2.000 contos);
- Contratação de serviços externos para reparações diversas no AIAP (pista e cobertura) (6.000 contos);
- Manutenção de Cobertura Metálica do AICE (2.000 contos);
- Pintura Geral do AICE (1.000 contos);
- Reparação das condutas de drenagem no AD S Nicolau (1.000 contos).

Honorários, que ao contrário do ano passado, este ano registaram um acréscimo de 9 mil contos, devido essencialmente, aos honorários pagos aos serviços prestados por consultores externos (revisão

[5] Com o objetivo de financiar o funcionamento do Centro Conjunto de Coordenação de Salvamento (JRCC) e as atividades SAR (Sistema Nacional de Busca e Salvamento), o Governo determinou, a partir do Decreto-Lei nº 61/2015, de 5 de Outubro, a criação de um Fundo SAR. O financiamento do fundo é obtido a partir de várias taxas cobradas a várias entidades nacionais, conforme elencadas no decreto, entre as quais 0,28% da taxa de rota da navegação aérea, nesse caso entregue pela ASA à Comissão Nacional de Busca e Salvamento.

DRAFT

de Estrutura Orgânica da ASA e estudos no âmbito do Plano diretor aeródromos e da reabilitação da pista do AIAP) e pelos auditores financeiros (em 2016, houve mudança auditores externos).

Observa-se na figura abaixo que, de entre os gastos de Fornecimentos e serviços externos, os de maior peso na empresa são as taxas AAC, eletricidade, o serviço de meteorologia, a vigilância e segurança e a conservação e reparação, representado em conjunto 61,2%, do total de 2016.

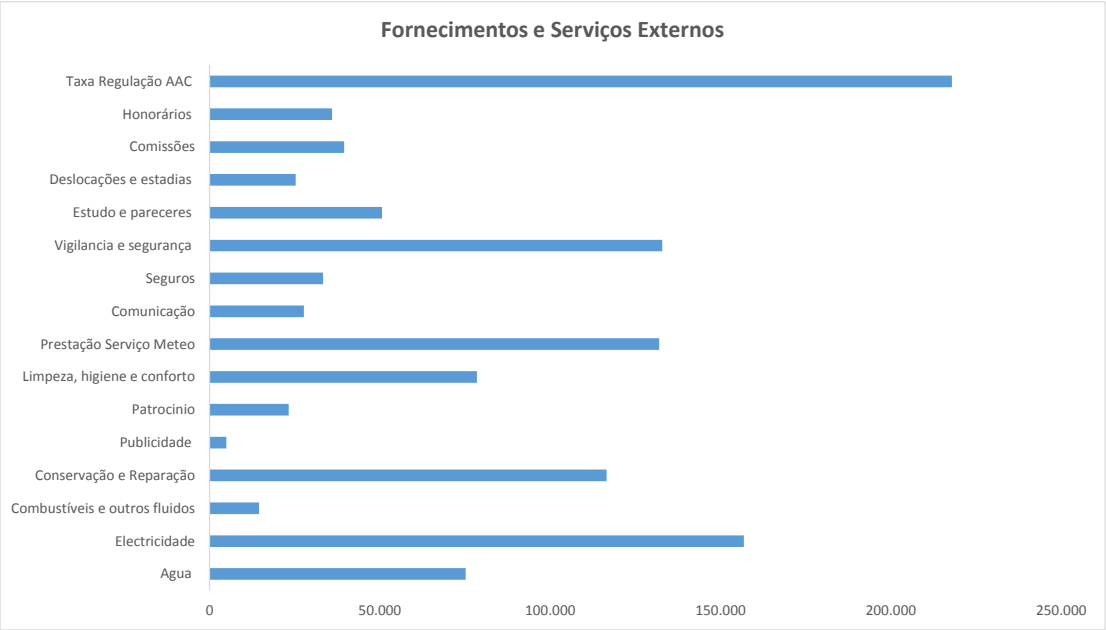


Figura 9 - Fornecimentos e Serviços Externos

Na análise aos Fornecimentos e serviços externos por estrutura, observa-se que o AIAC e o AIPNM (com decréscimos de 31 mil contos e 37 mil contos, respetivamente) e também os aeródromos de São Nicolau e Maio (com decréscimos de 7 mil contos e 3 mil contos, respetivamente), justificam as reduções verificadas no total desta rubrica.

U= Contos

Estrutura	Fornecimentos e serviços externos			Variação 16/15		Variação 15/14	
	2016	2015	2014	Valor	%	Valor	%
ASA	**1.235.392**	**1.265.237**	**1.331.715**	**-29.845**	**-2,4**	**-66.478**	**-5**
DNA	326.656	313.731	277.618	12.925	4,1	36.113	13
AIAC	254.367	285.780	346.165	-31.413	-11,0	-60.385	-17,4
SNICOLAU	13.721	20.923	15.802	-7.202	-34,4	5.121	32,4
AIPNM	256.996	294.444	312.233	-37.448	-12,7	-17.789	-5,7
FOGO	13.611	12.244	10.093	1.367	11,2	2.151	21,3
MAIO	7.236	10.404	7.010	-3.168	-30,5	3.394	48,4
AIAP	132.563	116.046	109.701	16.517	14,2	6.345	5,8
AICE	101.715	91.431	82.934	10.284	11,2	8.496	10,2
SEDE	128.526	120.233	170.158	8.293	6,9	-49.925	-29,3

Quadro 18 - Fornecimentos e serviços externos por estrutura

Analisando a evolução dos FSE nas diferentes estruturas em 2016, constata-se que:

- No AIPNM, a diminuição registada deve-se principalmente à redução, em cerca de 45%, na eletricidade e em 9%, no consumo de água. Houve também redução de gastos em deslocações e estadias em 7.000 (- 57,5%) contos, devido a não realização de algumas

formações, e por fim na rubrica limpeza, higiene e conforto com uma diminuição de 14%, face a 2015, (cerca de - 4 mil contos), em consequência do lançamento de concurso e novo contrato de prestação de serviços de limpeza;

- No AIAC, a redução deve-se às poupanças conseguidas em eletricidade e água, - 30,6% e - 9,6%, respetivamente (ou seja, menos 33 mil contos e 1.265 contos, respetivamente), reduções na conservação e reparação com - 25,9% (- 7.456 contos). Nota ainda para a diminuição dos Seguros pagos - 35,4%, (- 4.410 contos), e na rubrica limpeza, higiene e conforto com uma diminuição de 4,1% (-1.184 contos) resultante de novos contratos de prestação de serviço de limpeza;

- A DNA, por sua vez, registou um aumento nos FSE, face a 2015, justificado na sua maior fatia pelos gastos em estudos e pareceres (+ 8.849 contos), gastos com comunicação (+ 4.867 contos), conservação e reparação (+ 2.383 contos) e patrocínios (+ 3.501 contos).

- Na Sede, não obstante a redução na conta publicidade (- 10.000 contos), e nos gastos de deslocações e estadias (- 12.000 contos), houve um aumento do total de gastos em FSE, justificado por algumas rubricas como honorários (+ 12.00 contos), estudos e pareceres (+ 5.619 contos), patrocínios (+ 9.513 contos) e conservação e reparação (+ 6.836 contos).

3.2.2 Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal totalizaram 1.172.394 contos em 2016 registando um decréscimo de 59 mil contos, face a 2015 (- 4,8%).

Apesar do aumento de 6,2% nas remunerações dos Órgãos Sociais e de 44% nas indemnizações (valor pago aos membros do anterior Conselho de Administração que cessaram funções em julho 2016), as remunerações do pessoal sofreram um decréscimo de 5,9%, influenciando assim a totalidade da conta de Gastos com o pessoal, face a 2015.

O decréscimo nas remunerações de pessoal está, essencialmente, relacionado com reformas de alguns colaboradores, com o pagamento, em 2015, de retroativos referentes à evolução na carreira e com a regularização de excesso de estimativa para subsídio de férias.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
63	**Gastos com o pessoal**	**1.172.394**	**1.231.712**	**1.234.613**	**100,0**	**-59.317** ▲	**-4,8**	**-2.902** ▲	**-0,2**
631	Remunerações dos órgãos sociais	18.148	17.085	11.548	1,5	1.063 ▼	6,2	5.538 ▼	48,0
632	Remunerações do pessoal	957.996	1.018.207	1.006.383	81,7	-60.211 ▲	-5,9	11.825 ▼	1,2
634	Indemnizações	16.168	49	29	1,4	16.119 ▼	>100	20 ▼	>69
635	Encargos sobre remun.	152.019	158.571	157.640	13,0	-6.553 ▲	-4,1	931 ▼	0,6
636	Seguros	3.417	2.452	1.812	0,3	965 ▼	39,4	639 ▼	35,3
637	Gastos de acção social	4.030	7.874	8.416	0,3	-3.844 ▲	-48,8	-543 ▲	-6,4
638	Outros gastos com o pessoal	20.617	27.474	48.785	1,8	-6.857 ▲	-25,0	-21.312 ▲	-43,7

Quadro 19 - Gastos com o Pessoal

DRAFT

Também contribuiu para o decréscimo dos gastos, a diminuição de Outros Gastos com o Pessoal, devido a decréscimos nos gastos com formação de pessoal (- 6 mil contos), face a 2015.

3.2.3 Gastos de depreciação e de amortização

Os gastos de depreciação e amortização totalizaram 1.077.667 contos em 2016, traduzindo uma diminuição de cerca de 25 mil contos (- 2,2%), face a 2015. Esta variação deve-se a alguns bens, sobretudo materiais de carga e transporte e alguns equipamentos administrativos que, em 2016, chegaram ao fim do período de amortização.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
64	**Gastos de depreciação e de amortização**	**1.077.667**	**1.102.301**	**1.114.911**	**100,0**	**-24.634** ▲	**-2,2**	**-12.610** ▲	**-1,1**
642	Activos fixos tangíveis	1.071.907	1.097.397	1.109.969	99,5	-25.490 ▲	-2,3	-12.572 ▲	-1,1
643	Activos intangíveis	5.760	4.905	4.942	0,5	856 ▼	17,4	-37 ▲	-0,8

Quadro 20 - Gastos de Depreciação e Amortização

3.2.4 Perdas por imparidade

As perdas por imparidade totalizaram 793.766 contos, em 2016, traduzindo um aumento de 329 mil contos, face a 2015.

Tal aumento justifica-se, essencialmente, pelo reconhecimento como perda, do montante de 390.000 contos, em Outros Devedores, valor que constava a receber do acionista Estado, resultante do protocolo assinado em 2001, para a regularização de parte de dívida dos TACV, através da cedência de ações desta empresa, no eventual processo de privatizações, e que não entrou no acerto de contas, realizado em 2015.

Por outro lado, em 2016, por uma questão de prudência deu-se continuidade, à política adotada pela ASA em 2015, de reconhecimento como perdas por imparidade a totalidade de dívida dos TACV e demais clientes, totalizando a conta de Clientes, cerca de 363.111 contos, como se constata abaixo:

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
65	**Perdas por imparidade**	**793.766**	**464.722**	**183.431**	**100,0**	**329.044** ▼	**70,8**	**281.291** ▼	**>100**
6511	Clientes	363.111	374.747	62.809	45,7	-11.636 ▲	-3,1	311.938 ▼	>100
6512	Outros Devedores	390.000	0	0	49,1	390.000	-	0	-
652	Ajustamentos em inventários	40.655	0	0	5,1	40.655	-	0	-
653	Em investimentos financeiros	0	89.975	0	0,0	-89.975 ▲	-100,0	89.975	-
655	Em Ativos fixos tangivéis	0	0	120.622	0,0	0	-	-120.622 ▲	-100,0

Quadro 21 - Perdas por Imparidade

DRAFT

3.2.5 Provisões do período

As provisões do período totalizaram cerca de 53 mil contos, em 2016, e face à experiência de anos anteriores, acautelam possíveis correções ao montante de Imposto Único sobre o Património, IUP (28 mil contos) e sobre, Imposto sobre o Valor Acrescentado, IVA (6 mil contos).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
67	**Provisões do periodo**	**52.999**	**32.283**	**19.014**	**100,0**	**20.716** ▼	**64,2**	**13.268** ▼	**69,8**
671	Para Impostos	33.985	13.268	0	64,1	20.716 ▼	156,1	13.268	-
678	Outras Provisões	19.014	19.014	19.014	35,9	0	0,0	0	**0,0**

Quadro 22 - Provisões

3.2.6 Outros gastos

A rubrica outros gastos totalizou 65.775 contos em 2016, tendo os impostos contribuído com 24 mil contos, ou seja, um peso de 36,5% sobre o total da conta. Tratam-se de valores utilizados para regularização do Imposto Único sobre o Património (11 mil contos), impostos indiretos (2.600 contos) e taxas municipais várias (9 mil contos). Além disso, registaram-se cerca de 42 mil contos em outros gastos, referentes, essencialmente, a flutuações cambiais.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
68	**Outros gastos**	**65.775**	**104.354**	**128.096**	**100,0**	**-38.579** ▲	**-37,0**	**-23.742** ▲	**-18,5**
681	Impostos	24.008	71.755	44.307	36,5	-47.747 ▲	-66,5	27.447 ▼	61,9
684	Perdas em Inventário	0	130	0	0,0	-130 ▲	>100	130	-
687	Gastos em investimentos não financeiros	3	7.608	0	0,0	-7.606 ▲	>100	7.608	-
688	Outros gastos	41.765	24.860	83.789	63,5	16.905 ▼	68,0	-58.929 ▲	-70,3

Quadro 23 - Outros gastos

3.2.7 Gastos e perdas de financiamento

Os gastos e perdas de financiamento somaram 153 mil contos em 2016, revelando uma redução de 33 mil contos, face a 2015. A poupança na rubrica de Juros suportados, deveu-se, em grande parte, aos juros suportados com empréstimos obtidos e aos juros do empréstimo obrigacionista em carteira, com taxas de juro indexadas à taxa de cedência do BCV, cuja evolução se tem registado em decréscimo.

Na rubrica Outras perdas de financiamento, registaram-se os gastos com seguros sobre empréstimos em carteira e as comissões de montagem de financiamentos contratados no período.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
69	**Perdas de financiamento**	**153.090**	**185.693**	**451.967**	**100,0**	**-32.602** ▲	**-17,6**	**-266.274** ▲	**-58,9**
691	Juros suportados	110.983	141.656	185.490	72,5	-30.673 ▲	-21,7	-43.834 ▲	-23,6
692	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	0	1.949	0,0	0	-	-1.949 ▲	-100,0
698	Outras perdas de financiamento	42.107	44.037	264.528	27,5	-1.930 ▲	-4,4	-220.491 ▲	-83,4

Quadro 24 - Gastos e Perdas de financiamento

3.3 Rendimentos

Os Rendimentos atingiram os 5.404.487 contos em 2016, uma diminuição de 755 mil contos (-12,3%), face a 2015.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
7	**Rendimentos**	**5.404.487**	**6.159.296**	**4.815.248**	**100,0**	**-754.808**	**-12,3**	**1.344.048**	**27,9**
72	Prestacoes de servicos	4.837.624	4.722.053	4.697.561	89,5	115.571	**2,4**	24.492	**0,5**
76	Reversões	343.909	1.036.629	0	6,4	-692.720	**-66,8**	1.036.629	-
78	Outros rendimentos	200.589	391.846	101.774	3,7	-191.256	**-48,8**	290.072	**>100**
79	Ganhos de financiamento	22.365	8.768	15.913	0,4	13.597	**>100**	-7.145	**-44,9**

Quadro 25 - Rendimentos

Apesar de a principal componente de rendimentos, as Prestações de Serviços (peso de 89,5% no total de rendimentos), ter registado um aumento de 2,4%, face a 2015, a maior variação ocorreu na rubrica Reversões[6], tendo este ano sofrido um decréscimo de 66,8% (- 693 mil contos), face a 2015 (ver capítulo 3.3.2 - Reversões).

Também influencia a diminuição dos rendimentos globais, a rubrica Outros rendimentos que obteve um decréscimo de 48,8% (- 191 mil contos), face a 2015, devido essencialmente aos rendimentos provenientes da CV Handling e de diferenças câmbio operacionais. (ver capítulo 3.3.3 – Outros Rendimentos).

3.3.1 Prestações de Serviços

As Prestações de Serviços em 2016 totalizaram 4.837.624 contos, revelando um aumento de 116 mil contos, face a 2015 (+ 2,4%).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
72	**Prestacoes de servicos**	**4.837.624**	**4.722.053**	**4.697.561**	**100,0**	**115.571**	**2,4**	**24.492**	**0,5**
721	Rendi. Aeroport. Aeronáuticos	2.163.548	1.958.915	1.846.362	44,7	204.634	**10,4**	112.552	**6,1**
722	Rendimentos de Navegação Aérea	2.472.855	2.571.422	2.703.192	51,1	-98.568	**-3,8**	-131.770	**-4,9**
725	Rendim. Aeroport. Comerciais	201.706	193.744	150.112	4,2	7.961	**4,1**	43.632	**29,1**

Quadro 26 - Prestações de Serviços

Verificou-se que os Rendimentos de Navegação Aérea (peso de 51,1%, no total de Prestações de Serviços), atingiram 2.703.192 contos, um decréscimo que se vem notando nos últimos anos, e que em 2016 foi menos acentuado, cerca de - 99 mil contos (- 3,8%), face a 2015.

[6] Regularização das dívidas da TACV, em virtude dos acertos efetuados em 2015, por via do encontro de contas efetuado com o Estado.

DRAFT

Por sua vez, os Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos (peso de 44,7%) e Comerciais (peso de 4,2%) cresceram, ao registarem aumentos de 10,4% e 4,1%, respetivamente, face a 2015. Estes aumentos colmataram o efeito negativo da diminuição dos Rendimentos de Navegação Aérea, fazendo com que no geral os rendimentos tivessem uma evolução positiva.

O aumento dos Rendimentos Aeronáuticos, em 205 mil contos, foi impulsionado, essencialmente, pelos aumentos de:

- Serviços de assistência a passageiros (+ 135 mil contos);
- Taxa de Segurança (+ 59 mil contos);
- Aterragem e Descolagem (+ 41 mil contos).

Quanto aos Rendimentos Comerciais que aumentaram em cerca de 8 mil contos (+ 4,1%), um aumento abaixo do registado no ano passado (29,1%), dado em grande parte, às obras no terminal do AIPNM que afetaram os rendimentos provenientes da ocupação de lojas.

Observa-se no gráfico a seguir (Figura 10), que os principais rendimentos aeroportuários aeronáuticos são os provenientes de serviços a passageiros, taxa de aterragem e descolagem e taxa de segurança aeroportuária, que em conjunto representam 89,1% do total desta categoria de rendimento.

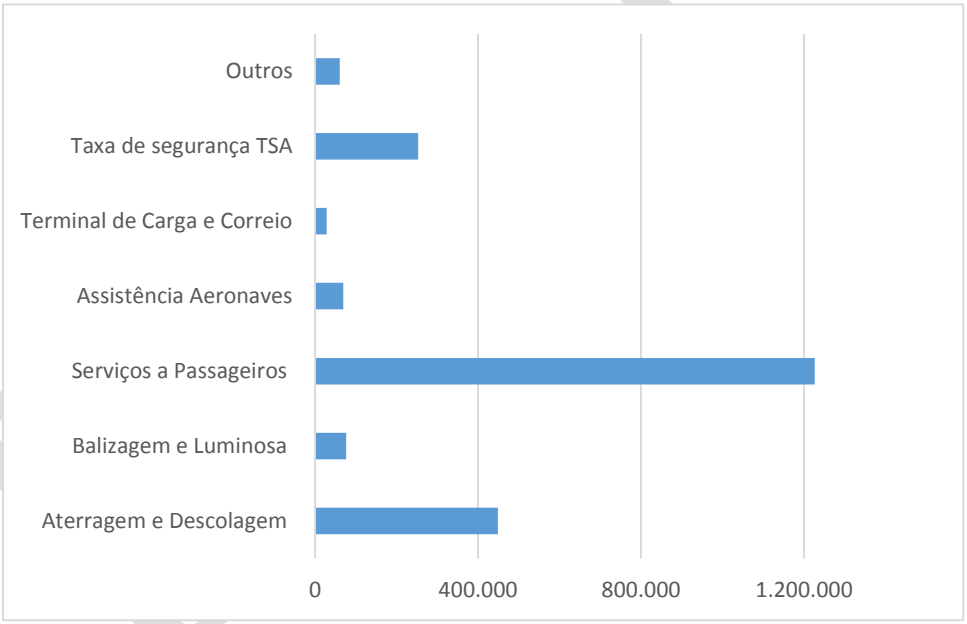


Figura 10 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos

Analisando os rendimentos aeroportuários aeronáuticos (Quadro 28), por aeroportos e aeródromos, verifica-se que, os aeroportos internacionais apresentam uma evolução positiva, face a 2015, com grande destaque para o AIAC, com aumento de 156 mil contos e para o AIAP, com aumento de 53 mil contos. O AIPNM invertendo a tendência dos últimos anos, registou uma diminuição de 15 mil contos, justificado, em parte, pelas obras no terminal do aeroporto.

No AIAC, esse acréscimo deve-se ao serviço a passageiros e à taxa de segurança aeroportuária que registaram 96 mil contos e 33 mil contos, respetivamente. No AIPNM, a assistência a aeronaves e o terminal de carga e correio, registaram diminuições de 21 mil contos e 3 mil contos, respetivamente.

U= Contos

Estrutura	Rendimentos Aerop. Aeronáuticos				Variação 16/15		Variação 15/14	
	2016	2015	2014	Peso	Valor	%	Valor	%
ASA	**2.163.548**	**1.958.915**	**1.846.362**	**100,00%**	**204.633**	**10,4**	**112.552**	**12,4**
AIAC	990.529	834.003	775.772	45,8%	156.526	18,8	58.231	7,5
SNICOLAU	10.386	9.337	9.299	0,5%	1.049	11,2	38	0,4
AIPNM	493.461	508.394	468.762	22,8%	-14.933	-2,9	39.633	8,5
FOGO	21.608	21.256	22.213	1,0%	352	1,7	-956	-4,3
MAIO	4.813	4.135	4.810	0,2%	678	16,4	-675	-14,0
AIAP	490.253	437.606	428.192	22,7%	52.647	12,0	9.414	2,2
AICE	152.498	144.183	137.316	7,0%	8.315	5,8	6.868	5,0

Quadro 27 - Rendimentos Aeroportuários Aeronáuticos por aeroporto

No que concerne aos rendimentos comerciais, as rubricas de maior peso, foram: Ocupação de edifícios (110 mil contos), Comparticipação nas vendas (63 mil contos), Reclames e letreiros (10 mil contos) e Exploração comercial (9 mil contos), conforme discriminado no gráfico a seguir (Figura 11).

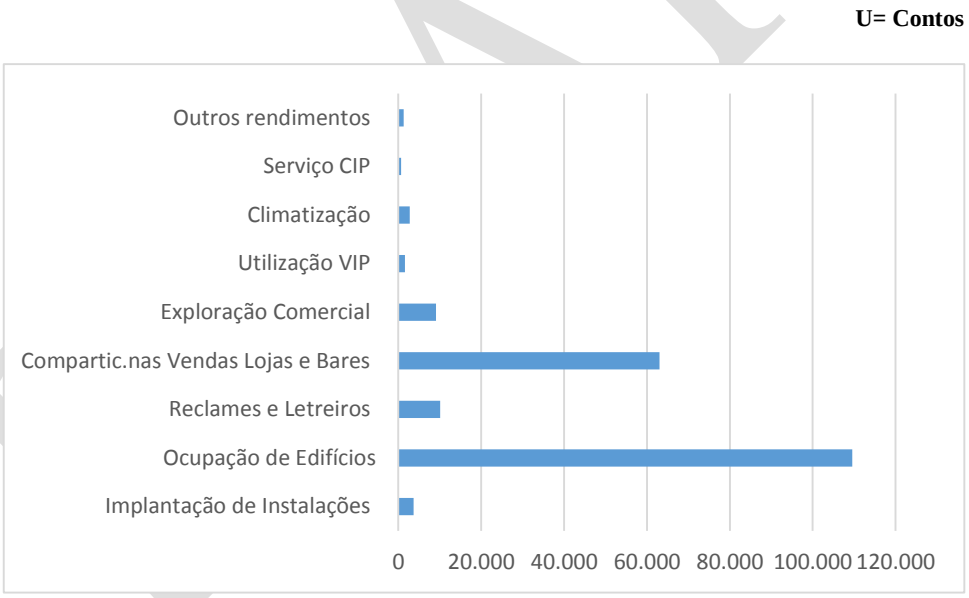


Figura 11 - Rendimentos Aeroportuários Comerciais

A distribuição dos Rendimentos Comerciais, por aeroporto, apresenta-se no quadro seguinte (Quadro 28).

U= Contos

Estrutura	Rendimentos Aerop. Comerciais				Variação 16/15		Variação 15/14	
	2016	2015	2014	Peso	Valor	%	Valor	%
ASA	**201.706**	**193.744**	**150.112**	**100,00%**	**7.962**	**4,1**	**43.632**	**29,1**
AIAC	108.084	93.848	75.017	53,6%	14.236	15,2	18.830	25,1
SNICOLAU	748	777	549	0,4%	-29	-3,7	228	41,5
AIPNM	60.376	66.896	45.111	29,9%	-6.520	-9,7	21.786	48,3
FOGO	1.344	1.434	1.413	0,7%	-90	-6,3	22	1,5
MAIO	388	270	456	0,2%	118	43,6	-187	-40,9
AIAP	21.680	22.140	19.776	10,7%	-460	-2,1	2.364	12
AICE	8.148	7.580	7.052	4,0%	568	7,5	527	7,5
SEDE	937	799	738	0,5%	138	17,3	61	8,3

Quadro 28 - Rendimentos comerciais por aeroporto

O AIAC foi o aeroporto que registou o maior acréscimo (+ 14 mil contos) nos rendimentos comerciais, face a 2015, justificado pelo aumento do volume de passageiros transportados. As subrubricas que mais contribuíram para este aumento foram a Comparticipação em Vendas de lojas e bares (9.382 contos), Exploração Comercial (3.348 contos) e Ocupação de Edifícios (2.846 contos).

No AIPNM, apesar do aumento registado no tráfego, os rendimentos comerciais registaram um decréscimo na ordem dos 6.500 contos, face a 2015, devido às obras em curso (de expansão do terminal do aeroporto). Houve decréscimo, principalmente nos rendimentos relacionados com a ocupação de edifícios e exploração comercial.

3.3.2 Reversões

As Reversões totalizaram 343.909 contos em 2016, revelando um decréscimo de 693 mil contos (-66,8%), face ao período homólogo de 2015.

A justificação prende-se com as reversões de Perdas por imparidade, que registaram um decréscimo de 794 mil contos (-87,3%), face a 2015. No ano passado, realizou-se um encontro de contas sectorial com o Estado, tendo resultado em reversões de Perdas por imparidade referentes, na sua maioria, a dívidas dos TACV. Em 2016, apenas se registaram 115.850 contos, derivadas regularizações de dívidas por parte de vários a clientes.

Quanto à rubrica, reversão de Provisões, esta registou um acréscimo de 101 mil contos (+79,5%), atingindo os 228.059 contos, em 2016. Tal acréscimo deve-se, essencialmente, à reversão de provisões para fazer face às eventuais amortizações de imobilizado.[7]

[7] Em 2008, foi assumido pelo Governo de Cabo Verde, o pagamento das obras contratualizadas e efetuadas pela MSF e Armando Cunha nos aeroportos da Boa Vista e S. Vicente, por terem realizado trabalhos adicionais nesses aeroportos. A ASA não reconheceu os valores faturados no seu imobilizado, pois alguns trabalhos foram realizados fora dos limites dos aeroportos em questão. Na altura era expectável que a dívida fosse regularizada via aumento de capital. Esta responsabilidade ficou assim reconhecida pela ASA, numa rubrica de Ativos (sócios). Todos os anos se constituía provisões para fazer face às amortizações desses imobilizados, caso passassem para a esfera da ASA, sendo que, em 2016 reverteu-se a totalidade dessas provisões, no valor de 210 mil contos.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
76	**Reversões**	**343.909**	**1.036.629**	**0**	**100,0**	**-692.720**	**-66,8**	**1.036.629**	**-**
762	De Perdas por Imparidade	115.850	909.559	0	33,7	-793.710	**-87,3**	909.559	-
763	De Provisões	228.059	127.069	0	66,3	100.990	**79,5**	127.069	-

Quadro 29 – Reversões

3.3.3 Outros rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos totalizou 200.589 contos em 2016, uma diminuição de 191 mil contos, face a 2015. Esta variação deve-se, por um lado, a diminuição de rendimentos provenientes da *CV Handling* (empresa detida a 100% pela ASA), menos 86 mil contos obtidos e por outro lado a outros rendimentos provenientes da atividade corrente da empresa - diferenças de câmbio operacionais e às regularizações de clientes e fornecedores que registaram, em 2016, decréscimos de 44 mil contos e 66 mil contos, respetivamente.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
78	**Outros rendimentos**	**200.589**	**391.846**	**101.774**	**100,0**	**-191.256**	**-48,8**	**290.072**	**>100**
781	Rendimentos suplementares	42.976	50.177	52.703	21,4	-7.201	**-14,4**	-2.525	**-4,8**
782	Descontos de p. pag. obtidos	545	64	183	0,3	481	**>100**	-119	**-65,1**
784	Ganhos em inventários	649	2.161	75	0,3	-1.512	**-70,0**	2.086	**>100**
785	Rend. subsidiárias, assoc. e emp. Conj.	111.221	196.860	0	55,4	-85.639	**-43,5**	196.860	-
787	Rend. em investimentos não finac.	6.573	3.964	318	3,3	2.609	**65,8**	3.646	**>100**
788	Outros	38.626	138.620	48.495	19,3	-99.994	**-72,1**	90.124	**>100**

Quadro 30 - Outros rendimentos

3.3.4 Ganhos de financiamento

Os Ganhos de Financiamento registaram cerca de 22 mil contos, um aumento de 14 mil contos, face a 2015. Este aumento deve-se principalmente, às diferenças de câmbio favoráveis (mais 10 mil contos) e ganhos nos juros obtidos de aplicações de financiamentos (mais 3.603 contos).

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso %	Variação 16/15		Variação 15/14	
						Valor	%	Valor	%
79	**Ganhos de financiamento**	**22.365**	**8.768**	**15.913**	**100,0**	**13.597**	**>100**	**-7.145**	**-44,9**
791	Juros Obtidos	7.368	3.765	15.474	32,9	3.603	**95,7**	-11.709	**-75,7**
792	Dif. de Câmbio Favoráveis	14.997	4.715	439	67,1	10.282	**>100**	4.277	**>100**
798	Outros Ganhos de Financiamento	0	288	0		-288	**-100,0**	288	-

Quadro 31 - Ganhos de Financiamento

DRAFT

3.4 Indicadores de Desempenho

Quanto aos principais indicadores de desempenho e de criação de valor, verifica-se que a empresa tem conseguido criar valor e assim arcar com a demanda de recursos exigida pela sua expansão, quer em termos operacionais, quer em termos humanos. O Autofinanciamento gerado em 2016, foi no montante de 2.362.275 contos (quadro 32).

U=Contos

Indicadores	Métrica	2016	2015	2014	Variação 16/15 Valor	Variação 16/15 %	Variação 15/14 Valor.	Variação 15/14 %.
Margem EBITDA	EBITDA / Receitas	42,6%	64,6%	43,1%	-0,22	-34,2%	0,22	50,1%
Rend.e Económica	EBIT / Activo Líquido	6,9%	13,5%	5,4%	-0,07	-49,3%	0,08	>100%
VAB	Prestações de serviços - FSE	3.602.232	3.456.816	3.365.846	145.416	>100%	90.970	2,7%
VAB/ Efetivo médio	VAB/ Efetivo médio	1.633	1.493	1.429	140	9,4%	65	4,5%
Autofinanciamento	RL +Amort. +-Imparid. +-Prov. +-var. de J.Valor	2.012.155	1.939.555	1.579.809	72.600	>100%	359.746	22,8%
Taxa de Cob. do Autof.	Autof. / Investimentos	147,7%	250,2%	46,1%	-1,02	-40,9%	2,04	>100%
Investimentos	Investimentos	1.362.043	775.301	3.429.373	586.743	>100%	-2.654.072	-77,4%

Quadro 32 - Indicadores Económicos

Relativamente ao indicador de crescimento financeiro, em 2016 (Margem EBITDA[8]), em 2016 este indica um potencial de geração de caixa de 42,6% e regista uma diminuição de 34,1 % em relação ao ano anterior, devido ao alto valor registado nas Reversões em 2015. A rentabilidade líquida dos ativos é de 14,4%, um aumento de 6,5 % em relação ao ano anterior.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresenta um crescimento de 4,2%, justificado por um lado, pelo aumento em 2,4% nas prestações de serviços e, por outro lado, pela contenção em 2,4% nos fornecimentos e serviços externos. No que se refere ao VAB por estrutura de negócios, verifica-se que, a Direção de Navegação Aérea, setor de maior peso em termos de volume de negócios, regista um decréscimo de 111.493 contos face a 2015, que se explica pela redução nos rendimentos provenientes da taxa de rota, comparativamente a 2015 (quadro 33).

U= Contos

Estrutura	Valor Acrescentado Bruto 2016	2015	2014	Peso	Variação 16/15 Valor	Variação 16/15 %	Variação 15/14 Valor	Variação 15/14 %
ASA	**3.602.232**	**3.456.816**	**3.365.846**	**100,00%**	**145.416**	**4,2**	**90.971**	**2,7**
DNA	2.146.198	2.257.691	2.425.574	59,6%	-111.493	-4,9	-167.883	-6,9
AIAC	844.018	641.325	503.824	23,4%	202.693	31,6	137.500	27,3
SNICOLAU	(2.595)	(10.849)	(6.001)	-0,1%	8.254	-76,1	-4.848	80,8
AIPNM	296.816	280.561	201.339	8,2%	16.255	5,8	79.222	39,3
FOGO	9.280	10.140	13.149	0,3%	-860	-8,5	-3.009	-22,9
MAIO	(2.039)	(6.012)	(1.762)	-0,1%	3.973	-66,1	-4.250	>100
AIAP	379.277	343.319	337.817	10,5%	35.958	10,5	5.502	1,6
AICE	58.866	60.075	61.326	1,6%	-1.209	-2,0	-1.250	-2
SEDE	(127.589)	(119.434)	(169.420)	-3,5%	-8.155	6,8	49.986	-29,5

Quadro 33 - VAB por estrutura de negócio

[8] *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation &Amortization.*

3.5 Unidades de Negócio e Sede

O quadro seguinte (quadro 34), apresenta o total de Gastos e Rendimentos por Aeroportos, Navegação Aérea e Sede. Nos gastos podemos constatar que AIAC, AIPNM e Sede representam 64% dos Gastos da empresa. Quanto aos Rendimentos, a Direção de Navegação Aérea, através da FIR Oceânica do Sal, contribui para a maior parte de Rendimentos da ASA, com um peso de 46% sobre o total de rendimentos.

U = Contos

UNIDADES DE NEGÓCIO e SEDE	2016	2015	2014	Peso	Variação 16/15		Variação 15/14	
					Valor	%	Valor	%
GASTOS	**4.553.961**	**4.386.301**	**4.463.747**	**100%**	**167.660**	**3,8**	**-77.446**	**-1,7**
Direção de Navegação Aérea	**762.161**	**726.468**	**668.357**	**17%**	**35.693**	**4,9**	**58.111**	**8,7**
Direção do Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	**978.206**	**1.041.513**	**1.194.680**	**21%**	**-63.307**	**-6,1**	**-153.167**	**-12,8**
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	900.991	956.258	1.117.388	20%	-55.267	-5,8	-161.130	-14,4
Aeródromo de São Nicolau	77.215	85.255	77.292	2%	-8.040	-9,4	7.963	10,3
Direção do Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	**1.016.497**	**1.101.826**	**1.034.818**	**22%**	**-85.329**	**-7,7**	**67.008**	**6,5**
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	923.209	985.754	924.457	20%	-62.545	-6,3	61.297	6,6
Aeródromo do Fogo	61.662	66.788	61.175	1%	-5.126	-7,7	5.613	9,2
Aeródromo do Maio	31.626	49.284	49.186	1%	-17.658	-35,8	98	0,2
Direção do Aeroporto Inter. Aristides Pereira	**405.362**	**382.427**	**447.632**	**9%**	**22.934**	**6,0**	**-65.205**	**-14,6**
Direção do Aeroporto Inter. Cesária Évora	**466.148**	**481.427**	**500.519**	**10%**	**-15.279**	**-3,2**	**-19.092**	**-3,8**
Sede	**925.588**	**652.640**	**617.744**	**20%**	**272.948**	**41,8**	**34.896**	**5,6**
RENDIMENTOS	**5.404.487**	**6.159.296**	**4.815.248**	**100%**	**-754.808**	**-12,3**	**1.344.048**	**27,9**
Direção de Navegação Aérea	**2.494.119**	**2.710.044**	**2.732.757**	**46%**	**-215.925**	**-8,0**	**-22.713**	**-0,8**
Direção do Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	**1.169.546**	**1.206.872**	**884.607**	**22%**	**-37.326**	**-3,1**	**322.265**	**36,4**
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	1.157.735	1.186.190	874.515	21%	-28.455	-2,4	311.674	35,6
Aeródromo de São Nicolau	11.811	20.683	10.092	0%	-8.871	-42,9	10.591	>100
Direção do Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	**652.449**	**1.046.614**	**581.820**	**12%**	**-394.164**	**-37,7**	**464.794**	**79,9**
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	622.063	992.629	552.750	12%	-370.566	-37,3	439.880	79,6
Aeródromo do Fogo	24.792	44.453	23.532	0%	-19.661	-44,2	20.921	88,9
Aeródromo do Maio	5.594	9.531	5.538	0%	-3.937	-41,3	3.993	72,1
Direção do Aeroporto Inter. Aristides Pereira	**662.034**	**526.069**	**451.996**	**12%**	**135.965**	**25,8**	**74.073**	**16,4**
Direção do Aeroporto Inter. Cesária Évora	**253.169**	**271.906**	**144.810**	**5%**	**-18.737**	**-6,9**	**127.096**	**87,8**
Sede	**173.170**	**397.791**	**19.258**	**3%**	**-224.621**	**-56,5**	**378.534**	**>100**
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO	**850.526**	**1.772.995**	**351.499**	**100%**	**-922.468**	**-52,0**	**1.421.497**	**>100**
Direção de Navegação Aérea	**1.731.958**	**1.983.576**	**2.064.400**	**204%**	**-251.618**	**-12,7**	**-80.824**	**-3,9**
Direção do Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	**191.340**	**165.359**	**-310.073**	**22%**	**25.981**	**15,7**	**475.432**	**>100**
Aeroporto Inter. Amílcar Cabral	256.744	229.931	-242.873	30%	26.812	11,7	472.804	>100
Aeródromo de São Nicolau	-65.404	-64.572	-67.200	-8%	-831	1,3	2.628	-3,9
Direção do Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	**-364.048**	**-55.212**	**-452.998**	**-43%**	**-308.835**	**559,4**	**397.785**	**-87,8**
Aeroporto Inter. Praia Nelson Mandela	-301.146	6.876	-371.707	-35%	-308.021	>100	378.582	>100
Aeródromo do Fogo	-36.870	-22.335	-37.643	-4%	-14.535	65,1	15.308	-40,7
Aeródromo do Maio	-26.032	-39.753	-43.648	-3%	13.721	-34,5	3.895	-8,9
Direção do Aeroporto Inter. Aristides Pereira	**256.672**	**143.642**	**4.364**	**30%**	**113.031**	**78,7**	**139.277**	**>100**
Direção do Aeroporto Inter. Cesária Évora	**-212.979**	**-209.521**	**-355.709**	**-25%**	**-3.459**	**1,7**	**146.188**	**-41,1**
Sede	**-752.418**	**-254.848**	**-598.486**	**-88%**	**-497.570**	**195,2**	**343.638**	**-57,4**

Quadro 34 - Gastos e Rendimentos Por Unidades de Negócio e Sede

As unidades de negócio que registaram as maiores diminuições de gastos, face ao período homólogo de 2015, foram o AIPNM, com uma diminuição 7,7% e o AIAC com uma redução de gastos de

DRAFT

6,1%. O projeto de eficiência energética contribuiu de forma considerável na redução dos gastos operacionais.

Analisando o Resultado Antes de Imposto (quadro 35), observa-se que a DNA, o AIAC e o AIAP, apresentaram resultado positivo mas as demais estruturas apresentaram resultados negativos:

DRAFT

Descrição da conta	ASA	DNA	AIAC	SNICOLAU	AIPNM	FOGO	MAIO	AIAP	AICE	SEDE
Vendas e prestações de serviços	4.837.624	2.472.855	1.098.385	11.126	553.813	22.891	5.196	511.840	160.581	937
Resultado Operacional Bruto	**4.837.624**	**2.472.855**	**1.098.385**	**11.126**	**553.813**	**22.891**	**5.196**	**511.840**	**160.581**	**937**
Fornecimentos e serviços externos	(1.235.392)	(326.656)	(254.367)	(13.721)	(256.996)	(13.611)	(7.236)	(132.563)	(101.715)	(128.526)
Valor acrescentado bruto	**3.602.232**	**2.146.198**	**844.018**	**(2.595)**	**296.816**	**9.280**	**(2.039)**	**379.277**	**58.866**	**(127.589)**
Ganhos/perdas imputados de sub., associadas e emp. Conj.	109.218	0	0	0	0	0	0	0	0	109.218
Gastos com pessoal	(1.172.394)	(248.840)	(238.713)	(16.489)	(185.567)	(16.093)	(10.486)	(60.931)	(100.645)	(294.631)
Ajustamentos em inventários	(40.655)	0	0	0	0	0	0	0	0	(40.655)
Imparidade de dívidas a receber	(637.261)	(79.972)	(45.489)	(2.495)	(75.382)	(3.408)	(882)	(10.909)	(28.714)	(390.010)
Provisões do periodo	175.060	0	0	0	(27.666)	0	0	117.252	74.381	11.093
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/reduções justo valor	(2.878)	0	0	0	0	0	0	0	0	(2.878)
Outros rendimentos e ganhos	91.371	21.182	15.160	0	23.311	70	64	6.410	1.963	23.211
Outros gastos e perdas	(65.775)	(36.491)	(10.541)	(266)	(8.853)	(39)	(27)	(2.152)	(526)	(6.880)
EBIT	**981.252**	**1.762.009**	**273.850**	**(57.169)**	**(284.174)**	**(36.870)**	**(39.084)**	**277.256**	**(172.112)**	**(742.453)**
Juros e ganhos similares obtidos	22.365	0	0	0	0	0	0	0	0	22.365
Juros e perdas similares suportados	(153.090)	(30.051)	(17.106)	(8.234)	(16.971)	0	13.052	(20.583)	(40.867)	(32.329)
Resultado antes de Impostos	**850.526**	**1.731.958**	**256.744**	**(65.404)**	**(301.146)**	**(36.870)**	**(26.032)**	**256.672**	**(212.979)**	**(752.418)**
Imposto do periodo	(179.136)	(138.176)	(20.483)	0	0	0	0	(20.477)	0	0
Imposto diferido	(201.981)	(155.797)	(23.095)	0	0	0	0	(23.089)	0	0
Resultado Liquido	**469.409**	**1.437.985**	**213.165**	**(65.404)**	**(301.146)**	**(36.870)**	**(26.032)**	**213.106**	**(212.979)**	**(752.418)**

Quadro 35 – Demonstração de Resultados por Estrutura

DRAFT

4 CLIENTES E GESTÃO DE CRÉDITO

A carteira de clientes da empresa em 2016 foi constituída por 659 clientes ativos, (menos 36 que em 2015), com um volume de faturação[9] de 4.883 mil contos, revelando um acréscimo de 108 mil contos face a 2015.

Da carteira de clientes da ASA, 47,6% (314 clientes) são filiados na Internacional Air Transpor Association (IATA), sendo a sua faturação (taxa de rota), cobrada através da IATA Clearing House.

Para além dos clientes filiados na IATA, a faturação e cobrança das taxas de passageiros e segurança aos TACV também têm sido efetuadas por esta via, em resultado de um acordo firmado entre as partes em 2015. Este acordo permitiu à ASA, o recebimento de 323 mil contos em 2016, referentes às taxas acima referidas.

As cobranças[10] por sua vez atingiram o montante de 4.581 mil contos, mais 647 mil contos, face aos 3.934 mil contos arrecadados em 2015[11], revelando uma taxa de cobrança de 93,8%, superior aos 82,4%, atingidos em 2015.

O aumento que se verifica nas cobranças, e consequentemente na taxa de cobrança do ano, justifica-se essencialmente pelo acordo com os TACV, acima referido e pela alteração das condições contratuais com a IATA, nomeadamente a redução do prazo de pagamento de 65 para 35 dias, o que resultou no recebimento, em março de 2016, do valor correspondente a 2 meses de faturação. Assim, a Navegação Aérea apresentou uma taxa de cobrança superior a 100% (96,2% em 2015).

Relativamente aos serviços aeroportuários aeronáuticos, a taxa de cobrança verificada em 2016 foi de 85,2%.

Nos rendimentos comerciais, a taxa de cobranças foi de 78,5%, muito próxima dos 78,8% conseguidos em 2015.

DRAFT

[9] Não inclui impostos.

[10] Não inclui impostos. Inclui regularização de adiantamentos.

[11] Não inclui as faturas da TACV regularizadas por via do encontro de contas setorial, que se realizou em 2015.

5 INVESTIMENTOS

Em 2016 foram realizados investimentos no montante de 1.362 mil contos, dos quais 91% se referem às obras de expansão e modernização dos Aeroportos Internacionais da Praia Nelson Mandela, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, as quais se encontram em curso.

U = Contos

Conta	Descrição da conta	2016	2015	2014	Peso	Variação 16/15 Valor	Variação 16/15 %	Variação 15/14 Valor	Variação 15/14 %
4	**INVESTIMENTOS**	**1.362.043**	**775.301**	**3.408.670**	**100,0%**	**586.743**	**75,7%**	**-2.633.369**	**-77,3%**
41	**Investimentos financeiros**	**0**	**0**	**188.000**	**0,0%**	**0**	--	**-188.000**	-100,0%
411	Participações Financeiras - MEF	0	0	188.000	0,0%	0	--	-188.000	-100,0%
43	**Activos fixos tangíveis**	**48.456**	**56.268**	**45.109**	**3,6%**	**-7.811**	-13,9%	**11.159**	24,7%
432	Edificios e outras construções	3.478	25.011	18.824	0,3%	-21.533	-86,1%	6.187	32,9%
433	Equipamento básico	23.397	22.808	14.535	1,7%	590	2,6%	8.273	56,9%
434	Equipamentos de transporte	4.174	3.610	0	0,3%	564	15,6%	3.610	--
435	Equipamentos admnistrativos	17.021	4.356	2.887	1,2%	12.665	>100%	1.468	50,9%
437	Outos activos fixos tangíveis	386	483	8.862	0,0%	-97	-20,0%	-8.379	-94,6%
44	**Activos intangíveis**	**0**	**6.023**	**3.011.898**	**0,0%**	**-6.023**	-100,0%	-3.005.875	-99,8%
441	Goodwill	0	0	3.010.260	0,0%	0	--	-3.010.260	-100,0%
443	Programas de computador	0	6.023	1.638	0,0%	-6.023	-100,0%	4.385	>100%
45	**Ativos fixos em curso**	**1.313.587**	**713.010**	**163.663**	**96,4%**	**600.577**	84,2%	**549.347**	>100%
452	Activos fixos tangíveis em curs	1.313.587	713.010	163.663	96,4%	600.577	84,2%	549.347	>100%

Quadro 36 - Investimentos Realizados

Para além das obras em curso, destacam-se os investimentos em equipamento básico, no montante de 23 mil contos, valor que inclui os custos suportados com a aquisição dos equipamentos de segurança, nomeadamente aparelhos de raio-x e detetores de metais para os aeroportos.

Nos equipamentos administrativos, cujo investimento se situa nos 17 mil contos, pesam a aquisição e instalação de um sistema de videoconferência em todos os aeroportos internacionais, de forma a garantir uma melhor comunicação entre os aeroportos e a Sede da empresa, reduzindo assim as necessidades de deslocações e os custos associados.

Incluídas nos investimentos em curso, pode-se observar abaixo a evolução da execução das obras acima referidas:

U = Contos

Projeto	Total projeto	Realização Anos anteriores	Realização 2016	Realização Total	Realização %
Expansão AIPNM	2.851.578	438.902	621.699	1.060.602	37,2%
Expansão AIAC	1.093.321	141.119	333.836	474.955	43,4%
Expansão AIAP	804.980	115.280	287.019	402.299	50,0%
Total	**4.749.879**	**695.301**	**1.242.554**	**1.937.856**	**40,8%**

Quadro 37 - Principais investimentos

A expansão e modernização do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela tem valor total estimado em 2.852 mil contos, sendo que a 31 de dezembro de 2016, o montante investido ascendia a 1.061 mil contos, correspondente a 37,2% do total previsto. Este projeto é financiado em cerca de 83% pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) sendo o restante suportado pela ASA, através de financiamento bancário, contraído em 2015.

DRAFT

A expansão dos terminais dos Aeroportos Internacionais Amílcar Cabral e Aristides Pereira são projetos de investimentos conjunto, sendo financiados pelo Governo de Espanha – através de um empréstimo concedido pelo Instituto de Crédito Oficial (ICO). A fiscalização da obra é financiada pela ASA, com recurso a empréstimo bancário. O total deste investimento está orçado em 1.898 mil contos, tendo sido realizados até ao final do período em análise cerca de 877 mil contos, correspondendo a uma taxa de realização de 46,2%.

6 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

6.1 Posição Financeira

A 31 de dezembro de 2016 a empresa evidenciava um património bruto de 17.057 mil contos, mais 254 mil contos face a 2015. As aplicações foram impactadas, pela diminuição de ativos por impostos diferidos decorrente das reversões efetuadas em 2016 e as origens, pela transferência do resultado líquido de 2015, que foi, excecionalmente, em muito superior aos restantes anos e que originou uma redução no total do Capital Próprio (quadro 38).

U = Contos

Aplicações	2016	2015	2014	Variação 16/15		Variação 15/14	
				Valor	%	Valor	%
Ativo Fixo (liquido)	14.318.551	14.423.915	14.563.434	-105.364	-0,7%	-139.519	-1,0%
Necessidades Cíclicas	1.869.833	1.684.555	2.658.225	185.278	11,0%	-973.670	-36,6%
Tesouraria Ativa	868.847	694.842	266.308	174.005	25,0%	428.534	>100%
Total	**17.057.230**	**16.803.312**	**17.487.967**	**253.918**	**1,5%**	**-684.655**	**-3,9%**

Quadro 38 - Aplicação de Fundos

De notar ainda que, face ao bom desempenho a nível de cobranças, a ASA regista em 2016 uma tesouraria ativa de 869 mil contos, o que garante à empresa bom equilíbrio financeiro.

U = Contos

Origens	2016	2015	2014	Variação 16/15		Variação 16/15	
				Valor	%	Valor	%
Capitais Permanentes	15.326.484	15.386.576	15.248.790	-60.093	-0,4%	137.786	0,9%
Capital Próprio	10.146.468	10.365.640	8.988.475	-219.172	-2,2%	1.377.165	15,3%
Capital Alheio (MLP)	5.180.015	5.020.936	6.260.315	159.079	3,1%	-1.239.379	-19,8%
Recursos Cíclicos	1.730.747	1.416.736	2.239.177	314.011	18,1%	-822.441	-36,7%
Total	**17.057.230**	**16.803.312**	**17.487.967**	**253.918**	**1,5%**	**-684.655**	**-3,9%**

Quadro 39 - Origem de Fundos

Refira-se que determinados passivos classificados no Balanço Contabilístico como correntes (dívidas ao acionista resultantes de investimentos com financiamento de longo prazo) foram reclassificados no Balanço Funcional como Capital Alheio Estável ou Permanente para efeitos de análise financeira.

DRAFT

Como se pode observar nos gráficos abaixo, o fluxo operacional da ASA é coberto por fundos estáveis (Ativo Fixo Líquido com um peso de 84% no total das Aplicações) (figura 12).

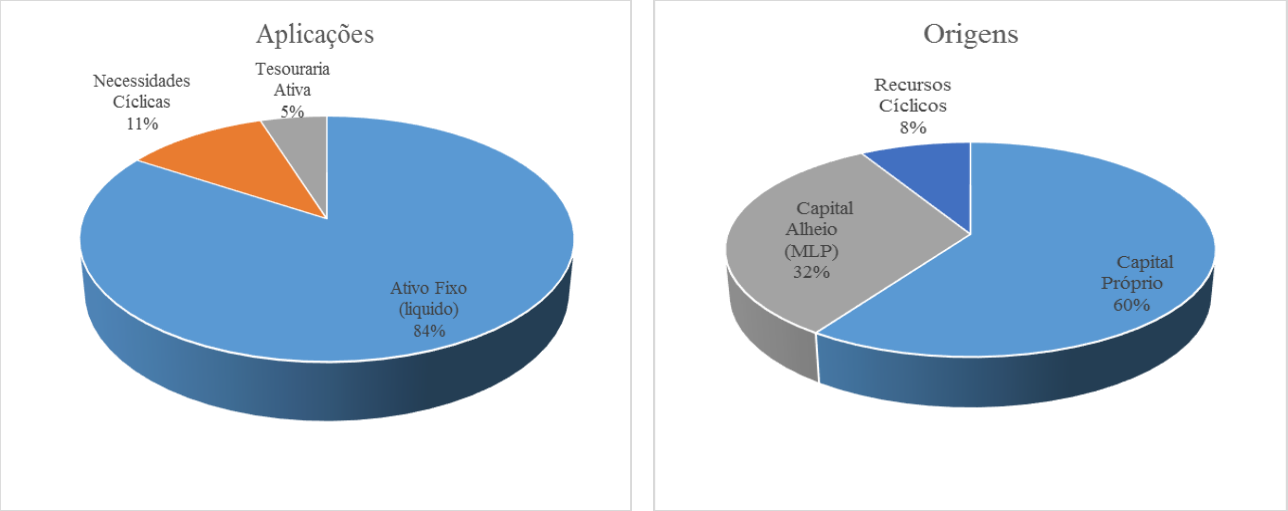


Figura 12 - Aplicação e Origem de Fundos

6.2 Fluxos de Caixa

Como se pode observar na quadro abaixo, o fluxo de caixa líquido em 2016 apresenta uma variação positiva de 174 mil contos, em relação ao ano transato (quadro 40).

U = Contos

Fluxos de Caixa	2016	2015	2014	Variação 16/15 Valor	Variação 16/15 %	Variação 15/14 Valor	Variação 15/14 %
Actividades operacionais	1.635.687	2.434.860	1.160.021	-799.172	-32,8%	1.274.839	>100%
Actividades de investimento	-134.169	-391.236	-309.986	257.067	-65,7%	-81.250	26,2%
Actividades de financiamento	-1.327.526	-1.615.241	-1.061.587	287.716	-17,8%	-553.654	52,2%
Efeitos das diferenças de câmbio	12	151	1.238	-139	-92,3%	-1.087	-87,8%
Caixa e seus equivalentes no início do período	694.842	266.308	476.622	428.534	>100%	-210.314	-44,1%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**868.847**	**694.842**	**266.308**	**174.005**	**25,0%**	**428.534**	**160,9%**

Quadro 40 - Fluxos de Caixa

A variação registada nas atividades operacionais prende-se com a regularização de dívidas da TACV que aconteceu em 2015 por via do encontro de contas setorial.

Nas atividades de investimento, a variação de -65,7% é justificada pelo facto de o pagamento de grande parte dos investimentos do período (obras em curso) serem efetuados diretamente pelas entidades que estão a financiar as obras (expansão AIPNM pelo BAD e expansão AIAC e AIAP pelo ICO) pelo que não constam dos pagamentos efetuados pela ASA. É ainda de se ter em conta que os restantes investimentos realizados em 2016 não têm grande peso, face aos de 2015.

No que respeita aos fluxos de caixa de financiamento, a variação é de -17,8% justificada maioritariamente pelos dividendos pagos em 2016 (400 mil contos).

6.3 Indicadores financeiros

Os principais indicadores financeiros evidenciam uma situação financeira sólida e equilibrada da empresa, com uma solvabilidade de 195,5% o que significa que a empresa tem capacidade de satisfazer os seus compromissos de médio e longo prazos e tem um elevado grau de independência dos seus credores.

					Variação 16/15		Variação 15/14	
Indicadores	Métrica	2016	2015	2014	Valor	%	Valor	%
Autonomia Financeira	C.Próprio/ Activo	59,5%	61,7%	51,4%	-0,02	-3,6%	0,10	20,0%
Solvabilidade	C.Próprio/ Passivo não corrente	195,9%	206,4%	105,8%	-0,11	-5,1%	1,01	95,2%
ROE - Rend. C.Próprio	Resul. Líquido/ C.Próprio	4,6%	13,3%	3,1%	-0,09	-65,2%	0,10	>100%
ROI - Rend. Activo	EBIT / Activo	5,8%	11,6%	4,5%	-0,06	-50,4%	0,07	>100%
Endividamento	Passivo com Juro/ C.Próprio	27,0%	28,7%	35,4%	-0,02	-5,9%	-0,07	-19,0%
Estrutura Financ. Obtidos	Financ. C. Prazo/ Financ. Totais	23,0%	22,5%	21,3%	0,01	2,4%	0,01	5,3%
Capacidade de Endivid.	C.Próprio / Capital permanente	66,2%	67,4%	75,9%	-0,01	-1,7%	-0,08	-11,2%
Período de Recup. Dívida	Emprést. em Divida/ Autofin.	1,3	1,5	2,2	-0,20	-12,9%	-0,65	-29,9%
Cobertura Encargos Financ.	EBIT / Encargos Financeiros	641,0%	1050,2%	174,2%	-4,09	-39,0%	8,76	>100%

Quadro 41 - Principais indicadores financeiros

A rendibilidade dos capitais próprios no exercício é de 4,6%, isto é, por cada 100 unidades monetárias investidas foram gerados 4,6 unidades monetárias em 2016. Note-se ainda que houve decréscimo relativamente ao ano anterior, explicado pela redução registada no resultado líquido do exercício.

A rendibilidade do ativo também decresceu em relação a 2015, situando-se em 5,8% resultante da redução dos resultados do período.

Os indicadores de endividamento espelham uma carteira composta por 22,6% de financiamentos de curto prazo (até 1 ano) e um *Debt to Equity Ratio* de 27,0%, detendo assim a empresa elevado poder negocial para contratação de novos financiamentos.

DRAFT

7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Balanço

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A

Balanço a 31 de Dezembro de 2016 Valores em Contos

Descrição	Notas	2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	4	771	771
Edifícios e outras construções	4	7 326 117	7 998 685
Equipamento Básico	4	793 714	967 453
Equipamento de transporte	4	40 024	195 952
Equipamento administrativo	4	37 297	35 619
Outros ativos tangíveis	4	4 998	5 377
Investimentos em curso	4	2 044 203	868 316
		10 247 124	**10 072 173**
Ativos Intangíveis			
Goodwill	6	3 010 260	3 010 260
Programas de computador	5	109 091	6 863
		3 119 351	**3 017 123**
Propriedades de investimento			
Edifícios e outras construções PI	9	10 851	-
		10 851	**-**
Investimentos financeiros			
Participações Financeiras - método de Eq. Patrimonial	6	394 841	383 245
Outros ativos financeiros	7	199 048	204 055
Ativos por impostos diferidos	8	310 365	517 100
Outras contais a receber LP	15	36 970	219 368
Ativos não correntes detidos para venda	9	-	10 851
Total de ativo não corrente		**941 224**	**14 423 915**
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas subs e de consumo em curso	10	23 871	23 258
Matérias-primas subs e de consumo	10	60 354	100 587
Clientes	11	1 005 181	888 525
Adiantamento a Fornecedores	12	14 510	18 693
Estado e outros entes públicos	13	415 404	185 382
Acionista	14	-	390 000
Outras contais a receber	15	342 346	78 110
Caixa e depósitos bancários	2	868 847	694 842
Total de ativo corrente		**2 730 514**	**2 379 397**
Total do Ativo		**17 049 065**	**16 803 312**

DRAFT

Descrição	Notas	2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	16	5 500 000	5 500 000
Reservas legais	17	210 339	127 449
Outras reservas	17	3 966 721	3 080 395
Resultados transitados	17	-	280 630
Resultado líquido do período		469 409	1 377 166
Total do capital próprio		**10 146 468**	**10 365 640**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	81 775	256 835
Financiamentos obtidos	19	2 108 281	2 304 239
Passivos por impostos diferidos	8	-	4 753
Total de passivo não corrente		**2 190 057**	**2 565 827**
Passivo corrente			
Adiantamentos de clientes	11	28 581	-
Fornecedores	20	155 332	117 867
Estado e outros entes públicos	13	298 941	384 476
Acionista	14	3 278 542	2 455 109
Financiamentos obtidos	19	629 571	667 092
Outras contas a pagar	21	306 125	231 153
Diferimentos	22	15 449	16 148
Total de passivo corrente		**4 712 540**	**3 871 845**
Total do passivo		**6 902 596**	**6 437 672**
Total do capital próprio e passivo		**17 049 065**	**16 803 312**

DRAFT

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Presidente _____
João Renato Lima

O Diretor Financeiro _____
Júlio Carlos Andrade

Administrador _____
Aniceto de Jesus Lopes Cardoso

O Técnico de Contas _____
Carla Letízia Gomes

Administrador _____
Daniel Augusto Melo L. Évora

7.2 Demonstração de Resultados

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro 2016 Valores em Contos

Descrição	Notas	2016	2015
Vendas e prestações de serviços	23	4 837 624	4 722 053
Resultado Operacional Bruto		**4 837 624**	**4 722 053**
Fornecimentos e serviços externos	24	(1 235 392)	(1 265 237)
Valor acrescentado bruto		**3 602 232**	**3 456 816**
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6	109 218	195 245
Gastos com pessoal	25	(1 172 394)	(1 231 712)
Ajustamentos em inventários	10	(40 655)	-
Imparidade de dívidas a receber	11, 14	(637 261)	534 813
Provisões do período	18	175 060	94 787
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis	7	-	(89 975)
Aumentos/reduções justo valor	7	(2 878)	288
Outros rendimentos e ganhos	26	91 371	196 601
Outros gastos e perdas	27	(65 775)	(104 354)
EBITDA		**2 058 919**	**3 052 509**
Gastos de depreciação e amortização	4 e 5	(1 077 667)	(1 102 301)
EBIT		**981 252**	**1 950 208**
Juros e ganhos similares obtidos	28	22 365	8 480
Juros e perdas similares suportados	28	(153 090)	(185 693)
Resultado antes de Imposto		**850 526**	**1 772 995**
Imposto do período	29	(179 136)	(269 998)
Imposto diferido	29	(201 981)	(125 831)
Resultado Liquido		**469 409**	**1 377 166**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Presidente _____
João Renato Lima

O Diretor Financeiro _____
Júlio Carlos Andrade

Administrador _____
Aniceto de Jesus Lopes Cardoso

O Técnico de Contas _____
Carla Letízia Gomes

Administrador _____
Daniel Augusto Melo L. Évora

DRAFT

7.3 Demonstração de alterações no Capital Próprio

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

Demonstração de Alterações no Capital Próprio — Valores em Contos

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido Período	Total
Posições no início do período 2016	1	**5 500 000**	**127 449**	**3 080 396**	**280 630**	**1 377 166**	**10 365 640**
Alterações referentes a rendimentos e gastos reconhecidos no período							
Resultado Líquido do período						469 409	**469 409**
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio		-	82 890	886 325	(280 630)	(688 583)	-
Resultado Extensivo	2	**-**	**82 890**	**886 325**	**(280 630)**	**(219 174)**	**469 411**
Operações com detentores de Capital no período							
Distribuições		-	-	-	-	(688 583)	(688 583)
	3	-	-	-	-	**(688 583)**	**(688 583)**
Outras operações	4	-	-	-	-	-	-
Posições no fim do período 2016	**1+2+3+4**	**5 500 000**	**210 339**	**3 966 721**	**-**	**469 409**	**10 146 468**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Presidente _____
João Renato Lima

O Diretor Financeiro _____
Júlio Carlos Andrade

Administrador _____
Aniceto de Jesus Lopes Cardoso

O Técnico de Contas _____
Carla Letízia Gomes

Administrador _____
Daniel Augusto Melo L. Évora

DRAFT

7.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

ASA- Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

Demonstração de Fluxo de Caixa a 31 de Dezembro de 2016

Descrição	Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 575 782	5 705 895
Pagamentos a fornecedores		(1 345 837)	(1 582 177)
Pagamentos ao pessoal		(1 137 710)	(1 245 721)
		2 092 235	**2 877 997**
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(400 287)	(107 924)
Outros recebimentos/ pagamentos		(56 261)	(335 213)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**1 635 687**	**2 434 860**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(146 943)	(394 513)
Ativos intangíveis		-	(6 023)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 261	3 920
Investimentos financeiros		2 142	-
Juros e rendimentos similares		7 368	3 765
Dividendos		2 003	1 615
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(134 169)**	**(391 236)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		336 963	449 379
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 129 899)	(1 253 499)
Juros e gastos e similares		(126 797)	(172 963)
Dividendos		(400 000)	(638 158)
Outras operações de financiamento		(7 793)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(1 327 526)**	**(1 615 241)**
Variação de caixa e seus equivalentes		**173 993**	**428 383**
Efeitos das diferenças de câmbio		12	151
Caixa e seus equivalentes no início do período		694 842	266 308
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**2**	**868 847**	**694 842**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	2	6 421	5 508
Depósitos bancários	2	862 426	689 334
		868 847	**694 842**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

DRAFT

7.5 Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que:

- No exercício económico de 2016 a ASA obteve um Resultado Líquido de 469 409 029 ECV (quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e nove mil e vinte e nove escudos)
- Os elevados investimentos em curso e em carteira no quadro estratégico de melhoramento de desempenho;
- Os imperativos legais em vigor;

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação do Resultado Líquido:

Aplicação	**Valor em Escudos**	**%**
Reservas Legais	20 470 451	5%
Reservas para Investimentos	347 997 675	85%
Dividendos	40 940 903	10%
Total	**409 409 029**	**100%**

O Conselho de Administração

Presidente _____

João Renato Lima

Administrador _____

Aniceto de Jesus Lopes Cardoso

Administrador _____

Daniel Augusto Melo L. Évora

DRAFT

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2016

(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos "mECV")

INFORMAÇÃO GERAL

A ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, adiante designada por "ASA" ou "Empresa", resultou da transformação da ASA, E.P. em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Esta transformação decorreu por via do Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, por transferência à ASA, S.A. de todos os direitos, prerrogativas, poderes e obrigações de que era detentora a ASA EP. O capital social da ASA de 5.500.000.000 Escudos é, atualmente, detido integralmente pelo Estado da República de Cabo Verde, sendo representado por 550.000 ações com o valor nominal de 10.000,00 Escudos cada, encontrando-se totalmente realizado (ver Nota 16).

Os Estatutos da ASA, publicados pelo Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho referem como objeto da empresa: (i) a exploração e o desenvolvimento em moldes empresariais e em regime exclusivo do serviço público de apoio à aviação civil; (ii) a gestão do tráfego aéreo; (iii) garantir os serviços de partida, sobrevoo e chegada de aeronaves; e (iv) a gestão dos terminais de carga e correios, assegurando para isso as atividades e serviços inerentes às infraestruturas aeronáuticas e de navegação aérea, em todos os aeroportos e aeródromos públicos de Cabo Verde e na Região de Informação de Voo Oceânica do Sal, designada por FIR Oceânica do Sal.

Atualmente a atividade da ASA consiste: (a) na gestão e exploração do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal, do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela em Santiago, do Aeroporto Internacional Aristides Pereira na Boa Vista, do Aeroporto Internacional Cesária Évora em São Vicente e, desde Março de 1993, dos aeródromos existentes nas ilhas de São Nicolau, Fogo e Maio, através da prestação de serviços aeroportuários, comerciais e afins e (b) na gestão da FIR Oceânica do Sal, prestando os serviços relacionados com a gestão do tráfego aéreo a todas as aeronaves que utilizem este espaço aéreo.

À ASA foi atribuída a concessão do serviço público aeroportuário com o enquadramento previsto no Decreto-Legislativo nº 1/2014 de 26 de Setembro. Este diploma define:

- O quadro jurídico geral da concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeroportos e aeródromos do país;
- Exploração e desenvolvimento das infraestruturas e dos serviços de apoio à navegação aérea, designadamente a gestão do tráfego aéreo em todas as suas vertentes;
- Regime jurídico da subconcessão do serviço público aeroportuário;
- Regime de licenciamento do uso privativo dos bens do domínio público aeroportuário e do exercício de atividades e serviços nos aeroportos e aeródromos públicos nacionais;
- Conjunto de taxas aplicadas nos aeroportos nacionais;
- Os princípios e regras de regulação económica aplicáveis aos aeroportos nacionais.

DRAFT

Este enquadramento será completado pelas cláusulas do contrato de concessão geral a celebrar entre a ASA S.A. e o Estado de Cabo Verde.

A ASA conta com delegações nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Boa Vista, São Nicolau, Maio, Fogo e tem a sua sede na Estrada do Aeroporto, Espargos, Ilha do Sal.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio da resolução nº 0…/CA/ASA/2017 de … de junho de 2017. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriadas as operações da ASA em todos os seus aspetos materialmente relevantes bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde ("SNCRF").

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

0.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela ASA de acordo com as Normas de Relato Financeiro ("NRF") – emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2016 em Cabo Verde.

A preparação das demonstrações financeiras teve por base a convenção do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ASA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 1.21.

1 – Principais Políticas Contabilísticas

1.1 Conversão cambial

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ASA estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera também designada por moeda funcional, o escudo Cabo-verdiano. As demonstrações financeiras da ASA e as respetivas notas são apresentadas em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mECV ou mESC), salvo indicação explícita em contrário.

DRAFT

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do escudo cabo-verdiano são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de rendimentos e gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou na rubrica outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira a 31 de Dezembro de 2016, foram como segue:

Moeda	2016	2015
EUR	110,265	110,265
USD	104,383	100,920
CHF	102,852	101,965
GBP	129,116	149,413

1.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui o custo considerado para os ativos adquiridos até à data de transição para o SNCRF e o custo de aquisição para os ativos adquiridos após a data da transição.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a colocação do ativo na localização e condição necessária ao seu funcionamento conforme pretendido pela gestão. A ASA optou por reconhecer os gastos de financiamento relacionados com ativos em curso como gastos do exercício quando incorridos.

Os gastos subsequentes suportados com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo. Por outro lado, os gastos de natureza corrente com reparação e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são ocorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados numa base sistemática, pelo método das quotas constantes por duodécimos, pelo período da vida útil estimada. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

DRAFT

Ativos fixos tangíveis

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 25
Equipamento básico, outras máquinas e instalações	Entre 05 a 10
Material de carga e transporte	Entre 05 a 10
Outras ativos tangíveis	Entre 04 a 12

Os terrenos e os ativos em curso não são depreciados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos, sendo alteradas prospectivamente.

Os ativos tangíveis subsidiados pelo Governo ou entidade equiparada são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Empresa, sendo o respetivo gasto compensado em "Outros rendimentos e ganhos" (ver nota 26), pela amortização dos subsídios registados em "Diferimentos" (ver nota 22).

Os ganhos e perdas provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o seu valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecido como rendimento ou gasto na demonstração dos resultados.

1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados quando estão cumpridas as condições (definidos no SNCRF), para o seu reconhecimento. No reconhecimento inicial os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao preço de compra, acrescidos dos custos diretos. Nos períodos subsequentes os ativos, exceto o *Goodwill*, são amortizados, pelo período de vida útil estimada e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Software

A ASA capitaliza na rubrica de ativos intangíveis, a título de "*Software*", os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas por entidades externas bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrades* de *software*. Estes ativos são amortizados em 3 anos.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incursos.

Goodwill

O *Goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição.

DRAFT

O *Goodwill* está sujeito a testes de imparidade numa base anual e é mensurado ao valor inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Não é permitido a nível fiscal a Reversão das Perdas de Imparidade.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Na obstante a ASA ter duas atividades a seu cargo: i) a gestão de navegação aérea; e ii) a gestão da rede de aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, o modelo de fixação de tarifas seguido pelo regulador determina que as duas atividades geram receitas interdependentes.

Os ativos não financeiros, excepto os *Goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

1.5 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e em entidades conjuntamente controladas são mensuradas nas suas contas individuais, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo subsequentemente mensuradas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o custo de aquisição de uma participação será acrescido ou reduzido:

a) Da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada;
b) Da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada;
c) Da quantia dos lucros distribuídos à participação;
d) Da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada.

Subsidiária é uma entidade que é controlada por outra Empresa. Normalmente a assunção de controlo está associada à detenção de mais de 50% do capital/ direitos de voto.

Associada é uma entidade na qual é exercida influência significativa (normalmente associada a detenção de mais de 20% do Capital).

DRAFT

Entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, parceria ou outra entidade em que cada empreendedor tenha um interesse, sendo estabelecido um acordo contratual entre os empreendedores de controlo conjunto sobre a atividade económica da entidade.

1.6 Ativos financeiros

A empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor líquido contabilístico.

São mensurados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A ASA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São mensurados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotado em mercado ativo, contratos de derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que se qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A ASA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a ASA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são reconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

DRAFT

1.7 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação da ASA. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O gasto é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade por referência à intenção de uso e a sua condição. O ajustamento de inventário calculado pela ASA tem por base, por um lado, a rotatividade dos *stocks* no final do exercício e, por outro, eventuais situações detetadas durante o processo de inventário realizado anualmente (ver nota 10).

1.8 Clientes e outras contam a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, se aplicável.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os saldos a receber não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. Os riscos efetivos de cobrança dos saldos de clientes e outras contas a receber, apurados por referência a critérios de gestão como a avaliação do risco de crédito e o período estimado de recebimento, são objeto de revisão a cada data de relato.

Para a determinação da imparidade sobre os saldos de cliente, o critério utilizado pela ASA é de ajustar 100% os saldos vencidos há mais de 3 meses, excluindo entidades públicas, conforme informação histórica sobre as perdas incorridas. Adicionalmente é efetuada uma análise, caso a caso, para os saldos de clientes com antiguidade inferior a 3 meses.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou se extingam.

1.9 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, na rubrica de financiamentos obtidos, no passivo corrente.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os descobertos bancários são considerados como caixa e equivalentes de caixa.

DRAFT

1.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no capital próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.11 Reservas

A ASA tem reconhecido as seguintes reservas:

Reserva legal

O CEC – Código das Empresas Comerciais, estabelece no seu Artigo 362º, que "as sociedades anónimas são obrigadas a constituir uma reserva legal no mínimo igual à quinta parte do seu capital social, devendo para o efeito, anualmente, e até se achar integralmente preenchida ou reintegrada, afetar a esse fim a vigésima parte dos seus lucros".

Outras reservas
Nos termos das disposições estatutárias da ASA, aprovados no Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, a Empresa, após deduzida a parte destinada à reserva legal, poderá aplicar o resultado líquido conforme decidido em assembleia-geral, nomeadamente:

i) Cobertura dos prejuízos de anos anteriores;

ii) Constituição e eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas que a Lei determinar;

iii) Constituição, reforço ou reintegração de outras reservas que a assembleia-geral deliberar;

iv) Distribuição de dividendos aos acionistas;

v) Gratificação a atribuir aos membros dos órgãos sociais

Neste contexto, foram constituídas as seguintes reservas:

Reserva para investimentos: Esta reserva inclui, (a) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (b) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária.

A reserva para investimentos, é feita por deliberação da assembleia-geral, nos termos do artigo 31º dos estatutos (Decreto Regulamentar nº 2/2001 de 04 de junho) e visa a cobertura dos investimentos por incorporação no capital social.

Reservas gerais: A reserva geral pode ser reforçada anualmente com uma percentagem dos resultados líquidos de cada exercício, a definir em assembleia-geral. Não existem restrições legais quanto a sua utilização.

DRAFT

1.12 Passivos financeiros

A ASA determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, o custo com juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor presente.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve reconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.13 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos.

Os financiamentos obtidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo classificado como não corrente.

DRAFT

1.14 Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), segundo o qual o lucro tributável é determinado com base no somatório do Resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos do CIRPC. A taxa do imposto foi fixada em 25% no artigo 84º da referida Lei.

As declarações de impostos podem ser revistas pela administração fiscal por um período de cinco anos, pelo que as declarações fiscais de 2012 a 2016 podem vir a ser corrigidas.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação (a partir de 2015) são deduzidos aos lucros tributáveis do sujeito passivo, havendo-os, de um a mais de 7 (sete) períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar não pode exceder o montante correspondente a 50% do respetivo lucro tributável.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *Goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são classificados no balanço como ativos e/ou passivos não correntes.

1.15 Provisões para riscos e encargos

As provisões são reconhecidas quando a ASA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência, ou não ocorrência, de determinado evento futuro, a ASA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

DRAFT

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.16 Subsídios e apoios do Governo

A ASA reconhece os subsídios pelo seu justo valor, quando exista uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de diferimentos, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base *pro-rata* da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados, ou nos períodos seguintes se recebidos posteriormente.

1.17 Locações

Locações de ativos relativamente aos quais a ASA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à sua propriedade são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações financeiras os ativos são capitalizados no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a ASA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a ASA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridos, durante o período da locação.

1.18 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

DRAFT

1.19 Rédito

O rédito da ASA refere-se, essencialmente, à prestação de serviços, o qual é reconhecido no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

De acordo com a legislação nacional e internacional emitida, para o setor, o rédito da ASA consubstancia-se nas taxas cobradas pela utilização do espaço aéreo cabo-verdiano e pela utilização das infra-estruturas aeroportuárias, como taxas de rota, taxas de aterragem e descolagem, taxas de serviço a passageiros, taxa de segurança, entre outras.

a) Serviços de navegação

En-route air navigation charge: Corresponde à **taxa de rota** cobrada às companhias aéreas por sobrevoarem o espaço aéreo de Cabo Verde, independentemente do destino. A taxa é calculada com base na distância percorrida e no PMD (peso máximo à descolagem);

Terminal area navigation charge – TNC: corresponde a uma taxa paga pelas companhias aéreas por cada operação de aterragem Cabo Verde. Esta taxa é fixada em função do peso máximo à descolagem do avião.

b) Serviços de operação aeroportuária

O rédito obtido dos serviços de operação aeroportuária tem as seguintes naturezas:

Serviços a passageiros: taxas cobradas aos passageiros em voos domésticos e internacionais;

Aterragem e descolagem (Landing – Take-off): taxa cobrada por unidade de tonelada métrica do peso máximo à descolagem indicado no certificado de navegabilidade da aeronave ou documento para o efeito considerado equivalente;

Estacionamento (Open airparking): taxa cobrada por estacionamento de aeronaves e calculada por tonelada métrica e por hora ou fração, estabelecida em função do peso máximo à descolagem;

Balizagem e iluminação (Lighting aids): taxa devida por cada operação de aterragem ou descolagem em que seja utilizada balizagem luminosa, quer nos casos em que é obrigatória quer quando solicitada pela aeronave;

Embarque e desembarque de carga: taxa devida por cada quilo de carga embarcada ou desembarcada;
Informação sonora (Announcements): taxa cobrada por anúncio áudio divulgado no sistema sonoro do aeroporto;

Parqueamento: taxa única devida por serviço prestado em cada operação de sinalização e parqueamento de aeronaves;

Remoção: Taxa devida pela mudança de posição de aeronave já parqueada;

Taxa de Segurança: taxa de segurança devida pelos serviços prestados aos passageiros, destinada à cobertura dos encargos respeitantes aos meios humanos e materiais afetos à segurança da aviação civil, para prevenção e repressão de atos ilícitos.

DRAFT

c) Locação de infraestruturas aeroportuárias

Rédito proveniente da locação de infraestruturas aeroportuárias, nomeadamente, espaços comerciais e escritórios. Nos espaços comerciais estão incluídos restaurantes, bares, lojas, agências de viagens, bancos e operadoras aéreas localizadas nos aeroportos explorados pela ASA. Os rendimentos resultantes destas locações são reconhecidos na demonstração dos resultados mensalmente com referência à fase de acabamento, à data de balanço.

1.20 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias remuneradas, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a empresa garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica outras contas a pagar (ver nota 21).

Os trabalhadores da ASA encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.21 Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente na estimativa sobre eventos futuros que seja provável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

Imparidade de saldos de clientes

A ASA analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a: (i) risco de crédito; ou (ii) período de regularização estimado.

Provisões

A ASA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

DRAFT

Ativos tangíveis

A estimativa das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar e o valor residual dos ativos, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes pressupostos são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

2 – Caixa e depósitos bancários

O detalhe do montante considerado na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" na demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Numerário		
- Caixa	6 421	5 508
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	645 818	625 713
- Depósitos a prazo	216 608	63 621
	862 426	689 334
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	**868 847**	**694 842**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-

3 - Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e refere-se, principalmente, a variações de taxa de câmbio, de taxas de juro e risco de crédito.

i) Risco cambial

O risco cambial resulta de parte dos recebimentos de clientes, nomeadamente, os que são cobrados pela IATA Clearing House. Embora a facturação seja efetuada em Escudos Cabo-verdianos, esta é convertida em Dólares Americano pela IATA no momento em que as receciona, sendo o valor recebido em média 35 dias depois em CVE, ao câmbio do Dólares Americano na data do recebimento.

ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, estando a ASA sujeita ao risco da variação da taxa de juro. A ASA não tem definido qualquer política para a cobertura deste risco ou negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados que visem a minimização destes impactos.

iii) Risco de crédito

Pela natureza do seu negócio o risco de crédito da ASA está segmentado entre:

a) Faturação efetuada às companhias aéreas que sobrevoam o espaço aéreo de Cabo Verde. Neste caso o risco de crédito das companhias filiadas na IATA é minimizado pelo controlo centralizado de cobranças efetuado por esta entidade;

b) Faturação efetuada às companhias aéreas que não estão filiadas na IATA e que utilizam os aeroportos e aeródromos geridos pela ASA. Neste caso existe uma grande concentração de risco de crédito relativamente a alguns clientes, que é alvo de avaliação regular por parte da direção financeira da ASA, tendo a empresa adotado algumas medidas que visam a redução do risco de crédito, entre as quais a cobrança cash ou pré-pagamento.

Para as prestações de serviços secundários (ex.: arrendamentos) estão definidas políticas de corte de serviço que procuram assegurar que as vendas efetuadas/ serviços prestados são cobradas.

iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas.

Tem sido efetuado um acompanhamento rigoroso na gestão de tesouraria no que se refere às principais condicionantes como monitorização de posição de clientes e a realização de investimentos.

v) Gestão do capital

O objetivo da ASA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado no balanço, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

O plano de financiamento da ASA é efetuado considerando as necessidades de investimento em infraestruturas, as necessidades de capital relativas à atividade operacional e financeira e as comparticipações do Estado.

DRAFT

4 – Ativos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 De Janeiro de 2016								
Custo de aquisição	771	15 504 173	4 563 503	1 425 615	529 450	27 029	868 316	22 918 858
Depreciações acumuladas	-	(7 435 748)	(3 560 120)	(1 220 077)	(488 686)	(21 432)	-	(12 726 063)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69 740)	(35 931)	(9 586)	(5 145)	(220)	-	(120 622)
Valor líquido	**771**	**7.998.685**	**967.452**	**195.952**	**35.619**	**5.377**	**868.316**	**10.072.173**
Movimento em 2016								
Adições	-	3 561	206	4 174	1 727	21 116	1 567 461	1 598 245
Alienações	-							-
Transferências e abates	-		47 050	(12 701)	15 276	(21 045)	(149 270)	(107 989)
Regularizações	-	(83)	(43)	-	17	316	(242 304)	(242 097)
Depreciação - exercício	-	(676 046)	(220 951)	(158 802)	(15 343)	(765)	-	(1 071 907)
Depreciação - alienações	-							-
Depreciação - transf. e abates	-			11 401	-		-	11 401
Depreciação - regularizações	-							-
Perdas por imparidade exercício	-	-	-	-	-	-	-	10 072
Valor líquido	**-**	**(672 568)**	**(173 738)**	**(155 928)**	**1 678**	**(378)**	**1 175 887**	**197 726**
31 De Dezembro de 2016								
Custo de aquisição	771	15 507 651	4 610 716	1 417 088	546 471	27 416	2 044 203	24 154 316
Depreciações acumuladas	-	(8 111 794)	(3 781 071)	(1 367 478)	(504 029)	(22 197)	-	(13 786 569)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69 740)	(35 932)	(9 586)	(5 145)	(220)	-	(120 623)
Valor líquido	**771**	**7 326 117**	**793 714**	**40 024**	**37 297**	**4 998**	**2 044 203**	**10 247 124**

Em 31 de Dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2015								
Custo de aquisição	771	15 419 176	4 397 939	1 422 006	524 980	26 472	322 306	22 113 650
Depreciações acumuladas	-	(6 760 991)	(3 343 883)	(1 029 949)	(470 383)	(20 294)	-	(11 625 500)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69 740)	(35 931)	(9 586)	(5 145)	(220)	-	(120 622)
Valor líquido	**771**	**8 588 445**	**1 018 125**	**382 471**	**49 452**	**5 958**	**322 306**	**10 367 528**
Movimento em 2015								
Adições	-	1 921	4 977	3 609	1 248	-	798 359	810 114
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	83 379	160 702	-	3 243	557	(252 349)	(4 468)
Regularizações		(303)	(114)	-	(21)	-	-	(438)
Depreciação - exercício	-	(674 757)	(216 237)	(186 962)	(18 303)	(1 138)	-	(1 097 397)
Depreciação - alienações	-	-	-		-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - regularizações	-	-	-	(3 166)	-	-	-	(3 166)
Valor líquido	**-**	**(589 760)**	**(50 672)**	**(186 519)**	**(13 833)**	**(581)**	**546 010**	**(295 355)**
31 de Dezembro de 2015								
Custo de aquisição	771	15 504 173	4 563 504	1 425 615	529 450	27 029	868 316	22 918 858
Depreciações acumuladas	-	(7 435 748)	(3 560 120)	(1 220 077)	(488 686)	(21 432)	-	(12 726 063)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69 740)	(35 931)	(9 586)	(5 145)	(220)	-	(120 622)
Valor líquido	**771**	**7 998 685**	**967 453**	**195 952**	**35 619**	**5 377**	**868 316**	**10 072 173**

DRAFT

As adições e transferências para ativos tangíveis firmes registadas no exercício de 2016 referem-se, maioritariamente, às seguintes rubricas:

i) Edifícios e outras construções:
   a) Estacionamento de Autocarros Zona de Partida Aeroporto Internacional Amílcar Cabral no montante de 3.478 mECV;

ii) Equipamento básico:
   a) SISTASAL para a Direção de Navegação Aérea (Centro de Controlo Oceânico do Sal e Torre do AIAP) no montante de 23.878 mECV;
   b) Segways para Terminal de passageiros 7.617 mECV;
   c) Sensores de Direção de Vento 1.268 mECV.

No final de 2016 e de 2015 os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se a**:**

	2016	2015
Ativos em curso		
Obra Ampliação/Remodelação do Aeroporto da Praia (AIPNM)	747 451	438 902
Obra Ampliação/Remodelação do Aeroporto do Sal (AIAC)	348 654	141 119
Obra Ampliação/Remodelação do Aeroporto da Boa Vista (AIAP)	287 365	115 280
Fiscalização Obra Ampliação AIPNM	99 175	-
Fiscalização obra Ampliação AIAC	39 952	-
Fiscalização Obra Ampliação AIAP	35 605	-
Projeto ACUS	33 617	-
Computador Hitrax para Raio-X Heim	10 838	-
Virtualização Servidores	8 311	-
Trabalhos reparação pista e placa do AIAP	7 365	-
Arquivo digital	6 463	-
UPGRADE SISTASAL	-	131 805
Outros	10 630	4 605
Subtotal	**1 635 426**	**831 711**
Adiantamentos por conta ativos em curso		
Hotel Atlântico	36 605	36 605
Obra Ampliação/Remodelação AIPNM	206 475	-
Obra Ampliação/Remodelação AIAC/AIAP	165 696	-
Subtotal	**408 777**	**36 605**
Total	**2 044 203**	**868 316**

i) Inclui valor do investimento em curso relacionado com processamento de passageiros através conceito *Comnon Use Passenger Processing* System. Este sistema permitirá a partilha de infraestruturas por parte das operadoras e agente de handling e assim melhorar a eficiência nos processos de embarque de passageiros.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue (ver nota 19):

Locações financeiras

	2016	2015
Equipamentos transporte - Valor bruto	5 250	4 170
Depreciações acumuladas	(868)	(629)
Regularizações Transferência Conta	(1 799)	-
Regularizações Transferência Conta	-	-
	2 583	**3 541**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

5 – Outros Ativos intangíveis

A rubrica de outros ativos intangíveis engloba, valores capitalizados com a aquisição de diversos tipos de *software*, bem como projetos, de suporte às atividades desenvolvidas pela ASA.

A evolução registada para os exercícios apresentados é como segue:

	2016	2015
A **1 de Janeiro:**		
Custo de aquisição	115 899	109 876
Amortizações acumuladas	(109 036)	(104 132)
Valor líquido	**6 863**	**5 744**
Adições	107 988	6 023
Amortização - exercício	(5 760)	(4 904)
Movimentos do período	**102 228**	**1 119**
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	223 887	115 899
Amortizações acumuladas	(114 796)	(109 036)
Valor líquido	**109 091**	**6 863**

Na rubrica de *Software* estão incluídos:

i) SISTASAL III - Software do sistema do AIAP no montante de 75 057 mECV;

ii) SISTASAL III - Sistema SDC no montante de 15 029 mECV;

iii) SISTASAL II - up grade da estação CAFSAT no Sal, posição de Torre de Controlo de Aeronaves no montante de 10 865 mECV;

iv) SISTASAL I – Transcetores Multi – Canal no montante de 6 380 mECV

6 – Participações financeiras – Método de equivalência patrimonial

O detalhe das participações financeiras em empresas subsidiárias, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

	Sede Social		% Capital detido		Valor Contabilístico		Infor. Financeira Associada (valores em MESC)			
Empresa	Localidade	País	2016	2015	2016	2015	Ativo	Capital Próprio	Proveitos	Resultado 2016
CV Handling	Ilha do Sal	C. Verde	100%	100%	394.841	383.245	1 310 866	394 841	1 336 028	109 218

Resultante do processo da reestruturação dos TACV, foi criada a sociedade Cabo Verde Handling – Sociedade Unipessoal SA (CV Handling), conforme a publicação do decreto-Lei nº26/2014 de 08 de Maio.

O objeto principal da CV Handling é a prestação de serviços de assistência em escala do transporte aéreo nos aeroportos e aeródromos do país.

Para regularização de parte da dívida dos TACV para com a ASA foi transmitida a totalidade do capital desta sociedade para ASA no montante 3.198.260 mECV como resulta da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de Agosto de 2014, tornando-se a ASA acionista único da CV Handling.

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em subsidiárias no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi o seguinte:

Empresa	Saldo Inicial	Adições	Dividendos	Alienações	Saldo Final
C V Handling	383 245	109 218	(97 622)	-	394 841

O *Goodwill* positivo relativo a "empresas subsidiárias", que se encontra incluído na rubrica de ativos intangíveis, apresenta o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2016:

	2016	2015
CV Handling	3 010 260	3 010 260

7 – Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a:

	2016	2015
Ações	83 596	86 474
Obrigações	112 087	114 229
Depósito BEI	113 445	113 431
Total	**309 127**	**314 134**
Imparidade Ativos Financeiros	(110 079)	(110 079)
Total	**199 048**	**204 055**

Ações

		Nº ações	2016	Nº ações	2015
Banco Comercial do Atlântico	i)	28 780	83 462	28 780	86 340
Sociedade Multipessoal Lda.	ii)	3 000	134	3 000	134
Total			**83 596**		**86 474**

i) As ações encontram-se valorizadas ao justo valor de acordo com cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, conforme boletim publicado com referência às datas do balanço apresentadas:

- Cotação a 31 de Dezembro de 2016: 2.878 ESC/ ação
- Cotação a 31 de Dezembro de 2015: 3.000 ESC/ ação

Os ganhos e reduções de justo valor são registados na rubrica "Aumentos/ reduções de justo valor" na demonstração dos resultados.

Em 21 de Dezembro de 2000 a ASA adquiriu um lote de 20.000 ações ao preço unitário de 2.328 Escudos e um lote de 1.725 ações ao preço unitário de 2.280 Escudos. Em 26 de Março de 2009 a ASA adquiriu um lote adicional de 7.055 ações pelo valor de 2.386 Escudos cada.

Estas ações encontram-se depositadas numa conta título na Agência do BCA no Sal.

ii) Em 2012, conforme referido na ata da assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), a ASA alienou a participação social que detinha na Sociedade Multipessoal, Lda. A participação resultou de uma parceria efetuada com a Multipessoal Portugal, empresa do Grupo BES, onde a ASA participava em 30% do capital social correspondente a 3.000 ações com valor nominal de 1.000$00 cada e assumia o controlo conjunto.

O fecho desta operação resultou uma valorização nula da participação. Desta forma, foi efetuado o ajustamento da participação no valor de 133 mECV.

Obrigações

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem a títulos de dívida adquiridos pela ASA, emitidos pelas seguintes entidades:

2016			
Descrição	**Nº Obrigações**	**Condições**	**Valor**
SOGEI	19 971	Euribor 6 meses + 2,75%, Reembolso em 2017	19 971
FAST FERRY	90 000	1º ao 5º Cupão (2009 a 2012): 9%; 6º ao 10 º Cupão (2012 a 2014): 7,5%; 11º ao 12º Cupão (2015): 8,75%; 13º Cupão (2016): fixa e igual a 10 %; 14º a 40 º (2016 a 2029) Cupão: 4%. Reembolso em 2029	89 975
BCA	4 284	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso de 10% do capital no vencimento de cada cupão a partir de 2013. Reembolso total em 2017.	2 142
		Total	**112 087**

2015			
Descrição	**Nº Obrigações**	**Condições**	**Valor**
SOGEI	19 971	Euribor 6 meses + 2,75%, Reembolso em 2017	19 971
FAST FERRY	90 000	i) 25.000 com taxa 7,5% e com reembolso em 2019; ii) 15.000 com taxa 8,25% (2012) a 10% (2016 a 2019), (7,5% em 2013 e 2014) e com reembolso em 2019; iii) 49.975 com taxa 7,5% com reembolso em 2019;	89 975
BCA	4 284	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso de 10% do capital no vencimento de cada cupão a partir de 2013. Reembolso total em 2017.	4 284
		Total	**114 229**

Em 2013, atendendo às dificuldades financeiras da SOGEI, foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de imparidade das referidas obrigações.

Em 2014 foi prorrogado o prazo de maturidade do empréstimo obrigacionista da SOGEI para 18 de Fevereiro de 2017 (maturidade inicial em 2014).

Por deliberação da assembleia-geral da Fast Ferry em Março de 2012, ocorreu uma alteração nas condições destas obrigações, nomeadamente alteração do prazo de reembolso para 2019 bem como da alteração da taxa anual nominal de 9% para 8,25% (2012); 7,5% (2013,2014); 8,75% (2015); 10% (2016,2017,2018,2019).

Em 2015, face às dificuldades financeiras do "Cabo Verde Fast Ferry" em efetuar os pagamentos de cupões vencidos, foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de imparidade sobre estas obrigações.

Em 2016 as obrigações da Fast Ferry sofreram uma nova reestruturação, os obrigacionistas foram separados em 4 grupos (A,B,C e D) conforme o tipo do investidor (institucional ou particular) e volume do investimento. A ASA está enquadrada no grupo B.

Outros depósitos (Garantias)

Em 31 de Dezembro de 2016, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem ao depósito garantia constituído pela ASA, no âmbito do financiamento obtido do BEI. A ASA é obrigada a manter esta aplicação até 2019, a qual venceu juros, em 2016, à taxa de juro de 0,0119%, (2015: 0,0493%).

	2016	2015
Garantia BEI	113 445	113 431
Total	**113 445**	**113 431**

Este depósito encontra-se denominado em Euros, correspondendo o saldo acumulado a 31 de Dezembro de 2016, 1.028.836 Euros (em 2015: 1.028.713 Euros).

Imparidades em investimentos financeiros

No final de 2016 e de 2015, não se verificou a variação no valor de imparidade para investimentos financeiros, conforme se descreve abaixo:

	2016	2015
A 1 de Janeiro	**110 079**	**20 104**
Aumentos	-	89 975
Reduções	-	-
Transferências	-	-
A 31 de Dezembro	**110 079**	**110 079**

8 – Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a ASA apresenta os seguintes saldos de impostos diferidos:

	Imposto diferido ativo	Imposto diferido passivo
01 de Janeiro de 2015	**642 859**	**(4 681)**
Aumentos / (reduções) por resultados	(125 759)	(72)
31 de Dezembro de 2015	**517 100**	**(4 753)**
Aumentos / (reduções) por resultados	(206 735)	-
Regularizações /transferências	-	4 753
31 de Dezembro de 2016	**310 365**	**-**

O detalhe da natureza dos impostos diferidos ativos para os exercícios apresentados é como segue:

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Ativos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2016	**60 899**	**356 522**	**1 894**	**70 265**	**27 520**	**517 100**
Constituição por resultados	26 760	753 111	40 655			820 526
Reversão por resultados	-	(1 027 261)	-	(390 000)	-	(1 027 261)
Movimento do exercício	**26 760**	**(274 150)**	**40 655**	**(390 000)**	**-**	**(206 735)**
A 31 de Dezembro de 2016	**87 659**	**82 372**	**42 549**	**(319 735)**	**27 520**	**310 365**

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Ativos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2015	**52 027**	**355 494**	**3 950**	**226 362**	**5 026**	**642 859**
Constituição por resultados	8 872	1 028	-	70 265	22 494	102 659
Reversão por resultados	-	-	(2 056)	(226 362)	-	(228 418)
Movimento do exercício	**8 872**	**1 028**	**(2 056)**	**(156 097)**	**22 494**	**(125 759)**
A 31 de Dezembro de 2015	**60 899**	**356 522**	**1 894**	**70 265**	**27 520**	**517 100**

DRAFT

O detalhe da natureza dos impostos diferidos passivos para os períodos apresentados é como segue:

	Justo Valor Ações
A 1 de Janeiro de 2016	**(4 753)**
Constituição por resultados	-
Reversão por resultados	-
Movimentos do período	**-**
A 31 de Dezembro de 2016	**(4 753)**

	Justo valor Ações
A 1 de Janeiro de 2015	**(4 681)**
Constituição por resultados	(72)
Reversão por resultados	-
Movimentos do período	**(72)**
A 31 de Dezembro de 2015	**(4 753)**

9 – Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a ASA não tem nenhum item classificado como ativos não correntes detidos para venda:

	2016	2015
Ativos não correntes detidos para venda		
Terrenos	-	739
Moradias	-	10 112
	-	**10 851**

Os terrenos e moradias classificados como detidos para venda, no ano de 2015, referiam a terrenos e moradias para os quais já tinha sido assinados os contratos de promessa de compra e venda, e aguardava-se a realização das escrituras.

Em 2016 esse montante foi transferido para rubrica Propriedade de Investimento.

10 – Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, é como se segue:

	2016	2015
Material auto	54 953	54 784
Materiais de telecomunicações	22 322	23 765
Material eléctrico	16 033	15 469
Material de construção	3 961	5 278
Outros materiais (< 5 000 mECV)	10 082	9 875
Total inventário em armazém	**107 351**	**109 171**
Inventários em trânsito	23 871	23 258
Ajustamentos a inventários	(46 997)	(8 584)
Total inventários	**84 225**	**123 845**

Os inventários em trânsito referem-se a gastos com processos de desalfandegamento.

Ajustamentos em inventários

No final de 2016 e de 2015, a variação nos ajustamentos de inventários foi como segue:

	2016	2015
A 1 de Janeiro	**8 584**	**15 800**
Aumentos	40 655	-
Reduções	-	-
Utilizações	(2 241)	(7 216)
A 31 de Dezembro	**46.997**	**8 584**

DRAFT

11 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a decomposição da rubrica de clientes, é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes c/c	3 025 635	-	3 025 635	888 525	-	888 525
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	1 773 192	-	1 773 192
	3 025 635	-	3 025 635	2 661 717	-	2 661 717
Perdas por imparidade	(2 020 453)	-	(2 020 453)	(1 773 192)	-	(1 773 192)
Total Clientes	**1 005 181**	**-**	**1 005 181**	**888 525**	**-**	**888 525**

Os saldos de clientes c/c resultam, maioritariamente, da faturação das taxas de rota às companhias aéreas pela utilização do espaço aéreo de Cabo Verde, sendo os saldos em aberto mais significativos referentes às companhias aéreas que não estão associadas à IATA – International Air Transport Association.

Resumo dos saldos de clientes, sem considerar o ajustamento para imparidade, é como se mostra abaixo:

	2016	2015
TACV CABO VERDE AIRLINES	629 937	329 522
Halcyonair Cabo-Verde SA	341 657	341 145
ARIK AIR	320 565	282 643
TAP AIR PORTUGAL	204 994	141 690
CABO VERDE HANDLING, SA	118 310	92 123
GHANA AIRWAYS CORPORATION	57 063	55 611
AIR COMET	56 551	56 151
SOUTHERN WINDS,S.A.	52 586	52 433
IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	47 138	77 729
SOUTH AFRICAN AIRWAYS - TT	43 923	64 204
FREITAS CATERING SERVICES	41 752	39 435
Thomsonfly - Account Payable/Tui UK	36 119	51 933
GROUP AIR FRANCE	35 146	60 357
TAM - Linhas Aereas S.A	34 784	48 558
Outros (< 30.000mECV)	1 005 111	968 183
Total	**3 025 635**	**2 661 717**

DRAFT

Adiantamento de Clientes:	**2016**	**2015**
ROYAL A. FORCE	4 191	5 199
Varig LOG - Varig Logistica SA	3 174	3 174
Small Planet Airlines	2 782	-
Smartlynx Airlines Estonia OÜ	2 642	3 270
TRANSAIR	1 507	-
Clientes Indiferenciados	1 079	10 863
Outros (< 1000 mCVE)	13 205	104 817
	28 581	**127 322**

Perdas por Imparidade	**2016**	**2015**
A 1 de Janeiro	**1 773 192**	**2 303 892**
Aumentos	363 111	374 747
Reduções	(115 850)	(905 447)
A 31 de Dezembro	**2 020 453**	**1 773 192**

A redução na rubrica de "Perdas por imparidade – clientes" refere-se, essencialmente à reversão da *imparidade anteriormente registada da parte do saldo em dívida dos TACV, dado a regularização da* mesma a junho de 2015 através do encontro de contas setorial.

No entanto, dado o não cumprimento por parte dos TACV da dívida nova contraída após o encontro de contas setorial, a ASA registou, por prudência uma imparidade no valor total do saldo em dívida desta empresa.

DRAFT

12 – Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a decomposição da rubrica de adiantamentos a fornecedores é como se segue:

	2016		2015	
	Corrente	**Total**	**Corrente**	**Total**
ICAO	3 065	3 065	3 065	3 065
Instituto Nacional de Meteorologia	3 000	3 000	3 000	3 000
ELSEG	2 830	2 830	2 830	2 830
Manuel Gomes Dos Anjos & Filhos, SA	1 533	1 533	-	-
MICROTÉCNICA Construções, Lda.	1 075	1 075	-	-
Pedro Santos - Despachante Oficial	1 020	1 020	-	-
IATA - Training and Development Institute	652	652	-	-
AZINOR HOLDINGS LLC	856	856	-	-
INFOR 24-Assis.a Infor. Permanente, Lda.	560	560	-	-
Armando Cunha, SA	-	-	4 580	4 580
MGO *Consulting*	-	-	2 910	2 910
Outros Nacionais (< 500 mECV)	8 086	8 086	10 474	10 474
Subtotal	22 676	22 676	26 859	26 859
Ajustamentos	(8 166)	(8 166)	(8 166)	(8 166)
Total	**14 510**	**14 510**	**18 693**	**18 693**

Os saldos apresentados acima compreendem os adiantamentos efetuados a fornecedores de acordo com os termos acordados para fornecimento ou prestação de serviços.

Não se verificou nenhum movimento de Adiantamento a Fornecedores "Não Corrente"

Ajustamentos e adiantamentos

	2016	2015
A 1 de Janeiro	**8 166**	**8 166**
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**8 166**	**8 166**

O valor dos ajustamentos em 31 de Dezembro de 2016 corresponde a adiantamentos efetuados aos seguintes fornecedores: ICAO, ELSEG, BOM FIM e EAF FISCAT cujos adiantamentos têm antiguidade significativa e para os quais, se considera existir risco de regularização.

13 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos ativos e passivos de "Estado e outros entes públicos" são como segue:

	2016		2015	
	Devedor	**Credor**	**Devedor**	**Credor**
IRPC - estimado	140 680	(251 206)	-	(338 115)
Retenções IRPS	1 353	(17 999)	-	(17 796)
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	272 842	-	184 935	-
Retenções Contribuições p/ Previdência	-	(29 677)	-	(28 565)
Outros impostos	529	(59)	447	-
	415 404	**(298 941)**	**185 382**	**(384 476)**

Saldos devedores

Os saldos desta rubrica referem-se, maioritariamente, ao valor do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar, relativo aos exercícios de 2015 e 2016.

Em 2015 efectuou-se um encontro de contas entre a ASA e o Estado de forma a possibilitar a regularização dos dividendos em dívida em contrapartida dos reembolsos de IVA que era devido.

Em 2016 o valor apurado do IVA a Recuperar era de 87 907mECV.

Saldos credores

Relativamente aos saldos credores, o mais significativo refere-se ao saldo da estimativa de imposto a pagar de 2016 (ver nota 29).

As rubricas "Retenções IRPS" e "Retenções Contribuições p/ previdência" referem-se às retenções efetuadas sobre as remunerações dos empregados e contribuições da ASA, a pagar até 15 de Janeiro do ano seguinte à data de balanço.

O saldo de IRPC a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, e a seguinte:

	2016	**2015**
Estimativa de IRPC/IUR do ano	110 525	338 115
Total	**110 525**	**338 115**

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), segundo o qual o lucro tributável é determinado com base no somatório do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas

DRAFT

verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos do CIRPC. Sobre este resultado é aplicada uma taxa de 25%, que foi fixada no artigo 84º do CIRPC. Para o efeito, o valor estimado do imposto a pagar é provisionado no ano a que diz respeito, sendo o saldo acima designado como a estimativa de imposto sobre os rendimentos de 2015, a liquidar junto das autoridades fiscais em 2016.

14 – Acionista

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a ASA tem registado os seguintes saldos em aberto com o seu acionista o Estado de Cabo Verde.

		2016					
		Devedor			Credor		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	-	-	-	-	-	-
Dívida Viaturas Combate Incêndio	ii)	-	-	-	(878 964)	-	(878 964)
Dívida Terminal VIP ADP	iii)	-	-	-	(370 359)	-	(370 359)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	iv)	-	-	-	(826 988)	-	(826 988)
Divida Obras de expansão AIPNM	v)	-	-	-	(913 648)	-	(913 648)
Resultados atribuídos	vi)	-	-	-	(288 583)	-	(288 583)
		-	**-**	**-**	**(3 278 542)**	**-**	**(3 278 542)**

		2015					
		Devedor			Credor		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390 000	-	390 000	-	-	-
Dívida Viaturas Combate Incêndio	ii)	-	-	-	(878 964)	-	(878 964)
Dívida Terminal VIP ADP	iii)	-	-	-	(370 359)	-	(370 359)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	iv)	-	-	-	(826 988)	-	(826 988)
Divida Obras de expansão AIPNM	v)	-	-	-	(378 798)	-	(378 798)
		390 000	**-**	**390 000**	**(2 455 109)**	**-**	**(2 455 109)**

DRAFT

i) Acordo ASA/Estado/ TACV

O detalhe dos valores a receber do acionista é como se segue:

Descrição	2016	2015
Protocolo 2001	390 000	390 000
Perdas por imparidade acumuladas	(390 000)	-
	-	**390 000**

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo a receber do acionista resulta do protocolo assinado em 2001 para a regularização da dívida dos TACV através da cedência de ações desta empresa, no futuro processo de privatização, não tendo o mesmo sido incluído no encontro contas sectorial realizado em 2015.

Pela antiguidade do Acordo considerou-se Cobrança Duvidosa embora não seja aceite Fiscalmente!

ii) Dívida Viaturas combate incêndio

Este saldo refere-se à aquisição de 24 viaturas de combate a incêndio com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 878.964 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver nota 4).

iii) Dívida Terminal VIP do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Este saldo refere-se à construção do Terminal VIP do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde. O investimento total ascendeu a 370.359 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA através de contrato de retrocessão. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver nota 4).

iv) Dívida Iluminação Fase I do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

Este saldo refere-se à primeira fase da empreitada de reforço de iluminação no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um contrato de empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 826.988 mECV, sendo que existe indicação de que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver nota 4).

v) Dívida Obras de expansão dos aeroportos Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela

Este saldo refere-se às obras de expansão do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com financiamento suportado pelo Estado de Cabo Verde. O investimento total irá ascender no final do projeto a 2.314.567 mECV, sendo cerca de 14% deste montante assumido diretamente pela ASA e o remanescente, à semelhança de projetos anteriormente realizados nos mesmos moldes, será assumido pela ASA através de contrato de retrocessão. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver nota 4).

vi) Resultados atribuídos

Este saldo correspondia aos dividendos a pagar ao Estado de Cabo Verde relativo ao exercício de 2010, 2011 e 2012, conforme deliberado na assembleia-geral realizada a 21 de Novembro de 2011 (ata nº 01/AG/ASA/2011), na assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), e na assembleia-geral realizada a 5 de Setembro de 2013 (ata nº 01/AG/ASA/2013), respetivamente.

Em 2015 efetuou-se a um encontro de contas entre a ASA e o Estado de forma a possibilitar a regularização dos dividendos em dívida ao acionista por contrapartida dos reembolsos de IVA que era devido por este (ver notas 13 e 18).

Dado o montante de reembolsos de IVA não ser suficiente para fazer face à totalidade de dividendos a pagar, o valor remanescente entrou no encontro de contas setorial realizado entre o Estado, a AAC, a TACV e a ASA.

No ano de 2016 realizou-se duas Assembleias Geral. Na primeira, realizada a 11 de Março de 2016 decidiu-se pela não distribuição dos dividendos de 2014. No dia 03 de Agosto de 2016, na segunda Assembleia deliberou-se a distribuição de 5% dos dividendos resultante do resultado liquido de 2015.

15 – Outras contas a receber

		2016			2015		
		Corrente	**Não corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não corrente**	**Total**
Fundo social ASA	i)	40 393	36 970	77 363	26 725	56 432	83 157
Empréstimos ao pessoal	ii)	136 130	-	136 130	10 505	4 499	15 004
Cabo Verde *Handling*	iii)	117 716	-	117 716	30 416	-	30 416
AAC - Agência Aviação Civil	iv)	9 027	-	9 027	7 923	158 437	166 360
Outros Devedores		49 146	-	49 146	13 796	-	13 796
				-			
Subtotal		352 412	36 970	389 382	89 365	219 368	308 733
Ajustamentos	v)	(10 066)	-	(10 066)	(11 255)	-	(11 255)
Outros devedores		**342 346**	**36 970**	**379 316**	**78 110**	**219 368**	**297 478**
Total		**342 346**	**36 970**	**379 316**	**78 110**	**219 368**	**297 478**

i) Fundo social ASA

Saldo referente aos apoios dados aos empregados na forma de empréstimos ou comparticipações para apoio na educação, na doença, na aquisição de casa própria, na aquisição de equipamento informático e outros. Estes empréstimos vencem juro a taxa bonificada.

ii) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos para aquisição de viatura e outros benefícios. Os empréstimos destinados a aquisição de viaturas vencem juros a uma taxa de 2,1% e têm um período de reembolso superior a 12 meses.

iii) Cabo Verde Handling

Este saldo refere-se a gastos de início de atividade suportados pela ASA em 2014 por conta da subsidiária Cabo Verde Handling ainda em dívida.

iv) AAC – Agência de Aviação Civil

O saldo desta rubrica regista valores a serem deduzidos aos pagamentos mensais à AAC, referentes a serviço da dívida por crédito contraído pela ASA em nome da AAC para efeitos de um International Aviation Safety Assessment da ICAO, ao abrigo de acordo assinado a 30 de Julho de 2015.

v) Ajustamento para devedores de cobrança duvidosa

O ajustamento para devedores de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos de cobrança dos saldos dos devedores identificados.

16 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o capital social da ASA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, conforme detalhe abaixo:

	2016		
	Número de acções	**Valor nominal por acção**	**Capital Social**
Capital Social	550 000	10	5 500 000

	2015		
	Número de acções	**Valor nominal por acção**	**Capital Social**
Capital Social	550 000	10	5 500 000

17 – Reservas e outras rubricas de capital próprio

As rubricas "Outras reservas" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos de 2016 e 2015:

	Reservas legais	Reserva investimento	Reservas gerais	Resultados transitados	Total
A 31 de Dezembro de 2015	**127 449**	**2 784 537**	**295 858**	**-**	**3 207 844**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-		-	-
Transferências	-	-	-	280 630	**280 630**
A 31 de Dezembro de 2015	**127 449**	**2 784 537**	**295 858**	**280 630**	**3 488 474**
Distribuição de dividendos	-	-	-	(688 584)	**(688 584)**
Reclassificação	-	-		1 377 166	**1 377 166**
Transferências	82 890	886 326	-	(969 212)	
A 31 de Dezembro de 2016	**210 339**	**3 670 863**	**295 858**	**-**	**4 177 060**

Os movimentos registados nas Reservas em 2016 resultaram das deliberações das assembleias-geral dos dias 11 de Março de 2016 (ATA N.01/AG/ASA/2016) e 03 de Agosto de 2016 (ATA N.02/AG/ASA/2016), relativamente a aplicação dos Resultados de 2014 e 2015, respetivamente:

Assembleia de 11 de Março de 2016:

- Reserva Legal (5%) ----------14 030 mECV
- Reserva para Investimento (95%) ---------- 266 598 mECV

Assembleia de 03 de Agosto de 2016:

- Reserva Legal (5%) ----------68 858 mECV
- Reserva para Investimento (90%) ---------- 619 727mECV
- Distribuição Dividendos (5%) ---------- 688 583mECV

18 – Provisões

A evolução das provisões para outros riscos e encargos nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

	Processos Judiciais	Impostos	Outros Riscos	Total
A 1 de Janeiro de 2015	**-**	**179 004**	**172 618**	**351 622**
Constituição	-	13 269	19 014	**32 283**
Utilização	-	(46 985)	-	**(46 985)**
Redução	-	(80 085)	-	**(80 085)**
A 31 de Dezembro de 2015	**-**	**65 203**	**191 632**	**256 835**
Constituição	-	33 985	19 014	52 999
Utilização	-		-	-
Redução	-	(17 413)	(210 646)	(228 059)
A 31 de Dezembro de 2016	**-**	**81 775**	**-**	**81 775**

Provisões do período	**2016**
Provisão IUP	27 666
Provisão IVA	6 319
Para riscos e encargos diversos	19 014
Reversão Provisões de MSF + A. Cunha	(210 646)
Reversão Provisão IUR (2011)	(17 413)
Total	**(175 060)**

Não foi criada qualquer provisão para processos judiciais em 2016.

Provisão para impostos

a) Imposto Único sobre o Património

Em 2013 a ASA foi notificada pela Câmara Municipal da Praia (CMP), através da nota refª 206/CMP/DAF/2013 de 30 de Setembro, na sequência da avaliação predial efetuada por esta às instalações do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, a pagar o montante de 32.723 mECV. A ASA, não concordando, contestou a liquidação tendo pago parte do valor (12.145mECV). O remanescente (19.978 mECV), por prudência, encontra-se provisionado.

b) Reembolso do IVA

A 31 de Dezembro de 2014 a empresa apresentava a um saldo de IVA a recuperar no montante de 653.653 mECV, para o qual tinha efetuado pedidos de reembolso em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. A ASA, com base na experiência passada, entendeu provisionar eventuais correções que se viessem a registar, no âmbito duma eventual inspeção das finanças.

Em 2015 deu-se um encontro de contas entre a ASA e o Estado de forma a possibilitar a regularização dos dividendos em dívida ao acionista por contrapartida dos reembolsos de IVA que era devido por este (ver notas 13 e 14), pelo que, a provisão constituída para o efeito, foi utilizada/reduzida em 127.069 mECV.

c) Retenção de IUR sobre os valores pagos a entidades não residentes

A ASA não efetuou a retenção de Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) sobre os valores pagos a entidades não residentes até 2012. De acordo com a legislação em vigor a percentagem a reter seria de 20% (norma geral) ou de 10% com as convenções existentes entre Cabo Verde e Portugal (para esta redução seria necessário a empresa obter a documentação que prove a residência em Portugal da entidade a quem são pagos os montantes).

Em 2010 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que os pagamentos referidos não estavam sujeitos a tributação em Cabo Verde, dado que, à data (2010), a legislação Cabo-verdiana não continha uma norma de incidência que abrangesse os rendimentos provenientes da prestação de serviços auferidos por entidades não residentes em Cabo Verde e sem estabelecimento estável, ainda que devidos por entidades aí residentes ou cujo pagamento fosse imputável a um estabelecimento estável situado nesse território.

Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2011, esta situação foi incorporada e legislada pelo Governo de Cabo Verde. Desta forma, a ASA provisionou o valor das retenções de IUR sobre os valores pagos a entidades não residentes em 2011 e 2012, uma vez que nos exercícios anteriores, apesar de possibilidade de revisão do IUR pelo período de 5 anos, o risco de eventuais contingências fiscais são reduzidos face à jurisprudência gerada pela decisão do STJ.

DRAFT

19 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os saldos dos financiamentos obtidos são os seguintes:

		2016			2015		
		Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
AFD - Obra Aeroporto São Pedro	i)	37 517	56 275	**93 792**	37 517	93 791	**131 308**
BEI - Centro de Controlo	ii)	189 916	397 225	**58 141**	184 344	58 140	**771 484**
CGD - Obra AICE	iii)	105 556	-	**105 556**	211 111	105 558	**316 669**
BCA - Extensão Plataforma do ABV	iv)	61 269	137 199	**198 468**	57 209	198 694	**255 903**
BCA - Sistema Iluminação AIAC- AGL	v)	56 513	60 586	**117 099**	52 714	117 099	**169 813**
BICV (ex - BES) -Camada Desgaste AIPNM	vi)	39 259	98 148	**137 407**	39 259	137 407	**176 666**
CECV - Flexiterminal S. Nicolau, CCTV AIAC e AIPNM, Cobertura e Impermeab. C. Hall AIAC	vii)	95 390	85 047	**180 437**	88 606	180 436	**269 042**
BAI - Adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da AAC	viii)	8 364	150 040	**158 404**	7 923	158 437	**166 360**
BCA - Expansão e modernização do AIPNM	ix)	23 764	99 140	**122 904**	-	44 834	**44 834**
ICO - Expansão terminais AIAC e AIAP	x)	-	764 162	**764 162**	-	231 123	**231 123**
BCA - Fiscalização expansão terminais AIAC e AIAP	xi)	-	8 893	**8 893**			
BVC - Empréstimo Obrigacionista 2012	xii)	-	-	-	-	450 000	**450 000**
BVC - Empréstimo Obrigacionista 2016	xiii)	-	250 000	**250 000**	-	-	-
		617 546	**2 106 715**	**2 724 261**	**678 683**	**2.304.519**	**2.983.202**
Promoleasing – locações financeiras	xiv)	1 016	1 567	**2 583**	963	2 578	**3 541**
Juros a pagar - especialização	xv)	13 866	-	**13 866**	21 760	-	**21 760**
Gastos antecipados - Seguro COSEC	xvi)	(2 858)	-	**(2 858)**	(34 314)	(2 858)	**(37 172)**
		629 571	**2 108 281**	**2 737 852**	**667 092**	**2 304 239**	**2 971 331**

i) *Agence Française de Développment*

Financiamento obtido em 1999 para financiar as obras de expansão e renovação do aeródromo de S. Pedro, na Ilha de S. Vicente (Empréstimo Nº C CV 1005 01 N).

Financiamento com valor nominal de 4.423.124 Euros (487.716 mECV) que vence juros a uma taxa anual fixa de 2%, com pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso em 26 prestações semestrais e um período de carência de 8 anos a iniciar na data da primeira utilização.

ii) Banco Europeu de Investimento

Financiamento obtido em 2002 para o desenvolvimento do projeto de Controlo de Tráfego Aéreo em Cabo Verde (Empréstimo Nº 21681).

Financiamento com valor nominal de 20.000.000 Euros (2.205.300 mECV) que vence juros à taxa anual de 3%, com pagamento de juros semestrais. O plano da dívida tem maturidade de 17 anos, com um período de carência de 4 anos.

DRAFT

iii) Caixa Geral de Depósitos

Financiamento obtido para financiar a expansão e renovação do aeroporto de São Pedro (atual Aeroporto Internacional Cesária Évora), na Ilha de São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 19.145.846 Euros (2.111.117 mECV) que vence juros à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,25%. O plano da dívida prevê o reembolso em 10 anos (20 prestações semestrais), com início, após a última utilização do crédito (ocorrida em Julho de 2007).

iv) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento obtido para a ampliação da plataforma do aeroporto da Boa Vista (referência nº 6123902.71.13), com valor máximo aprovado de 419.747 mECV tendo sido utilizados 405.514 mECV com juros à taxa BCA INDEX a seis meses, acrescida de um *spread* de 0,8% (7,05% em 31/12/2016). O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Outubro de 2012).

v) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento referente ao fornecimento de equipamentos elétricos e obras de reabilitação da rede elétrica do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal (referência nº 6123902.71.12).

O financiamento tem valor nominal de 347.332 mECV e vence juros à taxa BCA INDEX a seis meses, acrescida de um *spread* de 0,7702%. O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Dezembro de 2011).

vi) Banco Internacional de Cabo Verde (Ex-Banco Espirito Santo)

Empréstimo para financiamento da obra de reposição da camada de desgaste da pista do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela (referência LD00004031), emitido em 2013, no valor de 265.000 mECV, por um prazo de 7 anos, com reembolsos trimestrais à taxa de juro TRIBES, acrescida de um *spread* de 6,5% (7,5% a 31/12/2016).

vii) Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento obtido em 2013 para investimentos no Flexiterminal do aeródromo de São Nicolau, atualização do sistema de segurança (CCTV) dos Aeroportos Internacionais Amílcar Cabral e Nelson Mandela e a cobertura e impermeabilização do Concourse hall do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

O empréstimo no montante de 440.000 mECV tem maturidade de 5 anos vencendo-se juros à taxa de 7,4% (13%, deduzido um *spread* de 5,6%). O empréstimo é reembolsado em 60 prestações mensais e consecutivas, tendo-se vencido a primeira em novembro de 2013.

DRAFT

viii) Banco Angolano de Investimentos

Financiamento obtido para financiar o programa de adequação e certificação do sistema de aviação civil de Cabo Verde da Agência de Aviação Civil.

Financiamento com valor nominal de 169.252 mECV que vence juros à taxa anual de 5%, com pagamentos mensais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 15 anos, tendo-se iniciado a primeira em Agosto de 2015.

ix) Banco Comercial do Atlântico – Linha de crédito

O financiamento obtido para financiar a expansão e modernização do terminal do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela em cerca de 14% do total do projeto, sendo o remanescente financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Financiamento com valor nominal de 445.650 mECV que vence juros à taxa anual de 5%, com pagamentos mensais e maturidade de 9 anos com 2 anos de utilização e carência de capital. Até 31/12/2016 foram efetuados desembolsos no montante de 122.904 mECV.

x) Instituto de Crédito Oficial – Linha de crédito

Financiamento obtido para a expansão e modernização dos terminais dos aeroportos internacionais Amílcar Cabral e Aristides Pereira.

Empréstimo com valor nominal de 13.973.797 Euros (1.540.821 mECV) que vence juros à taxa anual de 0,3% e pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 13 anos e um período de carência de 8 anos.

xi) Banco Comercial do Atlântico – Linha de crédito

Financiamento com montante total aprovado de 120.000 mECV para a fiscalização das obras de expansão e modernização dos terminais dos aeroportos internacionais Amílcar Cabral e Aristides Pereira.

O contrato prevê um período de utilização do crédito de 2 anos e reembolso de capital nos 7 anos seguintes com prestações mensais e taxa de juros de 5%. A 31/12/2016 tinham sido desembolsados 8.893 mECV.

xii) Bolsa de Valores de Cabo Verde

Empréstimo obrigacionista emitido em 2012, no valor de 450.000 mECV (450.000 obrigações com valor nominal de 1 mESC), através de modalidade pública nos termos do artigo 184.º do Código de Mercado dos Valores Mobiliários, por um prazo de 5 anos com uma taxa de juro variável equivalente

DRAFT

à Taxa de Cedência de Liquidez (TCV) do Banco de Cabo Verde, acrescida de um *spread* de 0,25%. Em 2016 a taxa aplicada foi de 6,75%.

As obrigações foram totalmente reembolsadas em 2016 através a opção de reembolso antecipado (200.000 mECV em abril e 250.000 mECV em outubro).

xiii) Bolsa de Valores de Cabo Verde

Empréstimo obrigacionista emitido em abril de 2016, no valor de 250.000 mECV (250.000 obrigações com valor nominal de 1 mESC), por um prazo de 7 anos com vencimento de juros semestrais à taxa de 5% e reembolso integral na maturidade (abril de 2023).

xiv) Promoleasing

Contrato de leasing celebrado em 2015 com a empresa Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. para a aquisição de uma viatura no montante total de 3.610 mECV acrescido de IVA. Este contrato será reembolsado até 2019 em 49 prestações mensais constantes e vencendo juros à taxa BCA INDEX a seis meses, acrescida de um spread de 0,25%, sendo de 6,5% a 31/12/2016.

	2016	2015
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1 016	963
Entre 1 e 5 anos	1 567	2 578
	2 583	**3 541**

xv) Juros a pagar (especialização)

Este saldo refere-se à especialização dos juros a pagar, à data de 31 de Dezembro de 2016, considerando o período de juros decorrido e as taxas de juro negociadas, para cada empréstimo.

xvi) Seguros de crédito (pago antecipadamente)

Montante correspondente ao valor do prémio do seguro de crédito pago relativo ao empréstimo contraído junto à Caixa Geral de Depósitos (cerca de 15% do montante financiado), tendo o valor sido deduzido ao montante disponibilizado pelo banco.

O valor do prémio pago constitui um custo incremental na obtenção do empréstimo, a ser reconhecido de acordo com a taxa de juro efetiva. Contudo, uma vez que o resultado do diferimento linear destes custos não é materialmente diferente do resultante da aplicação da taxa de juro efetiva a ASA manteve o diferimento linear destes custos.

DRAFT

A 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a maturidade dos financiamentos obtidos é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	2017	2018	2019	2020 e seguintes
AFD - Obra Aeroporto São Pedro	**93 792**	37 517	37 517	18 758	-
BEI - Centro de Controlo	**587 141**	189 916	195 656	201 569	-
CGD - Obra Aeroporto S. Pedro	**105 556**	105 556	-	-	-
BCA - Extensão Plataforma do ABV	**198 468**	61 269	65 734	71 465	-
BCA - Sistema Iluminação AIAC- AGL	**117 099**	56 513	60 586	-	-
BICV (ex-BES) -Camada Desgaste AIPNM	**137 407**	39 259	39 259	39 259	19 630
CECV - Flexiterminal S.Nicolau, CCTV AIAC e AIPNM, Cobertura e Impermeab. C. Hall AIAC	**180 437**	95 390	85 047	-	-
BAI - Adequação e certificação do sist. de AAC	**158 404**	8 364	8 792	9 242	132 006
BCA - Expansão e modernização do AIPNM	**122 904**	23 764	55 478	43 664	-
ICO - Expansão terminais AIAC e AIAP	**764 162**	-	-	-	764.162
BCA - Fiscalização expansão terminais AIAC e AIAP	**8 893**	-	-	-	8 893
Empréstimo Obrigacionista 2016	**250 000**	-	-	-	250 000
	2 724 261	**617 546**	**548.068**	**383 957**	**1 174 689**

20 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos de fornecedores conta corrente referem-se às seguintes entidades:

	2016	2015
Fornecedores		
TACV - Cabo Verde Airlines	36 372	11 917
Electra	16 453	17 387
Enacol	11 467	6 295
SILMAC	5 027	-
Victor Manuel Fonseca de Pina	1 164	12 707
Ariadna Consultores S.L.	-	5 989
Outros < 4.000 mECV	84 848	63 572
Total	**155 332**	**117 867**

DRAFT

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a natureza dos saldos da rubrica de outras contas a pagar são as seguintes:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	56 818	-	56 818	29 357	-	29 357
Outros credores	86 956	-	86 956	29 852	-	29 852
Credores por acréscimo de gastos	-		-			
Gastos c/ pessoal	145 667	-	145 667	166 171	-	166 171
Outros serviços	16 684	-	16 684	2 375	-	2 375
Taxas de regulação	-	-	-	3 398	-	3 398
Outras contas a pagar	**306 125**	**-**	**306 125**	**231 153**	**-**	**231 153**

Detalhes da rubrica de outros credores

	2016	2015
Agência Aeronáutica Civil	64 403	(3 398)
Fundo Social	20 067	27 207
BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE	600	675
ACCTA	485	207
Outros (Valores < 300mCVE)	1 401	5 158
	86 956	**29 849**

22 – Diferimentos

	2016	2015
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio ao investimento - Subvenção AFD	13 841	16 148
Outros	1 608	-
Total	**15 449**	**16.148**

Subsídios ao investimento / subvenção AFD

Valor pago pela Agence Française Développment para fiscalização das obras de extensão e modernização do então aeroporto de São Pedro na Ilha de São Vicente. Dado que esta verba não será reembolsada, foi-lhe dado o tratamento contabilístico de um subsídio ao investimento, sendo amortizado, anualmente, à taxa dos bens a que está relacionado.

23 – Serviços prestados

Os serviços prestados podem ser apresentados da seguinte forma:

	2016	2015
Prestação de serviços		
Taxas de rota	2 361 124	2 468 433
Rendimentos de exploração aeroportuária	1 940 699	1 765 264
Taxa de Segurança	252 849	102 567
Rendimentos Comerciais	171 222	193 651
Taxas TNC	111 730	192 138
Total	**4 837 624**	**4 722 053**

A variação na prestação de serviços deveu-se essencialmente, aos aumentos dos i) rendimentos de exploração aeroportuária devido a um maior movimento de passageiros e aeronaves nos aeroportos, comparativamente com o ano anterior, ii) aumento dos rendimentos com assistência a aeronaves e iii) taxa de segurança. Por outro lado, verifica-se uma redução nos rendimentos provenientes da taxa de rota, explicada por uso de rotas de menor custo para as companhias aéreas na FIR Oceânica do Sal.

24 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe de gastos suportados pela ASA com fornecimentos e serviços externos é como segue:

Rúbricas FSE		2016	2015
Taxa Regulação AAC	i)	217 940	183 371
Eletricidade	ii)	156 832	224 978
Vigilância e segurança		132 915	128 301
Prestação Serviço Méteo	iii)	132 000	132 000
Conservação e reparação		116 537	101 906
Limpeza, higiene e conforto		78 478	81 640
Água		75 155	82 711
Estudos e Pareceres	iv)	50 618	17 566
Comissões		39 513	38 193
Honorários		35 949	33 811
Seguros		33 319	25 873
Publicidade e propaganda		28 192	32 679
Comunicação		27 679	24 860
Deslocações e estadias		25 302	67 832
Outros fornecimentos e serviços	v)	18 853	26 994
Outros (inferiores a 15.000 mESC)		66 109	62 522
Total		**1 235 392**	**1 265 237**

i) Taxas AAC – Esta rubrica regista os gastos relacionados com as taxas de regulação, comparticipação FIR e Segurança pagas à Agência Aeronáutica Civil. De acordo com o D.L. 70/2014 (Art.º 62º e seguintes), os operadores do setor de aviação civil são legalmente obrigados a pagar: i) contribuições relativas a prestação de serviços de aterragem, assistência a passageiros, ii) "handling" de bagagem em 0,75% do total das receitas, iii) 5% das receitas efetivamente cobradas anualmente na FIR Oceânica do Sal em referência ao ano anterior e ,iv) 25% da taxa de segurança cobrada de acordo com o Regulamento nº 01/DRE/2015;

ii) Eletricidade – encargos suportados com consumo de energia eléctrica nas instalações aeroportuárias da ASA durante o exercício. Em 2016 verificou-se uma redução nesta rubrica devido a um plano de eficiência energética implementado no início do ano;

iii) Serviços meteorológicos – gastos relativos ao serviço de meteorologia acordado com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) conforme protocolo assinado entre a ASA e o INMG desde Janeiro de 2008, e que define um montante mensal a pagar de 11.000 mECV. A informação meteorológica oficial é um requisito das entidades que fazem o controlo de rotas, devendo a mesma ser prestada às aeronaves;

iv) Estudos e Pareceres – inclui, essencialmente i) planos diretores dos aeródromos (7.608mCVE), ii) estudo/projeto de reabilitação do pavimento do AIAP (5.932mCVE), iii) estudos CAPEX e OPEX, no AIAP e AICE – iluminação noturna (17.461mCVE), iv) estudos de obstáculos e segurança operacional, no AICE e AIAP (6.715mCVE), e v) estudos de procedimentos GNSS, no AIAP e AICE (11.577mCVE);

v) Outros Fornecimentos e Serviços – incluí, essencialmente: i) calibração de rádio ajuda à navegação aérea (4.218mECV), ii) outros produtos de consumo (2.543mECV) e iii) produtos de Sala VIP (1.493mECV).

DRAFT

25 - Gastos com pessoal

Em 2016 e 2015 os gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações		
Pessoal Contrato Indeterminado	603 937	648 973
Pessoal Contrato a Prazo	48 634	51 208
Órgão Sociais	18 148	17 085
Subtotal a)	**670.719**	**717.266**
Encargos sobre remunerações	152 019	158 571
Outros gastos com pessoal	74 520	59 610
Subsídio de refeição	61 897	63 708
Prémio fim ano	56 998	61 608
Subsídio de férias	51 397	56 069
Prémio qualificação aeronáutica	35 895	36 852
Subsídio de turno	31 467	32 959
Horas extraordinárias	29 452	27 650
Formação de pessoal	8 030	17 419
Subtotal b)	**501 675**	**514 446**
Total	**1 172 394**	**1 231 712**

O número de empregados da ASA a 31 de Dezembro de 2016 era de 533 (2015: 530).

A variação ocorrida nos gastos totais com o pessoal deve-se essencialmente a i) retroativos pagos aos colaboradores em 2015 resultante de avaliação de desempenho (mCVE 21.685); ii) 15 colaboradores que se reformaram em 2016 cuja maioria tinha antiguidade alta (média 30 anos) e; (iii) regularização feita em 2016 de estimativa de férias e subsídios férias que encontrava com excesso (mCVE 51.397).

26 – Outros rendimentos e ganhos

O detalhe desta rubrica é como segue:

		2016	2015
Outros rendimentos suplementares	i)	39 302	50 177
Ganhos em inventários		13 841	2 161
Diferenças câmbio favoráveis	ii)	3 699	58 313
Imputação subsídios ao investimento (ver nota 22)		2 307	2 307
Outros (< 2.000 mECV)		32 222	83 643
Total		**91 371**	**196 601**

i) Correspondem, essencialmente, à faturação de eletricidade fornecida a entidades terceiras que ocupam instalações da ASA nos aeroportos;

ii) Resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes através da IATA no decurso do exercício.

27 – Outros gastos e perdas

O detalhe desta rubrica é como segue:

		2016	2015
Diferenças câmbio desfavoráveis	i)	36 094	46
Impostos	ii)	24 008	71 755
Insuficiência da estimativa para imposto		-	15 465
Perdas em inventários		-	130
Correções relativas a exercícios anteriores		-	4 790
Outros		5 673	12 168
Total		**65 775**	**104 354**

Inclui:

i) Gastos com IUP, IVA e taxas diversas como, taxa de manutenção rodoviária, de resíduos sólidos e iluminação pública;
ii) Resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes no decurso do exercício.

DRAFT

28 – Juros e rendimentos/gastos similares obtidos/ suportados

Esta rubrica é detalhada como segue:

		2016	2015
Juros e perdas financeiras			
Juros suportados	i)	(110 983)	(141 656)
Outros juros de financiamento	ii)	(42 107)	(44 037)
Total		**(153 090)**	**(185 693)**
Juros e ganhos financeiros			
Diferenças de câmbio favoráveis	iii)	14 997	4 715
Juros obtidos	iv)	7 368	3 765
Total		**22 365**	**8 480**

i) Incluem os gastos financeiros suportados com os juros dos empréstimos contraídos para financiamento dos investimentos efetuados nas infraestruturas aeroportuárias;

ii) Incluem, essencialmente, custo com o prémio de seguro COSEC pago como parte da negociação dos financiamentos;

iii) Incluem ganhos decorrentes do registo das diferenças de câmbio relacionadas com a atualização no final de cada exercício dos financiamentos obtidos em moeda estrangeira, com base nas taxas de câmbio em vigor à data de 31 de Dezembro de 2016;

iv) Incluem a remuneração de saldos de depósitos à ordem da empresa e a especialização dos juros a receber do investimento efetuado em obrigações e o depósito garantia do BEI.

29 – Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2016	2015
Imposto s/ rendimento corrente	(179 136)	(269 998)
Imposto s/ rendimento diferido	(201 981)	(125 831)
Imposto s/ rendimento	**(381 118)**	**(395 829)**

DRAFT

A taxa de imposto utilizada para calcular o imposto do exercício e a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi de 25% (2015: 25%).

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2016	2015
Resultado antes de Imposto	850 526	1 772 995
Taxa de Imposto	25,0%	25,0%
	212 632	443 249
Gastos não dedutíveis	514 523	132 151
Rendimentos não tributáveis	(657 790)	(313 505)
Tributação autónoma	2 311	8 102
Outros	-	125 832
	(140 956)	**(47 420)**
Imposto s/ rendimento corrente	(176 814)	(269 998)
Imposto s/ rendimento diferido	(1 128)	(125 831)
Imposto s/ rendimento	(177 942)	(395 829)
Taxa efectiva de imposto	**20,9%**	**22,3%**

Detalhe dos gastos não aceites para efeitos fiscais:

		Valor Base	
		2016	2015
Imparidade dívidas de clientes	i)	390 000	281 060
Provisões para além de limites Fiscais	ii)	52 999	79 861
Imparidade de investimentos não depreciáveis	iii)	40 655	89 975
Imposto Único s/ Património		10 590	-
Multas, coimas e encargos pela prática infração		3 569	-
Liquidação corretiva IUR		385	15 465
Outros (< inferior a 300mECV)		16 325	62 243
		514 523	**528 604**
Efeito Fiscal (Taxa Imposto: 25%)		128 631	132 151

DRAFT

i) Imparidade de dívidas de clientes que excedem o limite aceite fiscalmente;
ii) Perdas por imparidade em inventários de acordo com a análise da rotação de stock e não com base no critério aceitos fiscalmente;
iii) Regularizações de gastos do exercício anterior, registado na conta #6881 dando cumprimento ao princípio de especialização dos exercícios.

30 – Dividendos por ação

O montante dos dividendos atribuídos, relativo ao Resultado Liquido apurado no exercício de 2015, foi de 688.583 mECV de acordo com a Ata nº 02/AG/ASA/2016, de 08 de Agosto de 2016.

	2016	2015
Dividendos	688 583	-
Numero Ações	550 000	550 000
Dividendo por Ação	1,25	-

31 – Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a ASA é controlada pelo Estado da República de Cabo Verde, que detém 100% do capital social da empresa, sendo o seu único acionista

Em 2014, conforme referido na Nota 6, a ASA tornou-se acionista único da empresa Cabo Verde Handling.

31.1 Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da ASA foi considerado de acordo com a NRF 4 – Divulgação de partes relacionadas, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da ASA. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da ASA ascenderam a:

	2016	2015
Remunerações	18 149	17 085
	18 149	**17 085**

DRAFT

31.2 Transações entre Partes Relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista ou por via acionista
- Estado da República de Cabo Verde
- TACV Airlines

Subsidiárias
- Cabo Verde Handling

(b) Transações e saldos pendentes

Durante o exercício, a ASA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	2016	2015
Prestações de serviços		
TACV Airlines	341 145	656 575
CV Handling	118 310	152 391
	459 455	**808 966**
Compras de serviços		
TACV Airlines	11 467	26 293
	11 467	**26 293**

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2016, os saldos resultantes de transações efetuadas com o acionista e as suas partes relacionadas, a valores nominais, são os seguintes:

	2016	2015
Saldos devedores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	-	390 000
TACV Airlines e TACV Assistência (ver Nota 11)	629 937	329 522
CV Handling (Ver notas 11 e 15)	236 026	122 539
	865 963	**842 061**
Saldos credores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	(3 278 542)	(2 455 109)
TACV Airlines (ver Nota 20)	(36 372)	(11 917)
	(3 314 915)	**(2 467 026)**

Em 2015 foi levado a cabo um encontro de contas setorial entre o Estado, a AAC, os TACV e a ASA, com o objetivo de se regularizar os montantes devidos pela ASA à AAC e ao Estado por contrapartida da dívida dos TACV à ASA até 30 de Junho de 2015, através das seguintes operações:

i) A ASA regularizou parte da sua dívida para com o Estado no montante de 599.084 mECV correspondente à soma das faturas respeitantes às obras de empreitada nos aeroportos de São Vicente e Boa Vista, pagas pelo Estado aos empreiteiros MSF e Armando Cunha (ver nota 14) e um saldo a favor do Estado no valor de 31.490 mECV, referente ao remanescente dos dividendos atribuídos em 2011 e 2012 e pagos em 2015 (ver nota 14);

ii) A ASA regularizou dívida para com a AAC no montante de 913.239 mECV referente a saldos acumulados e não transferidos (ver nota 21);

iii) Os TACV regularizaram a dívida líquida para com a ASA no montante de 1.518.510 mECV, referente a faturas acumuladas correspondentes à prestação de serviços e a não transferência das taxas de passageiros e de segurança aeroportuária cobradas, deduzido o valor em dívida da requisição de bilhetes de passagem aos TACV no período de 2008 a Junho de 2015 (ver nota 20).

32 – Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

De acordo com a obrigação de divulgação específica, os impactos da aplicação do regime do acréscimo a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

Descrição	Nota	2016	2015
Acréscimos de proveitos			
Devedores por acréscimos de rendimentos		-	-
		-	-
Diferimentos de gastos			
Gastos seguro COSEC	19	2 858	37 172
		2 858	**37 172**
Acréscimos de gastos			
Credores por acréscimos de gastos - Férias e S. Férias	21	145 667	166 171
Credores por acréscimos de gastos - Outros	21	16 684	2 375
Credores por acréscimos de gastos - taxas regulação	21	-	3 398
Credores por acréscimos de gastos - juros a pagar	19	13 866	21 760
		176 217	**193 704**
Diferimentos de rendimentos			
Subsídios ao investimento - AFD	22	13 841	16 148
		13 841	**16 148**

33 – Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Passivos contingentes:

Garantias

À data do balanço a ASA tem as seguintes garantias prestadas:

a) Garantias bancárias no valor de 206.085 mECV (1.869.000 euros) emitidas pelo "Banque et Caisse d'Epargne de L'État Luxembourg" e de 108.225 mECV (981.500 euros) emitida pela Caixa Económica de Cabo Verde para fazer face ao empréstimo concedido pelo European Investment Bank;

Processos judiciais

Em 31 de Dezembro de 2016 a ASA tem os seguintes processos judiciais em curso para os quais não foi constituída provisão por não ser provável o exfluxo de recursos da empresa:

A cargo de Lígia Dias Fonseca, advogada

a. **Supremo Tribunal de Justiça,** processo no valor de 6.850 mECV movido pela CASH – Catering e Serviços Hoteleiros, Lda relacionada com uma ação ordinária nº 03/98 em que a ASA absolvida na primeira instância. Entretanto, o autor Catering e Serviços Hoteleiros, Lda recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça (Apelação Cível nº 20/2003). Aguarda julgamento;

b. **Tribunal Judicial do Comarca de São Vicente,** processo no valor de 1.500 mECV motivo pela Freitas Catering SARL. Trata-se de um recurso contencioso nº 01/2004. Aguarda sentença.

A cargo do Gabinete Jurídico da ASA

a. **Tribunal da Comarca da Ilha do Sal,** encontram-se pendentes dois processos cíveis movido contra a ASA, SA, sendo um instaurado pelos herdeiros do ex-colaborador Carlos Orteaga, no valor de 1.862 mECV e outro pelo colaborador em exercício, no valor de 500 mECV. Este último processo o julgamento já se realizou e aguarda-se a prolação da sentença;
b. **Tribunal Comarca da Praia,** encontram-se pendentes dois processos sendo um instaurado pela empresa de Serviços de Limpeza EVP, Lda no valor de 4.500 mECV e outro movido pelo prestador de serviço de recolha de lixo, reclamando o valor de 960 Mecv;
c. **Tribunal Comarca de S. Vicente**, dois processos, um movido por um ex-colaborador no valor 12.960 mECV e o outro de natureza de Recurso Contencioso Administrativo no valor de 500 mECV. Ambos já julgados e aguardam a sentença final; Igualmente neste tribunal, encontra-se pendente um processo de natureza fiscal aduaneiro decorrente de impugnação judicial tributário (Processo de Execução Fiscal nº1/2012), no montante de 9.001 mECV;
d. **Tribunal Comarca de São Filipe**: encontra-se pendente um processo de natureza cível, instaurado pelos herdeiros de Juvenal Medina, no valor de 500 mECV.

DRAFT

34 – Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por legislação específica.

35 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

DRAFT